



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISE E PLANEJAMENTO
ESPACIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E A (RE)PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM TIMON, MARANHÃO

JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO JOAQUIM DA SILVA

Teresina
2023

JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E A (RE)PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM TIMON, MARANHÃO**

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Análise e Planejamento Espacial.

Área de concentração: Planejamento Territorial e Geoprocessamento

Orientador: Prof. Dr. Antonio Joaquim da Silva

Teresina
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Sousa, Juciara de Oliveira

S725p Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e a (re)produção do espaço urbano em Timon, Maranhão / Juciara de Oliveira Sousa. - 2023.
204 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central, 2023.

Orientador : Prof Dr. Antônio Joaquim da Silva.

1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. Timon - Maranhão. 3. Agentes produtores do espaço. I.Título.

CDD - 910

Elaborado por Sindya Santos Melo CRB 3/1085

JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E A (RE)PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM TIMON, MARANHÃO**

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Análise e Planejamento Espacial.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Joaquim da Silva (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Prof. Prof. Dr. Heibe Santana da Silva

Universidade Regional do Cariri (URCA)

Membro Externo

Prof. Dra. Laudenides Pontes dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Membro Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida, saúde e sabedoria de todos os dias.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial (MAPEPROF) do Instituto Federal do Piauí – IFPI pela oportunidade em dar continuidade aos estudos e ao desenvolvimento desta pesquisa, aos docentes do programa por seus conhecimentos e experiências adquiridas.

Agradeço à minha família, especialmente, a minha mãe Ivani e minha filha Helena Vitória, por terem sempre dado apoio, carinho. Elas são o farol, que me guiam e mantêm lúcida mesmo nos dias mais escuros.

Agradeço aos meus amigos de vida e aos meus colegas de turma por suas cumplicidades e apoio.

Agradeço aos colegas de trabalho da Universidade Estadual do Maranhão campus Coroatá, por seu apoio e o incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa durante todo o período do mestrado.

Agradeço à Comunidade Nossa Senhora da Paz (paróquia São José em Timon) e aos profissionais de saúde nas Unidades Básicas de Saúde do Conjunto Novo Tempo e do Conjunto Padre Delfino, pela receptividade e apoio durante a realização desta pesquisa.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Antônio Joaquim da Silva por sua paciência, apoio, palavras sábias e orientação desta pesquisa.

RESUMO

A dinamicidade da produção espacial e da expansão urbana nas cidades brasileiras nas últimas décadas chamam atenção, seja pelos inúmeros problemas advindos, seja pela ausência de planejamento. A cidade de Timon do estado do Maranhão tem apresentado uma significativa atuação dos agentes reprodutores espaciais, como o Estado e os agentes imobiliários, que através da implantação de conjuntos habitacionais, promovem a especulação imobiliária, a valorização de novos espaços e doravante novas produções espaciais. Nesse sentido, questiona-se qual a influência do Programa Minha Casa Minha Vida na produção e reprodução do espaço urbano em Timon? Desse modo, a presente pesquisa apresenta como objetivo principal analisar e avaliar como os conjuntos habitacionais oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, construídos nas primeiras fases do programa, têm atuado na produção e reprodução do espaço urbano em Timon; enfatizando assim, a importância do planejamento espacial urbano nos municípios maranhenses. A fundamentação teórica desta pesquisa sustenta-se no levantamento bibliográfico, documental e a coleta de dados em campo, essa última será realizada por meio de formulários. Essa investigação embasa-se também na amostragem não-probabilística dos residentes dos conjuntos habitacionais, nos registros fotográficos e na observação guiada (checklist) e no uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIGs). Os resultados da pesquisa evidenciam que o Programa Minha Casa Minha Vida possui influência na produção de novos espaços no cenário urbano de Timon, tendo como consequência a supervalorização do solo urbano, novas construções sem planejamento; refletindo-se na incompatibilidade dos elementos urbanos existentes na área. Tal diagnóstico sustentou a elaboração de um Guia de Avaliação da Qualidade dos Conjuntos Habitacionais e seus elementos urbanos, sendo um instrumento a fim de contribuir para a tomada de decisão, por parte dos gestores municipais, e para os estudos sobre o planejamento urbano do espaço timonense e de outros municípios da RIDE Teresina.

Palavras-chave: (Re)produção espacial. Programa Minha Casa Minha Vida. Agentes produtores do espaço. Timon.

ABSTRACT

The dynamism of spatial production and urban expansion in Brazilian cities in recent decades draws attention, either because of the numerous problems arising or the lack of planning. The Timon city, State of Maranhão, Brazil, has shown a significant performance of spatial reproductive agents, such as the State and real estate agents, which, through the implementation of housing complexes, promote real estate speculation, the valuation of new spaces and henceforth new space productions. In this sense, what's the influence of the Minha Casa Minha Vida Program in the production and reproduction of urban space in Timon City? Thus, the main goal of this research is to analyze and evaluate how the housing complexes from the Minha Casa Minha Vida Program, built in the early phases of the program, have acted in the production and reproduction of urban space in Timon city; thus emphasizing the importance of urban spatial planning in the municipalities of Maranhão State. The foundation of the research is based on the bibliographical and documental survey and the field collection, the latter being carried out through forms. The investigation is also based on non-probabilistic sampling of residents of housing complexes, on photographic records and on guided observation (checklist) and on the use of Geographic Information Systems (GIS). The research results show that the Minha Casa Minha Vida Program has influence in the production of new spaces in the urban scenario of Timon city, resulting in the overvaluation of urban land, new constructions without planning; reflected in the incompatibility of the existing urban elements in the area. This diagnosis supported the elaboration of a Quality Assessment Guide for Housing Complexes and their urban elements, being an instrument in order to contribute to decision-making by municipal managers and to studies on the urban planning of the Timon's city space and other municipalities of Greater Teresina Integrated Development Region (RIDE Greater Teresina).

Keywords: Spatial (Re)production. Minha Casa, Minha Vida Program. Space producing agents. Timon.

LISTA DE FÍGURAS

Figura 1:NDVI da área urbana do município de Timon – MA, nos anos 2000 (Figura 01A) e 2020 (Figura 01-B)	52
Figura 2: Espacialização dos Bairros do município de Timon em 2014	62
Figura 3: Localização espacial do município de Timon/MA	64
Figura 4: Localização espacial do Conjunto Habitacional Novo Tempo	68
Figura 5: Localização espacial do Conjunto Habitacional Júlia Almeida	68
Figura 6: Localização espacial do Conjunto Habitacional Padre Delfino	69
Figura 7: Localização espacial do Conjunto Habitacional Antônio Elouf Simão – Novo Jói	69
Figura 8: Fluxograma sobre o processo das novas produções espaciais urbanas em decorrência do PMCMV	76
Figura 9: Evolução do espaço urbano de Timon, Maranhão, entre os anos de 2010 a 2020.	77
Figura 10:Localização dos conjuntos habitacionais estudados na pesquisa	79
Figura 11:Faixa etária da amostra participante da pesquisa	80
Figura 12: Escolaridade da população participante da pesquisa.	81
Figura 13: Situação da renda familiar dos participantes da pesquisa.	82
Figura 14:Casa abandonada localizada em um dos conjuntos pesquisados.	83
Figura 15:Tempo de residência nos conjuntos pesquisados.	84
Figura 16:Casas dos conjuntos sem muro (seta A) e murada (seta B).	84
Figura 17:Número de cômodos nas casas dos conjuntos pesquisados.	85
Figura 18:Exemplo de Pé de Nim (Azadirachta indica).	86
Figura 19: Quantidade de janelas presente nas casas dos conjuntos pesquisados.	89
Figura 20:Talão de água com ênfase na descrição das partículas existentes na água consumida	92
Figura 21:Presença de hidrômetros nas casas dos conjuntos pesquisados.	92
Figura 22: Presença de esgoto a céu aberto nos conjuntos pesquisados.	93
Figura 23: Presença de água parada nas vias públicas dos conjuntos.	95
Figura 24: Prática da queima de resíduos sólidos em vias públicas nos conjuntos pesquisados.	95
Figura 25: Situações verificadas durante a observação sistemática a respeito da poda de árvores nos conjuntos pesquisados.	96

Figura 26:Diferentes altimetrias entre os conjuntos pesquisados.	97
Figura 27: Presença de matos e vegetação rasteira nas ruas dos conjuntos pesquisados.	98
Figura 28: Frequência da visita dos Agentes Comunitários de Endemias nas residências dos conjuntos pesquisados.	99
Figura 29: Terreno ocioso, com entulhos e outros tipos de resíduos, localizado em um dos conjuntos pesquisados.	100
Figura 30: Avaliação da segurança existente na área dos conjuntos pesquisados.	101
Figura 31: UBS localizada no bairro Jóia (A), UBS localizada no conjunto Novo Tempo (B).	102
Figura 32: Periodicidade das visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde às residências dos conjuntos habitacionais pesquisados.	103
Figura 33: Creche localizada no conjunto habitacional Novo Tempo.	106
Figura 34: Presença de trailer no conjunto habitacional Novo Tempo.	108
Figura 35: Avaliação dos campos de futebol existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	108
Figura 36: Campo de futebol, localizado em praça, no conjunto habitacional Padre Delfino.	109
Figura 37:Avaliação das quadras poliesportivas existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	110
Figura 38: Quadras poliesportivas presentes nos conjuntos habitacionais pesquisados.	111
Figura 39: Presença de espetaria no conjunto habitacional Júlia Almeida.	112
Figura 40: Avaliação dos equipamentos de academia pública existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	113
Figura 41: Equipamento de Academia Pública presente em conjunto habitacional Novo Tempo.	113
Figura 42: Avaliação das praças existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	114
Figura 43: Praças existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados.	115
Figura 44: Igreja católica localizada em um dos conjuntos habitacionais pesquisados.	116
Figura 45: Avaliação das calçadas existentes nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	117
Figura 46: Calçada em rua do conjunto habitacional Novo Tempo.	118
Figura 47: Avaliação de meio-fio existente nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	118

Figura 48: Meio-fio em via secundária do conjunto habitacional Padre Delfino.	119
Figura 49: Avaliação das calçadas existentes nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	120
Figura 50: Calçamento em via secundária do conjunto habitacional Novo Jóia.	121
Figura 51: Avaliação do asfalto existente nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	122
Figura 52: Rua principal (com asfalto) no conjunto habitacional Novo Tempo.	123
Figura 53: Avaliação das lombadas existentes nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	124
Figura 54: Avaliação do transporte coletivo existente nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.	127
Figura 55: Micro-ônibus passando em um dos conjuntos pesquisados.	128
Figura 56: Nuvem de palavras correspondendo aos serviços/equipamentos mais almejados pelos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados.	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Contratações e entregas do PMCMV: 2009 a 2020, por Faixas.	46
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro-síntese da política habitacional no Brasil entre 1940 e 2009.....	43
Quadro 2: Comparativo dos programas PMCMV e PCVA.....	48
Quadro 3: Quadro-síntese dos primeiros elementos urbanos do município de Timon até os anos 70.....	59
Quadro 4: Conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Timon, Maranhão, até 2018.....	67
Quadro 5: Variáveis da pesquisa empírica, conforme os indicadores.....	72
Quadro 6: Origem dos residentes nos conjuntos pesquisados.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APP	Áreas de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
COHAB	Companhias de Habitação
CRI	Certificados de Recebíveis Imobiliários
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FII	Fundo de Investimento Imobiliário
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
hab.	Habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras
Km ²	Quilômetros quadrados
MBES	Ministério da Habitação e do Bem-estar Social
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MHU	Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
OGU	Orçamento Geral da União
PCVA	Programa Casa Verde e Amarela
PEHIS-MA	Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Maranhão
PL	Proposta Legislativa
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação

PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
RIDE	Região de Desenvolvimento da Grande Teresina
SAAE	Serviço Autônomo de Águas e Esgotos
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEAC	Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEHAB	Secretaria de Habitação
SEPLAM	Secretaria de Planejamento Municipal
SEPURB	Secretaria de Política Urbana
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
TCU	Tribunal de Contas da União
UBS	Unidade Básica de Saúde
UF	Unidade da Federação
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	19
2.1 ESPAÇO E SUA (RE)PRODUÇÃO NO CONTEXTO DAS CIDADES.....	19
2.2 OS AGENTES ESPACIAIS E OS EQUIPAMENTOS URBANOS.....	27
3 CONTEXTO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS.....	33
3.1 HABITAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL DO INDIVÍDUO.....	33
3.2 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS.....	34
3.3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV).....	43
4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS.....	51
5 A POLÍTICA HABITACIONAL EM TIMON: A INSTALAÇÃO DO PMCMV.....	56
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
6.1 ÁREA DE ESTUDO.....	64
6.2 MATERIAL E MÉTODO.....	65
6.2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	70
6.2.2 PESQUISA DOCUMENTAL.....	70
6.2.3 PRODUÇÃO E ANÁLISE CARTOGRÁFICA.....	70
6.2.4 COLETA DE DADOS EMPÍRICOS.....	71
7 A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM TIMON, MARANHÃO.....	74
7.1 REPRODUZINDO ESPAÇOS EM TIMON/MA: UMA AÇÃO DINÂMICA E COMPLEXA.....	74
7.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO PESQUISADA.....	80
7.3 HABITAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	82
7.4 SANEAMENTO: CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	90
7.5 SEGURANÇA: CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	100
7.6 SAÚDE: CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE SAÚDE NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	101
7.7 EDUCAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	104
7.8 LAZER: CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS DE LAZER NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	107
7.9 MOBILIDADE: CARACTERÍSTICAS DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE URBANA NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	117
7.10. QUALIDADE DE VIDA E A OFERTA DOS ELEMENTOS URBANOS: APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA.....	129

8 CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICES.....	147
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES LOCAIS.....	148
APÊNDICE B – OBSERVAÇÃO GUIADA/ SISTEMÁTICO.....	158
APÊNDICE C – TABELA COMPARATIVA SOBRE AS RESPOSTAS OBTIDAS NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO, SEPARADA POR CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	160
APÊNDICE D – REPRESENTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ELEMENTOS URBANOS PRESENTES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ESTUDADOS.....	174
ANEXOS.....	176
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO APROVADO PELO CEP.....	177
ANEXO B - GUIA DE AVALIAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM TIMON(MA).....	179

1 INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira, iniciada nas primeiras décadas do século XX e intensificada a partir de sua segunda metade, foi distinta dos países de economia avançada, por apresentar-se desigual e mal planejada (SOUZA; TERRA, 2017).

Nessa perspectiva, as cidades brasileiras são resultado da estrutura social, caracterizada por diferentes condições de vida e de acesso a serviços e equipamentos urbanos, onde a ausência ou fragilidade de uma política habitacional provoca a proliferação de assentamentos irregulares, sem saneamento ambiental, ocupando áreas de várzea e encostas de morros que não interessam ao mercado imobiliário (BUENO, 2008).

As políticas e programas habitacionais brasileiros têm contribuído na produção e reprodução do espaço urbano. Os conjuntos habitacionais são um resultado da ação dos agentes produtores do espaço, que atuam de modo combinado e contraditório para a promoção da expansão urbana. O déficit habitacional nacional é elevado, 5,8 milhões de moradias (BRASIL, 2019), o que torna fundamental a ampliação de políticas para habitações populares, repercutindo na organização espacial urbana e na ação dos agentes produtores do espaço.

No cenário nacional de elevado déficit habitacional, inclui a cidade de Timon, que nos últimos dez anos, tem visto sua população aumentar exponencialmente e assim contribuindo para aprofundar, do local para o global, o problema do acesso a uma moradia digna. Quando se dirige ao problema do déficit, corrobora-se à ideia daqueles cidadãos que não possuem casa, porém sabe-se que neste cenário incluem-se pessoas com moradias precárias ou que moram em lugares insalubres.

Dito isso, mediante ao crescimento populacional que se refletirá no crescimento da malha urbana, através da construção de casas populares; a cidade de Timon, testemunha a explosão imobiliária - tendo como painel de fundo, uma especulação do solo urbano como nunca visto e repercute até os dias atuais, seja pelo acúmulo de capital, seja pelos inúmeros problemas ambientais, ou mesmo pela carência de equipamentos urbanos.

O protagonista deste cenário de sucessivas reproduções do espaço urbano em Timon é o Programa Minha Casa Minha Vida, sendo o instrumento das transformações promovidas pelos agentes produtores do espaço urbano.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi implantado no município de Timon no ano de 2009. Em síntese, o Programa organiza-se em três fases: na primeira fase foram construídas 2.000 moradias no bairro Boa Esperança. A segunda fase do programa iniciou em 2012, com

a construção de 3.514 casas populares nos bairros Mutirão, Joia, Cidade Nova, Flores e Parque Alvorada. E a terceira fase ocorreu em 2016, quando foram construídos 1.500 imóveis populares nos bairros Joia e Flores (WIRTI, 2020; SOUSA, FILHO, 2019).

Diante do exposto, salienta-se que essa investigação apresenta a seguinte questão norteadora: Qual a influência do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na produção e reprodução do espaço urbano em Timon, Maranhão?

Para responder ao questionamento, defende-se a hipótese de que o Estado tem atuado como agente produtor do espaço urbano em Timon, por meio da consolidação de programas populares, como o Minha Casa Minha Vida. Este estaria a serviço do capital imobiliário, orientando, condicionando e regulamentando os processos espaciais da cidade de Timon, proporcionando a valorização do solo urbano.

Nesse sentido, a investigação tem como objetivo geral analisar para avaliar como os conjuntos habitacionais oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, construídos nas primeiras fases do programa, têm atuado na produção e reprodução do espaço urbano em Timon. Para tanto, especificamente, esta pesquisa objetiva: I) descrever o processo de ocupação e distribuição espacial dos conjuntos habitacionais do PMCMV do município; II) identificar a contribuição, ou não, do PMCMV na expansão do perímetro urbano de Timon; e, III) Diagnosticar e avaliar a qualidade dos conjuntos habitacionais do programa PMCMV, por meio de seus elementos urbanos (equipamentos sociais) existentes.

A originalidade científica desta pesquisa justifica-se na possibilidade de aprofundar os estudos sobre a organização e produção do espaço urbano, cujos resultados possam contribuir com o planejamento urbano, a gestão pública e as políticas habitacionais. Para tanto, os resultados da pesquisa possibilitaram a elaboração de um Guia de Avaliação da Qualidade dos Elementos Urbanos (anexado como apêndice deste relatório).

O relatório encontra-se estruturado em sete capítulos, para além da introdução. O segundo capítulo aborda a produção e reprodução do espaço; o terceiro capítulo evidencia o contexto das políticas habitacionais brasileira; o quarto capítulo versa sobre os impactos socioambientais decorrentes de programas habitacionais; o quinto analisa a política habitacional em Timon, destacando a instalação do Programa Minha Casa Minha Vida; o sexto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa; o sétimo capítulo aponta os resultados obtidos durante a pesquisa; já o oitavo capítulo apresenta o fechamento das ideias expostas mediante a conclusão.

2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Este capítulo subdivide-se em dois. O primeiro discorrerá sobre a produção e a reprodução do espaço urbano, embasado principalmente nas reflexões de Santos (1988) e Carlos (2016 e 2018). Já o segundo, versará sobre a análise dos agentes espaciais no contexto dos equipamentos urbanos. Neste momento da leitura serão abordados os estudos de Maricato (2015), Spósito (2017) e Corrêa (1989 e 2017).

2.1 ESPAÇO E SUA (RE)PRODUÇÃO NO CONTEXTO DAS CIDADES

O espaço como categoria do pensamento e realidade prática traz em si a ideia de referência para o ser humano, uma vez que é a sua condição de existência, assim como as transformações da sociedade, trazem como consequência, modificações espaciais (CARLOS, 2016).

Conforme aponta Lefebvre (1993), o espaço é abstrato, surge como resultado das relações de poder, da economia, do social, portanto é um produto social. A cidade, o espaço urbano e a realidade urbana não podem ser entendidas meramente como locais de produção e consumo:

O espaço não é apenas econômico. Onde todas as partes são intercambiáveis e tem valor de troca. O espaço não é apenas político para homogeneizar todas as partes da sociedade. Ao contrário... O espaço continua sendo um protótipo permanente do valor de uso que se opõe às generalizações do valor de troca na economia capitalista sob a autoridade de um Estado homogeneizador. O Espaço é um valor, mas ainda assim é tempo ao qual ele está, em última análise, vinculado, porque tempo é nossa vida, nosso valor de uso fundamental. O tempo desapareceu no espaço social da modernidade (LEFEBVRE, 1993, p. 132).

A análise de Lefebvre pressupõe que o espaço é produzido socialmente. Vincula o conceito relacional de espaço e tempo. O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. O tempo corresponde ao processo histórico da produção social. Sendo assim, para Canzi e Teixeira (2017), o espaço e tempo são entendidos como produtos da prática social, resultado e pré-condição da produção da sociedade (relação entre os seres humanos por meio de suas atividades práticas).

Por conseguinte, como espaço e tempo são produzidos socialmente, só podem ser compreendidos no contexto de uma sociedade específica. Tal assertiva implica que o espaço e tempo são relacionais e históricos (CANZI; TEIXEIRA, 2017). Por tanto, é equivocado

realizarmos análises espaciais desconsiderando sua base social, pois o espaço, representado por suas formas e funções, é sumariamente social.

Na perspectiva de Santos (1988), o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Já Damiani (2004) compreende o espaço remetendo-se à configuração de espaço social, como produto da sociedade, como ponto de reunião do conjunto de produtos. No entanto, a dificuldade está em ultrapassar este limite da compreensão: o da “objetivação do social”. Trata-se de uma concepção que designa um objeto no seu acabamento; os processos de formação e estruturação ficam atenuados na análise. Uma abordagem possível, nesses termos, é a de uma hierarquização espacial intraurbana, em função das desigualdades sociais (uma análise ecológica do tecido urbano).

O espaço recebe, atualmente, um sentido diverso de tempos passados da história de sua produção. No enquadramento do processo de mundialização, redefine-se o papel das cidades como mediação necessária do pressuposto processo, o que irá determinar um novo papel do espaço na acumulação do capital. Como exigência do seu desenvolvimento, esse comportamento realiza-se no movimento de passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro, através da reprodução do espaço urbano, sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial (CARLOS, 2018).

Ou seja, a reprodução do espaço urbano expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo um novo espaço sob a forma de produto imobiliário que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora (CARLOS, 2018).

Num cenário de oportunidades, a passagem do capital financeiro/industrial (o qual estava perdendo forças no cenário mundial), para o capital financeiro/imobiliário proporcionou mudanças significativas nas novas produções do espaço urbano nas cidades.

Nesse sentido, estabelece-se um momento de passagem da presença do capital industrial à preponderância do capital financeiro, sendo o primeiro voltado à produção de mercadorias de consumo e o segundo voltado à produção do espaço como mercadoria, como condição de sua realização. Nessa perspectiva, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a

mudança de orientação (prioridade) das aplicações financeiras, da realização do ciclo industrial da mercadoria à produção do imobiliário (CARLOS, 2018).

Ou seja, tinha-se até esse momento de transformação, o capital a serviço da indústria, onde o interesse residia no produto oriundo dela, como por exemplo os eletrodomésticos, também chamados de mercadorias de consumo; posteriormente, o capital passa estar disponível no mercado financeiro, visando outro tipo de produto: o solo urbano, bem como os imóveis.

Vale ressaltar que embora essa mudança de capital gerou profundas transformações espaciais, o capital industrial já proporcionava algumas dessas transformações, pois eram corriqueiras a implantação de serviços públicos como sistema de abastecimento de água e sistema de fornecimento de energia, e sistema de circulação de veículos (esses elementos são fundamentais para o funcionamento dos parques industriais) dessa forma havendo novas produções espaciais na área.

A noção de produção do espaço marca a compreensão do espaço enquanto produto da ação humana para a compreensão do movimento triádico, que entende o espaço pelo movimento ininterrupto que o define enquanto condição, meio e produto da reprodução social. O sentido de espaço está, portanto, associado à ação humana, à produção, ligando-se à noção de atividade e de trabalho, o que o situa no âmbito do processo de produção, do modo como o trabalho se divide a partir da hierarquização do grupo, de sua orientação, das relações de propriedade que comandam a divisão de seus, a técnica e o conhecimento (CARLOS, 2016).

Paralelamente a abordagem desta pesquisa, a noção de produção do espaço em Timon vem passando por mudanças no seu conteúdo e nas formas de uso do espaço, os quais expressam uma estrutura social crescentemente complexa e diferenciada, ou dito de outra forma, que consistem em reflexo, meio e condição social. Contudo, essas transformações não são proporcionalmente acompanhadas de investimentos em infraestruturas urbanas e políticas urbanísticas de regulação da produção do espaço urbano (SOUSA, 2014).

O homem, o grupo e, mais tarde, a sociedade encontram-se diante das necessidades de sua produção, o que se dá inicialmente como produção das condições que permitem a realização da vida defrontando-se com a natureza – com isso, a atividade, o modo de realizar a produção, e um modo de consumi-la requer um conjunto de mediações. Entre os indivíduos do grupo ou da sociedade, as normas diante do trabalho a ser efetivado compõem-se de relações formais, reais, práticas simbólicas e obriga-nos a pensar nas relações sociais que constituem esse processo.

A produção dos indivíduos é determinada socialmente, fazendo aparecer indivíduo e produtos como resultados da história – processo incessante de constituição do ser humano. Isso significa dizer que há uma relação dialética produção/reprodução do espaço (CARLOS, 2016).

O processo de produção do espaço tem como pressuposto a natureza, envolve um conjunto de elementos fundados na atividade humana produtora, transformadora, bem como na vontade e disposição, acasos e determinações, conhecimentos todos estes voltados à reprodução da sociedade. Nesse processo, transforma-se a natureza em mundo, uma realidade essencialmente social. Essa luta de morte na construção do mundo é a concisão constitutiva do espaço – uma objetividade que pode ser traduzida na prática socioespacial em seu processo conflituoso. O mundo aparece hoje como produção em movimento de relações sociais de poder, delimitação e superação de fronteiras, e cada vez mais distante de uma natureza primeira. Num processo conflituoso, o homem se depara com as forças naturais, e luta contra ela no sentido de superá-la (CARLOS, 2016).

O movimento resultante da atividade do trabalho recoloca a reprodução continuada do espaço que a cada momento do processo histórico apresenta-se como seu produto e condição para a instauração de um novo processo, abrindo-se inexoravelmente, em direção à sua reprodução. Assim, há produção, portanto, de produtos e obras como resultado dessa atividade que revelam o sentido e conteúdo da mesma à qual correspondem ideias, representações e uma linguagem – intimamente ligada à atividade material -, e que envolve a propriedade como condição e produto, meio que define as relações dentro e fora do mundo do trabalho. A cada nível da produção/reprodução social corresponde um espaço-tempo (CARLOS, 2016).

A produção do espaço pressupõe também a existência da propriedade, que orienta e define o modo como as relações de trabalho vão se efetuar e como será a administração e a divisão do produto produzido, como será consumido e por quem, bem como a distribuição dos produtos do trabalho. A propriedade como fundamento revela em sua origem uma desigualdade que se realiza enquanto relação de poder, isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes, baseada no lugar que estes ocupam no processo de produção da riqueza social. A existência da propriedade propõe a separação entre sujeito (que produz e transforma) e, objeto (produto da ação), assim como as relações constitutivas dessa separação que se defrontam com a racionalidade capitalista segundo a qual a valorização orienta a finalidade da produção do espaço (CARLOS, 2016).

Ao longo da história, o processo de produção do espaço, enquanto processo civilizatório, traz em si aquilo que nega, isto é, com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço, enquanto produção social, torna-se um produto e nesta condição revela-se na contradição valor de uso/valor de troca. O espaço, portanto, torna-se sob o capitalismo, uma mercadoria, como em tese, todos os produtos do trabalho humano. No plano da reprodução de mercadorias, o processo envolve o reprodutível e o repetitivo, referindo-se diretamente à atividade produtiva, tanto de bens materiais quanto dos imateriais, que produz coisas no espaço (criando as condições para a realização das atividades) ao mesmo tempo que produz o espaço, enquanto mercadoria e capital fixo (CARLOS, 2018).

Nesse processo, a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reprodutível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação. Do movimento da produção à reprodução do espaço da metrópole encontramos novos conteúdos da urbanização sinalizados: a) pela desconcentração do setor produtivo e a acentuação da centralização do capital na metrópole; b) pela mudança das atividades do setor de serviços com a predominância do financeiro e de serviços diferenciados (informática, telecomunicações, aliados ao crescimento dos setores precarizados, como o telemarketing); c) pelo aparecimento de novos setores econômicos, tais como o turismo e lazer acompanhando o setor de negócios financeiros; d) pela realização das políticas públicas que dão atenção especial à produção do espaço em determinados setores e áreas da metrópole, com a criação de infraestrutura e alterações nos usos e funções dos lugares a partir de mudanças de zoneamento do solo urbano, políticas de intervenção espacial através da realização de operações urbanas e da chamada requalificação de áreas, principalmente centrais, por meio da realização de parcerias entre a prefeitura e os setores privados que influenciam e orientam essas políticas (CARLOS, 2018).

A violenta transformação das áreas onde se estabelecem os novos projetos expulsa os residentes e implanta um padrão estético homogêneo. Com isso, uma nova ordem se estabelece a partir da ação dos promotores imobiliários vinculada às estratégias do sistema financeiro que orienta e reorganiza o processo de reprodução espacial por meio da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. A ação do Estado, por meio do poder local, intervindo no processo de produção da cidade, reforça a hierarquia dos lugares, criando centralidades, expulsando para a periferia os antigos habitantes, recriando um espaço de dominação e impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (CARLOS, 2018).

Esse processo descrito por Carlos, têm sido comumente encontrados em inúmeras cidades brasileiras, onde o padrão homogêneo e segregado, impõe novas ordens de produção (ou mesmo estilos de ocupação) espacial, um exemplo de padronização tem-se o núcleo central de uma cidade, onde ela possui atividades voltadas ao comércio ou à prestação de serviços, e outras áreas situadas próximas à franja urbana, ter residenciais luxuosos ou ainda conjuntos habitacionais populares. Ou seja, esses espaços ao mesmo tempo, refletem processos de centralidades, de segregação como também de hierarquia espacial.

O processo de produção/reprodução do espaço sob a orientação capitalista repõe suas próprias condições de realização, renovando seus pressupostos. As transformações do espaço urbano, enquanto condição da realização do ciclo do capital, geram as lutas em torno do espaço que vão sinalizando esse movimento de contradições. Por seguinte, a produção do espaço se realizou sob a égide da propriedade privada do solo urbano. O espaço, ora fragmentado a partir do desmembramento de antigas chácaras e propriedades agrícolas, áreas de florestas nas franjas da mancha urbana ou mesmo desocupadas em seu interior, foi com o crescimento da mancha urbana, sendo reunido à cidade por meio da incorporação e venda. Em pedaços, o espaço torna-se intercambiável a partir de operações do mercado (CARLOS, 2018).

Neste momento, reforça-se a importante dedução de que o sistema capitalista induz as transformações no espaço, mediante a premissa do valor de uso/valor de troca, ou seja, o espaço passa a ser mercadoria. Mercadoria essa que, o seu acesso encontra-se cada vez mais difícil devido seu alto valor (neste caso tanto de uso como de troca). Destaca-se nas ideias de Carlos, sobre um processo corriqueiro que se realiza nos limites da malha urbana, a qual é a adesão/compra de terrenos por empresas imobiliárias, por vezes também pela rede bancária, geralmente esses espaços já ocupados são chácaras ou de pastagem. Na medida que se fazem novas produções espaciais, há uma necessidade periódica de adequação do perímetro urbano na cidade, e assim a área territorial da cidade cresce de modo contínuo.

Desse modo, o espaço entra no circuito de troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Isso ocorre porque o capital desenvolveu o mundo da mercadoria, criou possibilidades reais para a extensão da propriedade privada do/no espaço, bem como a expansão das atividades econômicas para sua realização. Realiza-se, assim, ampliando-se a propriedade privada da riqueza sob a forma de propriedade do solo urbano. A predominância do valor de troca, como extensão do mundo da mercadoria, indica a disputa pelo uso dos lugares da cidade pelas diferentes classes sociais, o que gera conflitos entre indivíduos e usos,

na medida em que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada (CARLOS, 2018).

Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida apoiados na existência da propriedade privada da riqueza social, que sob a forma do solo urbano, determina seu valor. Os fatores que se ligarão à formação do preço vinculam-se principalmente à inserção de certa área no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno, a acessibilidade em relação aos lugares ditos privilegiados, o acesso à infraestrutura existente, a privacidade e os fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos de construção. A evolução dos preços, todavia, interrelacionam-se com as condições de reprodução do espaço urbano, no que se refere ao modo como se desenvolve a produção das condições gerais de reprodução, dos custos gerados pela concentração no solo urbano, bem como pelas políticas de zoneamento ou de reservas territoriais, além das modificações do poder aquisitivo dos habitantes (CARLOS, 2018).

A sociedade industrial e da urbanização provocou a divisão e reivindicação ativa de espaço por uma multidão de atores e instituições de modo que produziu uma “explosão de espaços” – a articulação múltipla das relações sociais estratificadas com o espaço. Espaços contraditórios com dimensionalidades, que ultrapassam as fronteiras do conflito socioespacial, de modo a tornar aparente os interesses de pessoas e grupos da sociedade (CANZI; TEIXEIRA, 2017)

A dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem se apoiando agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno – serviços, comércio, setor financeiro – como condição de desenvolvimento. Tal transformação traz como exigência a produção de outro lugar para acolhê-la, imposto pelos novos padrões de competitividade da economia. Esses novos padrões exigem fluidez e flexibilidade enquanto as áreas tradicionais se encontram densamente ocupadas e o sistema viário congestionado. A superação desta situação requer a construção de um novo espaço, como área de expansão do centro, porque a centralidade é fundamental para estas atividades. As possibilidades de produzir um espaço redefinem-se, em função da abundância de terras passíveis de serem incorporadas no mercado imobiliário, diante das necessidades de realização do ciclo do capital (CARLOS, 2018).

A cidade no capitalismo e, especialmente a partir da expansão da produção industrial, é cada vez mais produzida como mercadoria, em fragmentos, por meio do trabalho nela cristalizado, que contém em si valor (valor de uso e valor de troca) e como meio de circulação

do capital, permitindo que ele se realize propriamente. A construção de moradias e infraestrutura não estava vinculada às necessidades do viver e sim aos interesses dos proprietários de terra, dos especuladores, dos "presidentes de sindicatos financeiros", de modo que a cidade reproduz materialmente a diferenciação e os interesses de classe (ALVAREZ, 2015).

O processo constitutivo nessa direção contém desde regulamentações que permitiram maior flexibilidade ao título de propriedade, tornando-a lastro de um capital a ser mobilizado no mercado financeiro, como, por exemplo, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os Fundos de Investimento Imobiliário (FII), até a instituição da alienação fiduciária, que deu maior garantia à expansão do crédito, dando a posse efetiva do imóvel ao credor, até que ele seja quitado. Porém, também tem sido condição fundamental a ação do Estado através de planos, projetos e normas urbanísticas, direcionando seletivamente os investimentos públicos e privados para determinados fragmentos da cidade (ALVAREZ, 2015).

A produção do espaço e sua valorização parecem, agora, ser condições para a valorização de capitais do setor financeiro da economia aplicados no setor imobiliário, evidenciando um movimento entre a mundialização financeira (o processo produtivo no capitalismo comandado por um sistema financeiro, elemento importante na reprodução das relações de produção) e sua relação com a produção do espaço urbano. A produção atual do espaço pode ser entendida como um processo implicado na reprodução de capitais, além de caminhar na direção de se tornar fator condicionante da realização mais veloz dos ciclos dos diversos capitais (MIELE, 2015).

O espaço atualmente possui como um de seus atributos o consumo produtivo. Em outras palavras, a produção do espaço faz parte das novas estratégias de acumulação de frações de capital articulando vários setores da economia. Damos destaque à articulação entre o capital financeiro (de grandes, médios e pequenos investidores), o capital industrial, principalmente a indústria da construção civil, e as frações de capitais que compõem o setor imobiliário (MIELE, 2015).

Ao considerarmos o espaço como elemento central na reprodução das relações de produção, levamos em conta que, como afirmado anteriormente, a produção do espaço pode ser vista como um processo implicado na reprodução dos capitais. De forma geral, estamos diante da migração de capitais entre setores da economia que serão aplicados na produção do espaço em dois planos. Primeiramente, na construção de obras de infraestrutura para a circulação de capitais e mercadorias, e no segundo plano o investimento no setor imobiliário, preocupação que move nossa investigação (MIELE, 2015).

Nesta linha de raciocínio, o município de Timon, segundo Santos (2007), é marcado um crescimento urbano e demográfico que se inicia entre os anos 1960 e 1980, atestado pela realização de obras visando à melhoria da infraestrutura de bairros considerados até então periféricos, como a construção de 8.000 m² de calçamento e de dois bueiros para dar acesso ao Conjunto Boa Vista e a recuperação do Posto Fiscal de Timon, no bairro Parque Alvorada – e de vários problemas urbanos dele decorrentes. Daí a necessidade de novas obras, para atender à crescente demanda por serviços públicos de saúde, educação e moradia durante a gestão de Napoleão Guimarães.

O processo de urbanização pode revelar, no plano espacial, as estratégias de reprodução do espaço, do capital e da vida na cidade. A complexidade do processo de reprodução do espaço urbano nos revela novos processos e sujeitos sociais que surgem no constante movimento de reprodução espacial (MIELE, 2015).

A apreensão da singularidade do processo de urbanização de Timon está relacionada com a dinamização da urbanização no contexto regional-nacional, pesando-se as inter-relações múltiplas e as forças atuais expressas na forma territorial urbana (SOUSA, 2014).

Desse modo, a produção do espaço se torna condição para a reprodução do capital, sobretudo de sua fração financeira. A produção do espaço urbano, bem como o desenvolvimento do mercado imobiliário, possui limites expressos pelas contradições internas ao processo de produção capitalista do espaço. Além disso, tanto o mercado imobiliário como o processo de reprodução espacial se realizam por empreendimento de estratégias, pela busca de uma lógica e racionalidade que são rompidas, pois o próprio processo aqui discutido pode se tornar um empecilho para sua reprodução (MIELE, 2015).

2.2 OS AGENTES ESPACIAIS E OS EQUIPAMENTOS URBANOS

A cidade é o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho. Não há como não entender essa formulação. O mundo está se urbanizando crescentemente e, nas cidades, a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde, o lazer não têm solução individual. Cada vez mais a reprodução da população que compõe a força de trabalho, em sua maioria, se faz de modo coletivo ou ampliado, dependente do Estado (MARICATO, 2015).

A produção do espaço não é resultado da mão invisível do mercado, nem de um Estado hegeliano ¹ ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2017).

Para Corrêa (1989), os agentes sociais são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades.

A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveria ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, cidadania para alguns, não se trata de direitos universais, mas de privilégios para poucos (CASTRO e SILVA, 1997).

A reprodução ampliada não depende apenas do salário – ou da taxa de salário, mas também das políticas públicas, parte das quais são especificamente urbanas, como se estas constituíssem um salário indireto. Um aumento de salário pode ser absorvido pelo alto custo do transporte ou da moradia, por exemplo (MARICATO, 2015).

O capital em geral busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades, mas interessa destacar aqui um conjunto dos capitais que têm interesse específico na produção do espaço urbano, por meio do qual se reproduzem obtendo lucros, juros ou rendas. Faz parte desse grupo específico os seguintes capitais: 1) incorporação imobiliária; 2) capital de construção de edificações; 3) capital de construção pesada ou de infraestrutura; e, 4) capital financeiro imobiliário. Encontram-se nesse grupo, os proprietários de terra que podem constituir obstáculos ao processo de reprodução desses capitais ou se associar a eles (MARICATO, 2015).

O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Isso ocorre devido o Estado se constituir numa arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam. Portanto, a atuação do Estado possui ênfase nos contextos: econômico, político e social, de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa. Segundo Spósito (2017 p.45-46), no prisma das ações do Estado como agente produtor do espaço, compete a ele:

¹ O Estado, no pensamento hegeliano, “é a realidade em ato da ideia de moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe” (HEGEL, 1997, p. 216). A existência imediata do Estado se dá no costume, enquanto a existência mediata se dá na consciência de si, no saber e na atividade do indivíduo, ao obter sua liberdade substancial, vinculando-se ao Estado como vincula-se à sua própria essência.

(a) estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas...) de produção e uso do espaço; (b) taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas (...); (c) produzir as condições de produção para os outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água (...); (d) controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietários de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais; (e) tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais (...) (f) tornar-se promotor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris, e dos impactos, em outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais (...).

Conforme Spósito, o Estado atua como importante agente espacial. Um exemplo a ser mencionado é o da cidade de Timon, onde seu desenvolvimento urbanístico inicia-se sob a ação do Estado, através da gestão municipal, mais especificamente no primeiro mandato de Napoleão Guimarães ²(1964-1967), por meio da pavimentação de ruas e difusão do saneamento básico. Além disso, foi introduzido o serviço de iluminação pública com lâmpadas a querosene, construído o muro do cemitério São José e a construção do primeiro Mercado Público (LULA, 1991; SOUSA, 2005; SILVA, 2016).

Anteriormente, ocorreu à instalação do serviço de iluminação elétrica (1947-1951) e à construção de novos prédios, como o Posto de Saúde na rua Miguel Simão, o Grupo Escolar Padre Delfino e o matadouro (1951-1961); além da construção da nova sede da Prefeitura Municipal e da ampliação do Mercado Público (1961-1964). A disponibilização desses serviços urbanos, a exemplo da iluminação pública, provocou o desenvolvimento demográfico e político do núcleo urbano de Timon (LULA, 1991; SOUSA, 2005; SILVA, 2016).

O planejamento urbano modernista funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica, contribuiu para a consolidação de sociedades desiguais ao ocultar a cidade real e preservar condições para a formação de um mercado imobiliário especulativo e restrito a uma minoria. Abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo inspirado em modelos estrangeiros) convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada (MARICATO, 1996).

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da

² Napoleão Guimarães (1930-2020) era uma figura política no município de Timon, Maranhão. Nascido no município de São João dos Patos no Maranhão, Napoleão foi prefeito de Timon por três mandatos: o primeiro entre os anos 1966-1969, o segundo entre 1971-1976 e seu terceiro mandato entre 1983-1988. Também foi deputado estadual

cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também, como agente repressor, via de regra na tentativa de colocar os pobres no seu devido lugar: antes uma guarda das elites do que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de brancos e negros, de moradores privilegiados e pobres (SOUZA, 2005).

O Estado tem a prerrogativa da ação sobre a propriedade imobiliária e sobre os investimentos públicos, mais do que isso, ele detém os instrumentos jurídicos e de coação que permitem a produção do novo na metrópole. A racionalidade e a estratégia do Estado se impõem e, diferentemente do predomínio de uma perspectiva relacionista sobre a metrópole no sentido de garantir que a reprodução se realize num patamar de menor segregação socioespacial, o que se tem observado é o seu aprofundamento. A luta pelo espaço se acirra com manifestações e inúmeras novas ocupações, seja nos edifícios vazios do centro ou nos terrenos da periferia, reivindicando o direito de viver dignamente na metrópole. Essas lutas revelam a produção da cidade como negócio da contemporaneidade (ALVAREZ, 2015).

O imobiliário como segundo setor da economia que absorve os choques do desenvolvimento do capitalismo é o ponto de partida para o que se personifica como novo, diferente no processo, pois há novos conteúdos de acordo com o momento da reprodução geral do capitalismo. O que esse processo aponta é que o solo urbano não aparece mais somente como reserva de valor (principalmente em momentos de crise da indústria), mas cada vez mais como investimento possível de gerar mais valor, implicado em estratégias que tornam a produção do espaço um setor produtivo, ou seja, ele se torna condição da acumulação (MIELE, 2015).

Os investidores financeiros (pessoas físicas ou jurídicas; residentes no país ou estrangeiras) apostam no imobiliário como possibilidade de realização de seus capitais. Esse processo se desenvolve no movimento de generalização da forma mercadoria que põe o espaço enquanto tal, fazendo com que cada vez mais o espaço faça parte dos circuitos de valorização. O que aparece como novo nesse processo é que a valorização do espaço e sua produção hoje se dão em uma nova dinâmica econômica: a realização do capital financeiro, que faz com que a produção do espaço ganhe cada vez mais importância no sentido de garantir a reprodução das relações de produção (MIELE, 2015).

Não podemos entender essa migração de capital entre setores da economia, principalmente a relação entre o financeiro e o imobiliário, sem levar em conta os obstáculos à reprodução do capital no setor imobiliário e a própria produção do espaço como barreira à

sua realização. Embasado em Miele (2015), entendemos aqui como obstáculos a propriedade privada da terra, a valorização do solo urbano e a raridade do espaço.

A propriedade privada do solo, elemento central para a reprodução capitalista, torna-se impeditiva para a produção do espaço. O setor da construção tem que dispor de um volume considerável de recursos para adquirir terras para a produção imobiliária - o que vai limitar as opções de construção, encarecendo o produto e possivelmente comprometendo a demanda. Dessa forma, o financiamento da produção se torna um obstáculo, pois é preciso a existência de um capital autônomo que financie o processo de produção, cobrando juros do produtor. Tais juros são pagos por parte da mais-valia gerada no interior do processo de construção, aumentando o preço do produto (MIELE, 2015).

As possibilidades de interações sociais dos equipamentos urbanos são, de fato, fundamentais para qualificar bairros ou regiões das cidades. Contudo, a realidade do planejamento de equipamentos no Brasil, no geral, leva em consideração apenas características técnicas definidas em legislação sem, contudo, explorar aspectos qualitativos dos equipamentos urbanos (NEVES, 2015). A Lei Federal n. 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, traz a seguinte definição para equipamentos urbanos comunitários: “Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” (art. 4º parag. 2º).

Complementando essa definição, a NBR 9284 conceitua equipamentos urbanos comunitários como “bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos ou privados” (NBR 9284, 1986, p. 1).

Com relação ao planejamento para alocação de equipamentos urbanos comunitários, a Lei Federal n. 6.766, de 1979, discorre sobre áreas a serem reservadas para a implantação de equipamentos urbanos comunitários. De acordo com a referida lei, os equipamentos seriam computados nos 35% de área pública a ser destinada quando elaborado o projeto de loteamento de uma gleba. No entanto, a Lei n. 9.785/99 diz que as áreas destinadas aos equipamentos urbanos deverão ser “proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem” (BRASIL, 1999, n./p.).

A valorização do espaço pode surgir como um limite no sentido de concentrar uma boa infraestrutura e possuir maior preço, fazendo com que a lucratividade dos empreendedores seja menor. Outro elemento importante como limite a produção do espaço, e limite à realização do capital no setor imobiliário, é a existência da raridade do espaço que

articula a existência da propriedade privada da terra e a valorização capitalista do espaço numa conjunção entre espaços construídos e espaços vazios (ambos de propriedade de alguém). É importante observar que a ideia de localização está presente no raciocínio empreendido a respeito da raridade do espaço. Articulado com a ideia de localização está a ideia de caro, uma associação ao preço, expressão do valor do solo urbano (MIELE, 2015).

Atualmente, é na terra que parte do capital financeiro tem sido investido, como possibilidade de, através da produção do espaço e por meio dos agentes do mercado imobiliário e do Estado, realizar a mais-valia da terra.

3 CONTEXTO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

O presente capítulo organiza-se em três subcapítulos, o primeiro discorre acerca da habitação como direito do indivíduo, bem como o déficit de moradias no Brasil, de acordo com a Organização das Nações Unidas e a Constituição Federal Brasileira de 1988. O segundo contempla o histórico das políticas e principais programas habitacionais na história do Brasil, e por fim o terceiro, analisa o Programa Minha Casa Minha Vida, suas nuances e reflexos pelo espaço urbano das cidades brasileiras.

3.1 HABITAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL DO INDIVÍDUO

A questão da habitação pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Numa perspectiva que concebe o problema da moradia concomitante ao direito à cidade. É possível perceber que as reivindicações em relação à habitação emergem sob várias facetas: solução para os graves problemas de infraestrutura (saneamento, obras de drenagem etc.), construção de moradias para atender ao déficit habitacional e questionamento das obras de melhorias de áreas periféricas (MOTA, 2011).

Sendo o desejo de inúmeros brasileiros a aquisição da casa própria, a compra torna-se difícil, dependendo da região, devido à valorização do espaço urbano nas médias e grandes cidades, comparado ao baixo poder aquisitivo do trabalhador. Contudo, o déficit habitacional no Brasil não é recente, sendo comum na maioria das cidades. A falta de moradia de qualidade para os segmentos de baixa renda possui diversos fatores que, interagindo entre si, provocam o déficit habitacional (IPEA, 2007; SOUSA, MARTINS, 2019).

O crescimento demográfico urbano desordenado brasileiro a partir das décadas de 1970 e 1980 ocasionou impactos ambientais e sociais. A falta de planejamento das cidades no controle dos altos índices de crescimento acarretou degradações ambientais e contribuiu para a marginalização da população (PAULO, 2018). Ainda segundo Ribeiro (2006), a década de 1980 ficou marcada pela elevação do crescimento demográfico, em conjunto com a impossibilidade de um crescimento econômico, tendo em vista as restrições sociais que deformavam o desenvolvimento nacional, uma vez que

[...] a estrutura agrária dominada pelo latifúndio que, incapaz de elevar a produção agrícola ao nível de crescimento da população, de ocupar e pagar as massas rurais, as expulsa em enormes contingentes do campo para as cidades, condenando desta forma a imensa maioria da população à marginalidade (RIBEIRO, 2006, p. 184).

A falta de perspectiva de trabalho no campo fez com que os trabalhadores rurais começassem a migrar para os grandes centros em busca de emprego e qualidade de vida, processo esse conhecido como êxodo rural. Ocorreu, entretanto, que o espaço urbano não estava preparado para receber tal contingente, o que acarretou na a marginalidade espacial de parte da população urbana, com muitos indivíduos passando a se instalar nas periferias geográficas, principalmente, das cidades, dando origem assim às primeiras favelas (PAULO, 2018).

Como o crescimento populacional interferiu na organização das cidades, as moradias dos mais pobres foram ainda mais afetadas. Esse entendimento se baseia nas concepções de Mumford (1991, p. 467) quando explica que

O congestionamento urbano verifica-se naturalmente quando um número demasiado grande de pessoas começa a competir por um número limitado de apartamentos e quartos; e, quando um proletariado comercial e industrial começou a afluir em massa para as grandes capitais (...) tais condições tornaram-se crônicas.

Essas comunidades, geralmente, se concentram em áreas inapropriadas para moradias, ou seja, na maioria das vezes essas habitações são construídas de forma irregular em locais insalubres. Nesses locais encontramos pessoas vivendo totalmente à margem da sociedade, uma vez que tais favelas não possuem nenhuma infraestrutura e na maioria das vezes sequer possuem saneamento básico (PAULO, 2018). Além disso, Ribeiro estabelece que a criação de favelas é uma forma clara de deterioração urbana, ao afirmar que

a própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas. Soluções esdrúxulas é verdade, mas não únicas que estão a seu alcance. Aprende a edificar favelas nas morrarias mais íngremes fora de todos os regulamentos urbanísticos, mas que lhe permitem viver junto aos seus locais de trabalho e conviver como comunidades humanas regulares [...] (RIBEIRO, 2006, p. 138).

Quando mencionamos sobre a questão das ocupações irregulares não nos referimos apenas aos locais em que a lei proíbe a realização de edificações, mas também aos prédios e construções abandonadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada. Nesses locais, as instalações são arcaicas e precárias, sendo comum a falta de fornecimento de água e energia elétrica e a presença de famílias vivendo de forma desumana (PAULO, 2018).

Ademais, com falta de água e energia elétrica, esses moradores recorrem a ligações clandestinas, popularmente conhecidas como “gatos”, colocando em risco sua vida e de sua família. Portanto, o crescimento populacional desordenado contribuiu para a marginalização

espacial da população urbana, refletida em moradias irregulares nas denominadas áreas de risco, podendo ocasionar impactos ambientais (RIBEIRO, 2006; PAULO, 2018).

Mediante o tema abordado, é incontestável que a falta de moradia esteja relacionada à visão de uma moradia digna. Assim sendo, a moradia digna é um direito social assegurado pela Constituição Brasileira (1988), e segundo Bitoun (2009), cabe ao Estado promover políticas públicas para reduzir de forma significativa o déficit habitacional no país.

Atualmente, o déficit habitacional nacional é elevado, gira em torno dos 5,8 milhões de moradias (BRASIL, 2019). O que corresponde a um valor significativo, mas que apresenta problemas em sua quantificação, pois a metodologia empregada é contestada por pesquisadores da área. Um dos motivos é a não contemplação das moradias inadequadas, nesse caso, seriam as feitas com restos de materiais como: papelão, alumínio, talos de madeira, plásticos, dentre outros. Esses materiais não apresentam resistência e isso torna a residência inadequada.

A quantificação do déficit habitacional mais aceita, embora com algumas contestações, é a promovida pela Fundação João Pinheiro. O Brasil, por meio da referida Constituição de 1988, incorporou os direitos sociais e passou a defender o direito à moradia digna, expresso como um direito extensivo, isto é, pressupondo uma vida com qualidade em que as necessidades são supridas e respeitadas (NALIN, 2013).

A Constituição de 1988 concedeu ainda, através dos artigos 182³ e 183⁴, à sociedade brasileira e às três esferas de poder, um processo que redefine competências, transferindo aos Estados e aos municípios a participação na gestão das políticas sociais, dentre elas a de saúde, a de assistência social, e, principalmente a de habitação de interesse social (BRASIL, 1988). No entanto, verifica-se que o contexto habitacional brasileiro é acompanhado de um eminente aspecto negativo que diz respeito ao déficit que ainda é acentuado no país.

3.2 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

A trajetória da política habitacional brasileira é marcada por décadas de acúmulo de um passivo na provisão de moradia para a população de baixa renda, somadas as soluções habitacionais que, apesar de inicialmente objetivarem o atendimento das necessidades das

³ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

⁴ Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

classes mais baixas, tiveram, ao longo de seu percurso, mudanças que acabaram desviando o atendimento para classes de renda média (AZEVEDO, 1988; MARGUTI, 2018).

A Fundação da Casa Popular, primeira política nacional de habitação, criada em 1946, revelou-se ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas. O que comprometeu o seu desempenho no atendimento da demanda, que ficou restrito a alguns estados da federação e com uma produção pouco significativa de unidades habitacionais (BRASIL, 2004).

Do ponto de vista da habitação de interesse social, o período que se estende de 1988 – quando entra em vigor a atual Constituição Federal – até 2003, quando se cria o Ministério das Cidades, é marcado pelo vazio deixado pela extinção do Banco Nacional de Habitação – BNH, e pela ausência de uma estrutura de âmbito federal organizada para a condução das políticas urbana e habitacional (CARVALHO, STEPHAN, 2016). Mesmo as atribuições do BNH sendo transferidas para a Caixa Econômica Federal, o que vimos foi a inação do Governo Federal em um momento econômico que a palavra de ordem era corte de gastos sociais (sob Fernando Henrique Cardoso) e poucas iniciativas isoladas por parte dos estados, algumas voltadas, principalmente, para os servidores públicos destes.

O BNH, criado em 1964, tinha como clientela prioritária famílias de renda mensal entre 1 e 3 salários-mínimos. Contudo fatores exógenos à política social do banco forçaram a reformulação da política habitacional, reduzindo substancialmente os investimentos para essas famílias. Esse modelo de política habitacional implementado pelo BNH baseava-se em um conjunto de características: primeiro, a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (AZEVEDO, 1988; BRASIL, 2004).

O segundo elemento foi a criação e operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, em nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada, pelos órgãos executivos. Terceiro, a criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou principalmente em nível regional. E, por último, a criação de uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas e fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo órgão central (BRASIL, 2004).

Desde o início da atuação do BNH, verificou-se a existência de problemas no modelo proposto, tendo o Banco, ao longo de sua existência, efetuado mudanças visando corrigir o

percurso de suas ações no que, entretanto, não foi bem-sucedido, e, por não conseguir superar a crise do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), acabou extinto ⁵(BRASIL, 2004).

Dentre as críticas feitas à atuação do BNH, destaca-se a incapacidade de atender à população de baixa renda, principal justificativa da sua criação. Outro ponto importante era o modelo institucional adotado, com forte grau de centralização e uniformização das soluções no território nacional. A desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos também era apontada criticamente, bem como a construção de grandes conjuntos como forma de baratear o custo das moradias, geralmente feitos em locais distantes e sem infraestrutura e, por último, o modelo financeiro que se revelou inadequado em uma economia com processo inflacionário (BRASIL, 2004; MARGUTI, 2018).

Após a extinção do BNH, os desafios se agravaram. É também nesse período que ocorre o maior crescimento das grandes cidades brasileiras fora dos marcos da cidade legal, quando a ausência de uma oferta significativa de moradia subsidiada levou o trabalhador urbano a comprar ou ocupar terrenos irregulares, na periferia geográfica, em áreas de risco ou de proteção ambiental, gerando as diversas situações de irregularidade fundiária (MARICATO, 2009).

Destaca-se que no contexto da redemocratização do País (a partir de 1985), movimentos sociais por moradia, universidades, sindicatos e entidades profissionais se reorganizaram e retomaram o tema da reforma urbana. Isso deu origem à Emenda Popular da Reforma Urbana, apresentada e aceita no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1986, resultando na inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988.

A crise do Sistema Financeiro de Habitação e a extinção do BNH criaram um hiato em relação à política habitacional no País. Extinto em agosto de 1986, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência abrangia as políticas habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto a Caixa estava vinculada ao Ministério da Fazenda (BRASIL, 2004).

⁵ Um dos motivos para a quebra do BNH foi a inadimplência. Contudo, devemos lembrar que a década de 1980 também é marcada por uma crise econômica extensa, em que há uma constante desvalorização do salário-mínimo, os preços dos produtos são inconstantes e o Governo Federal, após uma série de empréstimos juntos aos organismos internacionais, como o BNH, foi obrigado a diminuir o investimento em políticas públicas.

Em março de 1987, o MDU é transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), que acumula, além das competências do antigo MDU, a gestão das políticas de transportes urbanos e a incorporação da Caixa Econômica Federal. Outrora, precisamente em setembro de 1988, ocorrem novas alterações: cria-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES) (BRASIL, 2004).

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, um dos pontos principais do modelo proposto, ganha base para se efetivar. Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional (BRASIL, 2004).

Em março de 1989, é extinto o MBES e cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), sob competência do Ministério do Interior. As atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação e a Caixa Econômica Federal passam a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda (BRASIL, 2004). O modelo institucional adotado pela SEAC privilegiava a iniciativa de Estados e municípios, deixando de estabelecer prioridades alocativas, o que permitiu maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixam de ser apenas executores da política. No entanto, a utilização dos recursos do FGTS em quantidade que superava suas reais disponibilidades financeiras afetou as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando a sua suspensão temporária (BRASIL, 2004).

Na esteira da oscilação política que marcou o período, os governos estaduais e municipais tomaram iniciativas no desenvolvimento de ações locais, com elevado grau de autofinanciamento, e baseadas em modelos alternativos, destacando-se entre eles os programas de urbanização e regularização de favelas e de loteamentos periféricos (BRASIL, 2004).

Em meados da década de 1990, sob forte influência das políticas de recorte neoliberal, inicia-se um processo de estímulo ao mercado imobiliário para a produção de moradias voltadas para as classes média e média-alta, mediante a aprovação de importantes marcos institucionais e de instrumentos financeiros (CARVALHO, STEPHAN, 2016).

A primeira metade da década de 1990 foi marcada pela falta de uma estratégia nacional para o enfrentamento da questão habitacional, lacuna que passou a ser preenchida de forma descentralizada e fragmentada por estados e municípios empenhados em minimizar a enorme dívida social e urbana. Neste momento, foi posta em prática uma grande diversidade

de experiências alternativas, de iniciativa de gestões municipais, como a urbanização, de assentamentos precários e a construção de moradias por meio de mutirão e autogestão, porém pouco articuladas entre si, dada a ausência de uma política habitacional de âmbito nacional (MARGUTI, 2012).

Em 1994, o Governo Federal colocou como prioridade a conclusão das obras iniciadas na gestão anterior e lança os programas Habitar Brasil e Morar Município, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Em 1995 é realizada uma reforma no setor da política habitacional, com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação. A ação da SEPURB caracterizou-se por uma retração do setor institucional (BRASIL, 2004).

A partir de 1995, a intervenção do Estado na política habitacional passa a contar com objetivos e estratégias claramente delimitados, com pressupostos, diretrizes e princípios. Para tanto, foi criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), dando início à elaboração da política governamental na área da habitação, que, mais tarde, culminou na nova Política Nacional de Habitação – PNH (MARGUTI, 2012). Nesse período, os programas habitacionais federais, capitaneados pela SEPURB, Pró-Moradia e Habitar-Brasil foram responsáveis pela produção de, aproximadamente, 450 mil unidades habitacionais (AZEVEDO, 2007).

Constata-se então, uma contínua redução dos quadros técnicos e uma perda de capacidade de formulação dessas políticas habitacionais. A transformação da SEPURB em Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) não trouxe mudanças significativas nesse processo, persistindo a desarticulação institucional e a perda progressiva de capacidade de intervenção. As áreas da habitação e do desenvolvimento urbano permanecem sem contar com recursos financeiros expressivos e sem capacidade institucional de gestão, no plano federal (BRASIL, 2004).

Entre os anos 1994 e 1995 foram criadas linhas de financiamento, tomando como base projetos de iniciativa dos Governos Estaduais e Municipais, com sua concessão estabelecida a partir de um conjunto de critérios técnicos de projeto e, ainda, a partir da sua capacidade de pagamento. Entretanto, foi imposta significativa restrição ao financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais, principalmente, as possibilidades de financiamento federal à regularização e urbanização de assentamentos precários, já que os programas de oferta de novas unidades habitacionais puderam ser viabilizados por meio de

financiamento do setor privado, por meio de empréstimos individuais, como o Programa Carta de Crédito (BRASIL, 2004).

Contudo, é importante mencionar que se ampliaram as condições de autonomia e de iniciativa locais, estaduais ou municipais, na definição das agendas e implementação de políticas e, a contraponto, restringiu-se o acesso a recursos, seja pela redefinição institucional acentuadamente municipalista promovida pela nova Constituição de 1988, seja pela iniciativa dos novos governos municipais eleitos na década de 1980. Por fim, como reflexo da desarticulação institucional dos sistemas estaduais de habitação e da retração e fragilidade das políticas federais, ainda houve um efetivo processo de descentralização e municipalização das políticas habitacionais, a partir de meados dos anos 1980 (BRASIL, 2004).

De fato, o que ocorreu no setor habitacional foi mais fruto de uma descentralização por ausência, sem uma repartição clara e institucionalizada de competências e responsabilidades. O Governo Federal não definiu recursos significativos para que os Governos dos Estados e Municípios pudessem oferecer programas habitacionais de fôlego para enfrentar o problema.

O Governo Federal manteve um sistema centralizado, com linhas de crédito sob seu controle, sem uma política definida para incentivar e articular as ações dos Estados e municípios no setor de habitação. O que se observa nesse período é a desarticulação institucional ou até mesmo a extinção de várias Companhias de Habitação (COHAB) estaduais e a dependência quase completa dos recursos federais pelos governos para o enfrentamento dos problemas habitacionais, verificando-se, inclusive, quase ou nenhuma priorização por parte de muitos estados à questão habitacional (BRASIL, 2004).

Em 2000 é criado o programa Morar Melhor, tendo como objetivo central a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população na faixa de renda de 0 a 3 salários-mínimos, priorizando o atendimento às famílias cujos chefes fossem mulheres e a domicílios em áreas de riscos, insalubres ou em condições de degradação ambiental. Ele foi responsável pela construção de 110 mil unidades aos quais quase 60% na região Nordeste, atendendo à parcela mais vulnerável da população, uma das mais pobres do país (CARMO, 2006).

A partir de 2003, as políticas habitacional e urbana ganharam novo patamar na agenda política nacional, após a sanção do Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001) e a criação do Ministério das Cidades, reunindo, pela primeira vez, as pastas das políticas setoriais (habitação, saneamento e transporte) em âmbito federal e reconhecendo a relevância da agenda pela reforma urbana.

As experiências locais foram, em grande medida, precursoras de novas práticas e alimentaram muitas das diretrizes contidas no Estatuto da Cidade, consolidado e aprovado treze anos após a CF/1988, representando, no momento de sua criação,

a pactuação do que seria uma nova agenda urbana brasileira dos anos 2000, ao trazer um conjunto de ferramentas ou instrumentos, que deveriam ser implementados nas cidades por meio da elaboração e implementação dos planos diretores, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (MARGUTI, COSTA e GALINDO, 2016, p. 15-16).

No âmbito da Política Nacional de Habitação (PNH), elaborada em 2004, foi criado, em 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) – fruto da Proposta Legislativa de Iniciativa Popular (PL) nº 2.710/1992 –, além de um fundo (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS) e um conselho gestor nacional, com participação de representantes do governo federal e da sociedade civil (MARGUTI, 2018).

A Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, deu tratamento federativo ao tema da moradia ao prever que as unidades da federação (UFs) e os municípios aderissem ao sistema, devendo criar seus fundos e conselhos locais. Essas iniciativas foram estimuladas pelo Governo Federal, que realizou uma ampla campanha nos estados e municípios e os apoiou na elaboração dos planos locais de habitação (IPEA, 2016).

Assim, no final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e no primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi se configurando um contexto favorável à participação do setor privado na promoção habitacional. A estabilidade macroeconômica do país a partir do final da década de 1990, com o Plano Real, e as novas orientações na política econômica a partir do governo Lula, devido especialmente à redução das taxas de juros, alteraram o interesse dos investidores e de agentes financeiros em relação à construção civil e ao mercado imobiliário (CARVALHO, STEPHAN, 2016).

No âmbito da habitação de interesse social, em 2003, o Ministério das Cidades passou a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e a Política de Habitação. O período que se seguiu à criação desse foi marcado pela retomada do planejamento estatal no setor habitacional e urbano, bem como o aumento do volume de recursos e subsídios para a habitação de interesse social. Portanto, ele é formado pela Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (BUONFIGLIO, BASTOS, 2011; DENALDI, 2012; BRASIL, 2004).

Dentro de um modelo participativo e democrático que reconhece a participação nas políticas públicas como direito dos cidadãos, o Ministério das Cidades, em 2003, articulou a realização das conferências municipais, regionais e estaduais das cidades, que contou com a participação de amplos segmentos da população, em cerca de 3.400 municípios. Nessas conferências foram debatidos os problemas das cidades e apresentadas sugestões visando a elaboração das políticas a serem adotadas. Em outubro de 2003 foi realizada a Conferência Nacional das Cidades, na qual resultou a criação do Conselho das Cidades e a aprovação das diretrizes para nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (BRASIL, 2004).

Em 2004 aprovou-se a Política Nacional de Habitação e o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e, em 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com o objetivo de garantir que os recursos públicos fossem destinados exclusivamente para subsidiar a população de baixa renda (BRASIL, 2005). Concomitantemente, a partir de 2004, foram criadas várias medidas com o objetivo de dar segurança jurídica e econômica ao mercado privado de imóveis e estimular o setor da construção civil. Nessa época, teve origem um processo de financeirização imobiliária, mediante a abertura do capital de empresas de construção civil na Bolsa de Valores (CARVALHO, STEPHAN, 2016).

Até 2007, cerca de 550 mil unidades habitacionais já haviam sido financiadas pelo FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) e pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), o que foi possível após o aumento desses recursos para o financiamento habitacional, previsto na PNH. De acordo com Rolnik (2015), em 2008, os empréstimos já alcançavam a casa dos R\$ 40 bilhões, e as incorporadoras possuíam grandes estoques de terras para o lançamento de cerca de 200 mil unidades habitacionais no “segmento econômico”.

Entretanto, esse contexto é alterado pela crise econômica mundial que se inicia nos Estados Unidos em 2008. Diante do novo quadro, o Governo brasileiro decide adotar medidas de expansão de crédito e apoio aos setores que se encontravam em dificuldades, dentre eles o setor imobiliário. Para continuar expandindo o mercado habitacional, a administração lança o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (CARDOSO, ARAGÃO, 2011).

Diante desse cenário, o setor empresarial, atingido pela crise hipotecária ocorrida nos Estados Unidos em 2008, propôs ao Ministério da Fazenda uma solução habitacional nos moldes das experiências mexicana e chilena, a qual incluía o subsídio direto ao comprador. A formulação final das negociações deu origem ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em março de 2009, com a meta de construção de 1 milhão de moradias e

inclusão de uma faixa de atendimento totalmente subsidiada e por fora do crédito hipotecário (ROLNIK, 2015). Conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Quadro-síntese da política habitacional no Brasil entre 1940 e 2009.

Período	Governo	Acontecimento
1946	Eurico Gaspar Dutra	Fundação da Casa Popular
1964	Humberto Castelo Branco	Criação do Banco nacional de Habitação
1986	José Sarney	Extinção do Banco Nacional de Habitação
1988	José Sarney	Inserção dos artigos 182 e 183 (temas relacionados a moradia) na Constituição Federal Criação do Ministério de Habitação e do Bem-estar Social
1989	José Sarney	Extinção do Ministério de Habitação e do Bem-estar Social Criação da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC)
1994	Itamar Franco	Lançamento dos programas Habitar Brasil e Morar Município
1995	Fernando Henrique Cardoso	Extinção da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária criação da Secretaria de Política Urbana
2000	Fernando Henrique Cardoso	Criação do Programa Morar Melhor
2001	Fernando Henrique Cardoso	Promulgação da Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade
2003	Luís Inácio Lula da Silva	Criação do Ministério das Cidades
2004	Luís Inácio Lula da Silva	Criação da Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação
2005	Luís Inácio Lula da Silva	Criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
2009	Luís Inácio Lula da Silva	Criação do Programa Minha Casa Minha Vida

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O período compreendido entre 2009 a 2022, correspondendo em sua grande parte ao período de vigência do programa habitacional – Minha Casa Minha Vida (foco de estudo da pesquisa), será abordado com maior afinco no tópico a seguir.

3.3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

O PMCMV é um conjunto de soluções para os principais problemas apontados pelos estudos da Política Nacional de Habitação (PNH) e da Fundação João Pinheiro (FJP). Ele busca atingir principalmente os aspectos econômicos dos financiamentos habitacionais por meio da concessão de subsídios dados às famílias das classes sociais mais pobres, permitindo reduzir o grande déficit habitacional existente na faixa de renda mensal que vai até seis salários-mínimos (SOUSA, MARTINS, 2019).

Instituído pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, o PMCMV constitui, atualmente, o principal programa habitacional do governo federal, cujo objetivo consiste na construção maciça de moradias visando à melhoria do sistema habitacional para a população de baixa e média renda. No âmbito do PMCMV estão previstos dois subprogramas: o PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana e o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural. O PNHU

tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos (Art. 4º, Lei n. 12.124/2011), enquanto cabe ao PNHR subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais (...) (Art. 11, Lei n. 12.124/2011), nas propriedades rurais, posses e agrovilas (CARVALHO, STEPHAN, 2016).

A União destinou a esses programas, na sua primeira fase, R\$ 2,5 bilhões e R\$ 500 milhões, respectivamente, a título de subvenção econômica, para facilitar a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial de famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos, nas regiões urbanas, e, dos agricultores familiares e trabalhadores rurais conforme sua faixa de renda, limitado a renda familiar anual a R\$10.000, 00, nas regiões rurais (AMICO, 2011).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) possuía como meta inicial a construção de um milhão de moradias até o ano de 2011. Em 2012, entretanto foi lançado o PMCMV 2 com previsão de mais de dois milhões de habitações no prazo de dois anos, indo assim até 2014 (SAPORITO, 2015). Dos 2 milhões de casas previstas até 2014, 1,2 milhões eram para famílias que ganhavam até R\$1.600 por mês. Para famílias com renda até R\$ 3.100, a meta era 300 mil unidades. Já para renda até 5 mil reais seriam 200 mil unidades (THERRY, 2017).

As unidades habitacionais foram projetadas de modo que as famílias tenham pelo menos o mínimo de conforto e segurança. Assim sendo, as casas do PMCMV possuem: dois quartos, um banheiro, um conjunto de sala e cozinha, e área de serviço na parte externa da casa (CAIXA, 2009). Dessa forma, o programa PMCMV tornou-se o maior programa habitacional do país nas últimas três décadas. O programa tem como finalidade “criar mecanismos de incentivo à produção e a aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda em até 10 (dez) salários, que residem em qualquer dos municípios brasileiros” (BRASIL, 2009, s/p)

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi estruturado em três faixas de renda para atendimento das famílias, sofrendo alguns ajustes ao longo do tempo. Em sua segunda fase foram considerados os seguintes parâmetros: (a) Faixa 1: famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00; (b) Faixa 1,5 e 2: famílias com renda mensal até R\$ 3.275,00; (c) Faixa 3: famílias com renda mensal até R\$ 5.000,00 (CARVALHO, MEDEIROS, 2017).

Dentro do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) estão as modalidades que se destinam ao atendimento das famílias enquadradas na faixa 1: (a) Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e (b) Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) — Entidades, ambas atuam

nos municípios acima de 50 mil habitantes; (c) Oferta Pública de Recursos — para municípios abaixo de 50 mil habitantes. O atendimento às famílias enquadradas nas Faixas: 1,5, 2 e 3, por sua vez, dá-se por meio do financiamento habitacional que pode ocorrer de duas formas: (a) operação de balcão ou destinado à Pessoa Física que adquire um imóvel na planta; e (b) financiamento à produção ou destinado à Pessoa Jurídica (construtoras e incorporadoras) (CARVALHO, MEDEIROS, 2017).

O PNHU foi destinado às famílias com renda mensal de até dez salários-mínimos, sendo que aquelas com renda de até seis salários-mínimos têm direito aos subsídios habitacionais do PMCMV, cujo objetivo seria complementar a capacidade financeira do proponente para o pagamento do imóvel ou assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das instituições financeiras e agentes financeiros do SFH. As famílias que recebessem entre seis e dez salários-mínimos teriam direito a condições especiais de financiamento imobiliário com os recursos do FGTS (AMICO, 2011).

Já o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural teve como objetivo a concessão de subsídios aos agricultores rurais para a construção de moradia em área rural, por meio da aquisição de material de construção. Para isso, os beneficiários deveriam estar organizados coletivamente sob Entidade Organizadora, responsável pela divisão dos recursos que lhe são emprestados entre seus participantes. Os recursos financeiros para esse programa eram oriundos do Orçamento Geral da União - OGU (AMICO, 2011).

Percebe-se, portanto, que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), da maneira como foi organizado, visou a implantar um subsídio governamental a ser utilizado pelas famílias de baixa renda das áreas urbanas e rurais. Outro aspecto do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) foi a identificação do tipo de déficit habitacional a ser atingido pelos dois programas, uma vez que serve tanto para aquisição quanto para a reforma de moradias, enquanto o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi destinado somente para a aquisição de material de construção visando à reforma de imóveis, sem estimular a produção de novas unidades habitacionais (AMICO, 2011).

Os integrantes do programa eram a Caixa Econômica Federal (CEF), que atuavam como agentes executores do programa, o Ministério das Cidades, que representava o agente gestor do programa, o Ministério da Fazenda, que fixava a remuneração da CEF pelas atividades exercidas no âmbito do programa, o Poder Público Estadual e o Municipal, com participação por meio da assinatura do convênio com a CEF (dentre outros bancos, a exemplo do Bradesco e do Banco do Brasil), Construtoras e órgãos assemelhados, aos quais participavam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados para aquisição

de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do programa e, o público alvo, que eram as famílias beneficiadas (BALBINO, 2012).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) representou uma política social de grande escala, que estimulou a criação de empregos e investimentos no setor da construção civil, atendendo à demanda habitacional de baixa renda que o mercado por si só não alcançava até então. Amplamente implementado a partir do ano de 2010, a meta inicial do PMCMV era a construção de 1 milhão de moradias na área urbana, sendo 400 mil destinadas a beneficiários com renda familiar até 3 salários-mínimos, para a qual está previsto subsídio integral. O restante desse quantitativo estava voltado para famílias inseridas em duas faixas de renda (de 3 a 6 salários-mínimos e, de 6 a 10 salários-mínimos), correspondendo a cada uma delas um tipo de modalidade de financiamento de produção da habitação (CARVALHO, STEPHAN, 2016).

Na primeira fase do programa, que corresponde aos anos de 2009 e 2010, foram contratadas 1,005 milhão de moradias. Já a segunda à qual começou em 2011, foram contratadas 2,385 milhões de unidades. Os dados são referentes a julho de 2013 da ordem de 3.012.848 unidades contratadas e, até julho de 201 o Governo Federal havia entregado 1,7 milhão de moradias, beneficiando 6,4 milhões de pessoas e totalizando um investimento de R\$ 361,6 bilhões. Do total nesse período, 60% voltaram-se para a menor faixa de renda, o que indica o direcionamento do programa para a população de menor poder aquisitivo (CARVALHO, STEPHAN, 2016).

Até meados de 2020, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) levou à contratação de pouco mais de 5 milhões de unidades no valor de R\$ 552,8 bilhões, das quais 5,2 milhões de unidades foram entregues. A distribuição desses valores de acordo com as faixas do Programa se encontra na abaixo:

Tabela 1: Contratações e entregas do PMCMV: 2009 a 2020, por Faixas.

	Contratações (unidades)	Entregas (unidades)	Valor contratado (R\$ bilhões)
Faixa 1*	1.910.503	1.507.365	97,4
Faixa 1,5	156.626	156.626	19,2
Faixa 2	3.130.805	3.130.805	361,4
Faixa 3	367.611	367.611	58,1
Em produção/estoque	510.159	0	15,1
Total	6.075.704	5.162.407	552,8

*As unidades contratadas no âmbito do PMCMV rural estão contabilizadas no Faixa 1 (cerca de 215 mil unidades contratadas). Fonte: BRASIL, 2020.

Nota-se que a maioria das contratações, entregas e valor contratado se concentraram na Faixa 2 e representaram mais da metade dos valores do programa. Já a Faixa 1 consistiu em mais ou menos um terço das contratações e das entregas, enquanto o valor das unidades contratadas representou quase um quinto do valor total das contratações. Considerando a proporção de entregas em relação às unidades contratadas, houve entrega de 85,0% do total contratado, refletindo principalmente unidades ainda em produção ou em estoque (unidades da modalidade FGTS que serão alocadas em uma faixa apenas quando o financiamento imobiliário for contratado) (BRASIL, 2020).

A partir de 2020, em pleno período pandêmico (pelo vírus Sars-cov-2), o programa passou por instabilidades e uma série de incertezas acerca da sua continuidade. Eis que em 2021 ocorre o lançamento do novo programa habitacional, o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) em substituição do PMCMV, cujo objetivo do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) consiste em reduzir o déficit habitacional e a inequação de domicílios, provendo melhores condições de moradia para os brasileiros e otimizando os esforços entre Governo Federal, Estados, Municípios e o setor privado para que o impacto projetado no País seja alcançado (MELO, 2021).

O Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) instituído pelo Governo Federal (sob o mandato de Jair Messias Bolsonaro) em 12 de janeiro de 2021 pela Lei Federal nº 14.118, foi instaurado em substituição ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PCVA, inspirado no PMCMV, tem por finalidade promover o direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas com renda mensal de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e a famílias residentes em áreas rurais com renda anual de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) associado ao desenvolvimento econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habilidade e de qualidade de vida da população urbana e rural (BRASIL, 2021a).

A meta estabelecida é de atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, reduzindo a taxa de juros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) e promovendo mudanças na remuneração do agente financeiro. Além do financiamento habitacional, o PCVA atua com a regularização fundiária, que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para assegurar a emissão do título que garante o direito real sobre o lote das famílias com renda mensal de até R\$ 5 mil, e com a melhoria de residências (BRASIL, 2021a).

O Programa tem por objetivos estimular a modernização do setor da construção e a inovação tecnológica com vistas à redução de custos, além de inserir microempresas,

pequenas empresas, microempreendedores individuais do setor da construção civil e entidades privadas sem fins lucrativos nas ações do programa (BRASIL, 2021a).

A lei instituída foi resultado da Medida Provisória nº 996/2020, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no final de 2020. O Programa Casa Verde e Amarela, conforme estabelecido pelo Senado Federal, alcança famílias com renda mensal de até R\$ 7 mil, em áreas urbanas, e renda anual de até R\$ 84 mil, em áreas rurais.

O público-alvo é dividido em três faixas de renda familiar: até R\$ 2 mil mensais, de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil, e de R\$ 4 mil a R\$ 7 mil. Somente as famílias que tiverem renda de até R\$ 4 mil em área urbana ou com renda anual de até R\$ 48 mil em área rural poderão contar com subvenção da União para adequar as parcelas ao orçamento familiar (BRASIL, 2021a). As taxas de juros estipulados variam a depender das regiões do País, nas regiões Norte e Nordeste as taxas ficam entre 4,25% e 4,5% ao ano, submetendo às faixas de renda familiar, enquanto as demais regiões do País terão taxas de 5% (BRASIL, 2021a).

A lei instituída promoveu alterações também no Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), sendo elas, a inclusão como custo do programa aqueles decorrentes de assistência técnica e de seguros de engenharia, de danos estruturais, de responsabilidade civil do construtor, de garantia de término de obra e outros que visem à mitigação de riscos inerentes aos empreendimentos habitacionais, podendo ser reembolsados pelo empreendedor.

Ela também passou a prever a dispensa da realização de leilão, em caso de consolidação da propriedade de imóvel em nome do credor fiduciário, em razão do não pagamento de dívida do beneficiário (MELO, 2021). Sumariamente, apresenta-se a seguir um quadro comparativo abordando os principais aspectos de ambos os programas:

Quadro 2: Comparativo dos programas PMCMV e PCVA.

	PMCMV	PCVA
ASPECTOS GERAIS	• Criado com o objetivo de reduzir o déficit habitacional e estimular a atividade econômica; • Limite de renda de R\$ 9 mil (faixa 3); • Recursos da União são despendidos apenas nas faixas 1 e 1,5 e 2;	• Finalidade do programa é promover direito à moradia; • Associado ao desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e qualidade de vida; • Se forem cedidos recursos da União as famílias atendidas devem ter renda de até R\$ 7 mil mensais em áreas urbanas e até R\$ 48 mil em áreas rurais; • Para regularização fundiária o PCVA atende com recursos da União fica limitado ao que é previsto na Lei 13.465/2017.
	• Promoção da melhoria da qualidade de vida dos beneficiários; • Promoção habitacional de acordo com os planos diretores municipais; • Criação de empregos;	• Atender a demanda por habitações do país adaptando as peculiaridades regionais e socioculturais; • Promover o planejamento urbanístico e priorizar o atendimento social da moradia;

DIRETRIZES	● Promoção de acessibilidade a pessoas com deficiência; ● Promover ações inclusivas de caráter socioeducativo para o fortalecimento da autonomia das famílias e inclusão produtiva; (Portaria MDR 114 de 9 de fevereiro de 2018)	● Redução das desigualdades sociais e regionais; ● Sustentabilidade econômica e social dos empreendimentos habitacionais e transparência nos processos de escolha dos participantes do PCVA. ● Redução de impactos ambientais, economia de recursos naturais e conservação e uso racional de energia. (PLV 41/2020)
OBJETIVOS	● Reduzir o déficit habitacional; ● Promover o desenvolvimento econômico	● Ampliar o estoque de moradias, sobretudo o de baixa renda; ● Promover a melhora do estoque de moradias existentes, melhorando as inadequações habitacionais em geral; ● Estimular a modernização do setor de Construção civil e promover o desenvolvimento institucional dos agentes responsáveis pelo PCVA.
RECURSOS	● Dividido em 4 faixas de renda: 1, 1,5, 2 e 3; ● Envolve agentes públicos e privados; ● Envolve União, Estados, Municípios, famílias, construtoras e agentes financeiros.;	● Dividido em 3 grupos de renda: 1, 2 e 3. ● Agentes públicos e privados serão responsáveis pelas etapas de promoção do PCVA; ● O MDR será responsável pela gestão, monitoramento, e avaliação do PCVA; ● A união, agentes financeiros, estados, municípios e famílias são os demais participantes do processo em suas etapas;
VEDAÇÕES	● Beneficiário que tenha recebido benefício oriundo de recursos orçamentários da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS.	● Seja titular de contrato do FGTS; ● Tenha posse, de alguma forma, de imóvel residencial no país; ● Já tenha recebido, nos últimos 10 anos, benefícios similares de subvenções econômicas do OGU, FAR, FDS ou descontos com recursos do FGTS, exceto descontos disponibilizados pelo INCRA;

Fonte: elaborado por MELO (2021) com base em BRASIL (2009; 2021a).

Geralmente, na iminência de um novo programa, percebe-se um esforço para sanar as dificuldades provenientes do programa anterior. No caso do Programa Casa Verde e Amarela não foi diferente, pelo menos é o que se visualiza no quadro 01. Desse modo, ao analisar as informações dispostas, ver-se algumas diferenças entre os programas PMCMV e PCVA; a primeira delas é com relação ao limite de renda dos participantes, no programa Casa Verde e Amarela o limite corresponde à 7 mil reais e no programa Minha Casa Minha Vida era de 9 mil, uma diferença palpável de 2 mil reais entre os dois programas.

Embora ambos os programas apresentem objetivos similares, destaca-se com relação ao programa PCVA a utilização do termo ‘estoque’, quando mencionado a qualidade e na ampliação dele, levantando o questionamento do termo, aqui compreendido como mercadoria ou meramente capital, destoando do sentido de reduzir o índice do déficit habitacional.

Com relação às diretrizes dos dois programas, cabe aqui destacar a conotação sustentável (em termos social e econômico) do programa PCVA na construção das habitações, salienta-se também o alto rigor nos parâmetros de escolha dos beneficiários do programa. Já o programa PMCMV apresenta ênfase na promoção da inclusão social, especialmente na construção de casas adaptadas para pessoas com deficiência física.

No quesito vedação, o programa PCVA é mais restritivo do que o programa PMCMV, devido este vedar apenas pessoas que tenham recebido benefício oriundo de recursos orçamentários da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS; já o PCVA vai além deste parâmetro, o programa veda o participante tenha imóvel em qualquer cidade brasileira.

Mediante as informações acerca dos programas, cabe aqui ressaltar dois pontos, primeiro a existência das diferenças e semelhanças entre os programas, que no fim acabam tendo o mesmo peso e medida; e segundo, o esforço em modernizar e restringir o acesso do programa a sociedade, cuja justificativa deve-se ao superfaturamento do programa anterior e um redirecionamento do capital investido na melhoria das habitações com base em princípios sustentáveis.

Outrossim, a recondução de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república nas eleições de 2022 para o mandato 2023-2026 aponta para a restauração da política do PMCMV, explicitada numa plataforma de governo que privilegia os investimentos estatais no mercado imobiliário voltado à expansão do acesso à moradia para famílias de baixa e média rendas, mas sobretudo na defesa da identidade partidária dos programas sociais instituídos nos mandatos do presidente Lula.

4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

A rápida urbanização dos países em desenvolvimento traz consigo um novo conjunto de problemas socioambientais, já que não vem sendo acompanhada pelos investimentos em infraestrutura, como energia, oferta de trabalho, água e principalmente saneamento, gerando assim degradação da qualidade de vida urbana (SILVA, 2016). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), aproximadamente 40% da população mundial em 2030, ou seja, 3 bilhões de pessoas, vão precisar de moradias e serviços de infraestrutura básica. Ainda disso um pouco menos de 1/6 da população mundial vive em habitações urbanas informais, ou seja, habitações improvisadas ou inacabadas.

No caso brasileiro, o direito à moradia está mais do que assegurado no papel, seja na Constituição de 1988 seja nas legislações posteriores, incluindo o Estatuto da Cidade e a garantia da função social das cidades e da propriedade (SILVA, 2016). Entretanto, os avanços ocorridos na legislação de direito à moradia, a partir da Constituição de 1988, não se traduziram em avanços concretos nas condições de habitação e acesso a serviços urbanos aos brasileiros.

Esses resultados estão aquém do esperado, a começar pelo déficit habitacional estimado em cerca de 7,9 milhões de moradias. Nas zonas urbanas brasileiras ainda há 54,6 milhões de pessoas, que convivem com pelo menos um tipo de inadequação habitacional (IPEA, 2009). Essa crescente ampliação dos assentamentos em áreas urbanas tem como característica marcante a importância assumida pela dimensão ambiental dos problemas urbanos, especialmente os associados ao uso e ocupação do solo, com relevante papel desempenhado pelos assentamentos habitacionais para população de baixa renda que tem contribuído para a crescente degradação ambiental no estágio atual do crescimento das cidades. Desse modo,

acredita-se que os seres humanos, ao se concentrarem num determinado espaço físico, aceleram inexoravelmente os processos de degradação ambiental. Seguindo esta lógica, a degradação ambiental cresce na proporção em que a concentração populacional aumenta. Dessa forma, cidades e problemas ambientais teriam entre si uma relação de causa-efeito rígida (COELHO, 2011, p.20).

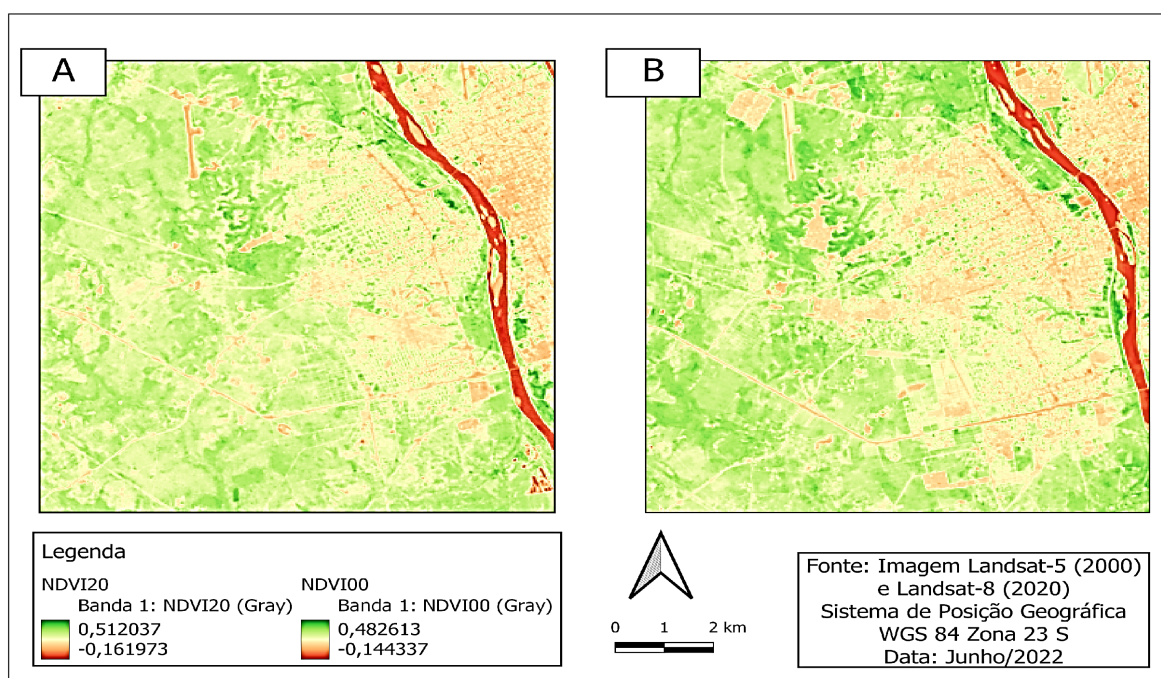
Atualmente, a degradação ambiental está fortemente ligada aos fatores de uso e ocupação do solo, uma vez que as formas de ocupação e manejo ocasionam o tipo e o grau de impacto, o qual atinge de maneira diferente o ambiente (SOUZA, 2003). Ela está frequentemente associada à perda ou mudança na função urbana, e uma das causas apontadas

como agentes desse processo compreende a inadequação da estrutura física às novas demandas, principalmente a demanda dos conjuntos habitacionais construídos para população de baixa renda, que no geral, historicamente, foram erguidos fora dos centros da cidade, sob a justificativa do Estado de diminuir custos para permitir acesso a casa própria (SILVA, 2013). Sobre o tema, a Figura 01 apresenta um mapa contemplando um NVDI (Normalized Difference Vegetation Index) acerca da área urbana de Timon.

O NVDI ou Índice do Estado da Vegetação da área urbana de Timon apresenta particularidades. A confecção desse produto cartográfico permite analisar as transformações espaciais na malha urbana do município nos anos 2000 (Figura 1A) e 2020 (Figura 1B). Desenvolvido no software Qgis 3.22, os dados envolvidos na produção espacial foram obtidos do Google Earth Engine, através das Imagens Landsat 5 (Sensor L5 ETM), Landsat 8 (Sensor L8 OLI/TIRS).

As imagens foram capturadas dos meses de junho a agosto, devido a condição climática e vegetação (são meses com pouca incidência de nuvens e de baixo índice pluviométrico). Em seguida, foram aplicados o filtro espacial e de nuvem (Loud Cover), a mediana, o recorte e a simbologia Banda Falsa-cor. Assim é possível identificar no mapa as transformações espaciais em Timon no período analisado, uma delas é a evidente perda de vegetação (representada por coloração verde), substituída por áreas antropizadas (coloração rosa claro e bege). A coloração vermelha representa os corpos hídricos.

Figura 1:NDVI da área urbana do município de Timon – MA, nos anos 2000 (Figura 01A) e 2020 (Figura 01-B)



Fonte: Elaborado por Juciara de Oliveira Sousa, 2022.

Essas significativas transformações espaciais na cidade de Timon, traduzidas pelas ações antrópicas, ocorreram num espaço de tempo de 20 anos (2000 a 2020), onde a expansão da malha urbana é visível, a antropização espacial ocorre principalmente na porção oeste, onde a redução das áreas verdes perdem espaço em contraste com a produção de novas áreas espaciais. Percebe-se ainda, que o mesmo processo descrito, ocorre nas porções sudoeste e noroeste da cidade e nas áreas próximas ao Rio Parnaíba (a este último, deduz-se que a construção do prolongamento da Avenida Piauí, tenha promovido uma crescente valorização da área, atraindo novas produções espaciais).

Por seguinte, a degradação do espaço urbano tem implicações profundas na forma e no funcionamento das nossas cidades: pouca concentração de empregos; desequilíbrio de moradia e emprego; desarticulação viária; maximização da necessidade de deslocamento; negação da garantia democrática de acesso a localização adequada para toda população; prática consciente de especulação imobiliária; crescimento dos impactos ambientais decorrentes do processo de espraiamento urbano; desperdício da infraestrutura existente em educação, saneamento, segurança, lazer, dentre outros serviços essenciais (SILVA, 2013).

A possibilidade de implantação de conjuntos habitacionais em áreas previamente abertas e/ou urbanizadas e em vazios urbanos pode auxiliar na inclusão de população carente em áreas com infraestrutura e serviços públicos, possibilitando a diminuição da segregação socioespacial. Aliado a isso, a ocupação de áreas urbanizadas pode, além de diminuir a expansão periférica, reduzir impactos ambientais em áreas não urbanizadas, contíguas à malha urbana (BATISTA et al., 2012).

Não obstante, cidades com grande número de córregos, nascentes e áreas de mananciais podem fragilizar o próprio processo de urbanização, na ampliação de áreas novas assim como na implantação de empreendimentos e loteamentos em áreas existentes na estrutura urbana. A análise da estrutura natural que apoia a estrutura urbana é de extrema importância na busca da sustentabilidade no espaço construído (BATISTA et al., 2012).

A preocupação com a degradação do meio ambiente vem tomando grande importância mundial, assim como a questão de impactos ambientais urbanos, compreendido como qualquer alteração produzida pelo ser humano e suas atividades no ambiente, excedendo sua capacidade de absorção. Pode-se considerar o ambiente urbano como a relação entre homem, natureza e espaço construído, compreendendo este último como resultante da transformação do ambiente na adequação das necessidades da sociedade (MORENO, 2002).

É observada grande relação entre pobreza e degradação ambiental, principalmente em regiões com urbanização crescente, resultado da precariedade de serviços e da omissão do Poder Público na proteção das condições de vida, além de ações impensadas pela população urbana. A ausência de políticas urbanas voltadas ao controle, direcionamento, planejamento e gestão urbanos, assim como às definições de implantação de habitação podem resultar em aprofundamento da degradação ambiental (JACOBI, 1993).

Entre as necessidades da sociedade está a moradia, caracterizando-se como um direito do ser humano. Dessa forma, a carência de moradia adequada, decorrente do crescimento dos centros urbanos, gerou a necessidade de ações públicas e privadas voltadas à construção de empreendimentos habitacionais direcionados às camadas mais frágeis da população. Essas ações, no entanto, visavam à execução dos conjuntos de moradia popular de forma rápida e barata, na tentativa de reduzir o déficit habitacional existente. Isso resultou em descaso com as necessidades de seus usuários, locados em áreas distantes, carentes de serviços e infraestrutura urbanos (LIMA e LAY, 2010).

A localização geográfica, as distâncias e os processos químico-físicos possuem influência direta sobre a forma de ocupação e de organização do espaço, no qual ambientes naturais mais frágeis são atingidos de forma mais profunda. Importante destacar também que esses ambientes, em sua maioria, acabam sendo destinados às classes mais carentes da sociedade (CUNHA e GUERRA, 2010).

Ferreira e Ferrara (2015) ao comentarem as experiências do Brasil, Chile, México e China na produção maciça de habitação, afirmam que, de modo a responder ao crescimento econômico e às demandas das novas classes médias, esses países esqueceram de que deveriam, antes de tudo, construir cidades, e, portanto, já enfrentam graves problemas urbano-ambientais, uma vez que, o resultado urbanístico é sofrível e o impacto ambiental enorme. No caso brasileiro, os empreendimentos do PMCMV já vêm acentuando o passivo urbano-ambiental das cidades.

A despeito de terem evoluído, ao longo dos anos, as normativas do PMCMV proporcionaram a reprodução em escala nacional de projetos padrão que não correspondiam às diversidades regionais e aos diferentes arranjos familiares, em empreendimentos com muitas unidades habitacionais. E, ao atribuir às construtoras o protagonismo na escolha dos terrenos (cujo critério utilizado por estas era o valor do terreno, diga-se, sempre o mais barato possível), ocasionou o estabelecimento de um padrão de localização dos empreendimentos em periferias consolidadas ou em áreas não urbanizadas. Evidenciando, como destaca Rolnik (2014), a reafirmação do padrão de localização de habitação social que já se reproduz nas

idades brasileiras há muitas décadas, no qual os pobres urbanos são relegados às periferias longínquas e subequipadas.

Além de ambientalmente predatória, já que a produção do PMCMV foi realizada próxima ou em áreas de valor ambiental e/ou ambientalmente frágeis, como também, dentro de áreas de domínio de Unidades de Conservação Ambiental. Rufino (2015) informa terem sido identificados empreendimentos em área de inundação, próximo a Áreas de Preservação Permanente (APP), em áreas de alta declividade e em topo de morro. Concomitantemente, outros tantos empreendimentos de interesse social estão localizados em áreas com ocupações e usos do solo incompatíveis com o uso habitacional ou com graves problemas ambientais. Um caso notório é o da construção de um empreendimento ao lado de um lixão, no município de Santa Luzia, Maranhão (ROLNIK, 2012).

5 A POLÍTICA HABITACIONAL EM TIMON: A INSTALAÇÃO DO PMCMV

A cidade de Timon corresponde a uma das facetas do novo Brasil urbano, passando por mudanças no seu conteúdo e nas formas de uso do espaço, os quais expressam uma estrutura social crescentemente complexa e diferenciada, ou dito de outra forma, que consistem em reflexo, meio é condição social. Contudo, essas transformações que não são proporcionalmente acompanhadas de investimentos em infraestruturas urbanas e políticas urbanísticas de regulação da produção do espaço urbano (SOUSA, 2014).

A apreensão da singularidade do processo de urbanização de Timon, aponta da análise da dinâmica da urbanização no contexto regional-nacional, pesando-se as inter-relações múltiplas e as forças atuais expressas na forma territorial urbana (SOUSA, 2014). Assim, admite-se que os dados expostos nesta investigação, acerca do crescimento da população e do sistema urbano no qual se insere o referido município, resultam de circunstâncias históricas, econômicas, políticas e sociais que remetem à divisão social e territorial do trabalho.

O surgimento do núcleo urbano do que viria a ser a cidade de Timon, pode ser relacionado às atividades comerciais realizadas entre Aldeias Altas (hoje Caxias), no Maranhão, e Oeiras, no Piauí. Em meados do século XIX, na margem do rio Parnaíba havia um ponto de passagem entre os dois estados, denominado Passagem de Santo Antônio (SILVA, 2016). Sobre a temática, Sousa (2005, p.20) constata que:

Quando da transferência da capital piauiense para Teresina, em 1852, se tinha conhecimento da existência de um porto, onde as pessoas pernoitavam, o qual veio denominar-se Porto das Cajazeiras, às margens do Parnaíba, em frente à capital do Piauí, onde se fez uma pequena povoação que, posteriormente chamava-se São José da Parnaíba para alguns, [...] para outros, a maioria, São José das Cajazeiras [...].

A transferência da capital piauiense para Teresina, portanto, foi fundamental para estimular o crescimento demográfico, a organização política e o desenvolvimento econômico do povoado, surgido em torno do Porto das Cajazeiras (SILVA, 2016). Segundo Lula (1991), apenas três anos após a transferência da capital, o então presidente da província do Maranhão, Dr. Eduardo Olímpio Machado, estabeleceu:

A 30 de junho de 1855, promulgou a Lei nº 386, elevando à categoria de vila o povoado de São José de Parnaíba, por transferência de São José de Matões [...] [e] justificava a sua lei dizendo que este povoado São José do Parnaíba já possuía umas vinte casas cobertas de palha com algumas de telha, tendo muitos engenhos de cana-de-açúcar, vislumbrando um futuro muito promissor, principalmente por situar-se defronte à recém-fundada capital do Piauí – Teresina, (LULA, 1991, p. 9-10).

O registro apresentado por Lula (1991) ajuda a dimensionar a antiguidade do núcleo urbano do qual Timon se origina, cujas primeiras casas já existiam desde o Segundo Reinado (1840 - 1889), e apresenta indícios da precária infraestrutura do povoado, por volta de 1855, e da intensa disputa política travada entre os moradores do lugar e os conselheiros de Matões, em torno da elevação à condição de vila (SILVA, 2016).

Em 22 de dezembro de 1890, já no início do regime republicano, o 1º Vice-governador do estado do Maranhão sancionou o Decreto-Lei nº 50, elevando definitivamente o povoado de São José das Cajazeiras à categoria de vila com o nome de Flores. Esta data é considerada o marco de origem da cidade, servindo de referência para as comemorações de seu aniversário. Em 2 de fevereiro de 1891 foi sancionado outro Decreto-Lei, nº 61, fixando os limites da vila da seguinte forma:

Pelo lado sul – A começar da Barra da Garapa e os lugares Inchú, Condurú, Brejinho, Entre-Morros e Bonito; pelo lado poente – Bonito, Chapadinha, Tempero, União, Buriti Cortado e Lagoa do Carneiro; pelo lado do norte – Cupim, Baixa Grande, Bebedouro, Araçá, Sítio do Meio, Buriti Bravo e Mata-pasto (SOUSA, 2005, p.124).

Um novo decreto foi sancionado em 1903, aumentando os limites da vila conforme abaixo:

Tendo o rio Parnaíba como limite natural, estendeu-o [o limite] rio abaixo, até o lugar onde deságua no Parnaíba o riacho Itaguará, a 100 braças abaixo da localidade Mata-Pasto. E, para o lado de cima até a embocadura do riacho Garapa, na localidade de Varjota, circulando, o limite passava pelo Condurú, Muquém, Morros, Tapera, Bonito, Poções, Buriti Cortado, Cupins, Fazenda Velha, Cavalo Morto, Buritizinho, Santa Rosa e Mata-Pasto. Desta forma a Vila Flores ficou com o seguinte limite: Norte e Nordeste: Caxias – Leste: o rio Parnaíba separando-a de Teresina – PI – Sudeste, Sul e Noroeste: São José dos Matões (LULA, 1991, p.10-11).

Desde outrora à elevação à condição de vila, o núcleo urbano de Flores sofreu modificações visando à melhoria da infraestrutura e ao desenvolvimento econômico. Em 1895, deu-se a conclusão da estrada-de-ferro ligando Caxias à Flores. Entre 1903 e 1907 foi construída a Casa da Intendência, “com compartimentos para funcionar a Câmara Municipal e dependências para residências quando estava na sede da vila” (LULA, 1991, p.19), situada na atual rua Coronel Falcão.

A análise de Lula (1991) vai de encontro com a premissa de Silva (2016) de que os primeiros governantes da Vila eram, em sua maioria, grandes fazendeiros. Neste período, a principal função da Vila era ser sede administrativa, enquanto o núcleo urbano servia apenas como local de estadia temporária para a elite local.

Já entre os anos de 1919 e 1922, foi introduzido o serviço de iluminação pública com lampiões a querosene, iniciada a construção de uma nova Casa da Intendência e murado o cemitério São José. Em 1923, foi construído o Mercado Público (SILVA, 2016).

A disponibilização de serviços urbanos, a exemplo da iluminação pública, deve ter provocado o desenvolvimento demográfico e político do núcleo urbano, visto que trinta e quatro anos após sua nomeação de vila, por meio da Lei nº 1.139, de 10 de abril de 1924, (SOUSA, 2005, p.127). Flores foi elevada à condição de cidade, mantendo o nome. Em 1943, atendendo a uma contingência do IBGE, que buscava renomear cidades homônimas, seu nome foi modificado para Timon (SILVA, 2016).

A localização espacial dos elementos urbanos (como a iluminação pública, e o Mercado Público), sugere a existência de uma malha urbana ainda pequena, formada por vias de chão batido (piçarra), cujos moradores detinham as principais atividades comerciais, os serviços de saúde e educacionais, relacionadas a Teresina. Durante a restauração do regime democrático brasileiro (1947-1964), continuam as mudanças no sentido de modernizar a cidade, o que, na visão de Lula (1991), estava relacionado à instalação do serviço de iluminação elétrica (1947-1951) e à construção de novos prédios, como o Posto de Saúde na rua Miguel Simão, o Grupo Escolar Padre Delfino e o matadouro, situado no bairro Formosa (1951-1961); além da construção da nova sede da Prefeitura Municipal e da ampliação do Mercado Público (1961-1964).

Sob os três governos de Napoleão Guimarães (1964-1967; 1971-1976; 1983-1988), ocorreram transformações espaciais que marcaram o cotidiano da cidade de Timon:

A administração de Napoleão Guimarães constitui-se um marco na história de Timon, pois nela se iniciou a face mais progressiva da vida do município que verdadeiramente tornou-se um canteiro de obras, sendo as principais: Escolas José Sarney [...], Serviço de abastecimento d'água com criação da autarquia municipal Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE (SOUSA, 2005, p.37-38).

Segundo Santos (2007), o crescimento urbano e demográfico que se inicia em Timon, por volta da década de 1960, insere-se num contexto de crescimento das cidades ocorrido em todo o Brasil. Seguindo a dinâmica brasileira, a cidade durante a década de 1980 é marcada pelo crescimento populacional – atestado pela realização de obras visando à melhoria da infraestrutura de bairros considerados até então periféricos, como a construção de 8.000 m² de calçamento e de dois bueiros para dar acesso ao Conjunto Boa Vista e a recuperação do Posto Fiscal de Timon, no bairro Parque Alvorada e de vários problemas urbanos dele decorrentes. Daí a necessidade de novas obras, para atender à crescente demanda por serviços públicos de saúde, educação e moradia durante a gestão de Napoleão Guimarães, conforme a seguir:

Aproveitando o que existia, comprou os terrenos e construiu seis chafarizes com bombas possantes e 20 torneiras cada. Recuperando os quatro já existentes, eram 10 chafarizes, aliviando muito o problema de falta d'água, notadamente aos moradores da periferia da cidade (LULA, 1991, p.28)

De acordo com Santos (2007), em Timon, o desenvolvimento urbano ocorreu devido à proximidade com Teresina e alcançou grande proporção a partir da década de 1960, quando se intensificou o deslocamento da população do campo para as cidades. De fato, as migrações do campo para a sede do município timonense foram potencializadas pelo baixo preço da terra, esse em relação aos valores praticados na capital do Piauí, a proximidade geográfica, oferta melhores condições de educação, tratamento de saúde e outros serviços (SOUSA, 2014).

O espaço urbano de Timon até o início dos anos 1960 resumia-se ao atual centro da cidade, contando apenas com algumas funções administrativas do Governo Municipal, de poucas atividades religiosas e um incipiente comércio de gêneros alimentícios. Até essa década, Timon apresentava precariedade na infraestrutura urbana, o que tornava difícil distinguir o campo e a cidade (LULA, 1991). Entretanto, no primeiro mandato de Napoleão Guimarães (1966-1969), inicia-se o desenvolvimento urbanístico de Timon, por meio da pavimentação de ruas e difusão do saneamento básico, apesar dessas medidas elementares (SILVA, 2016).

A população era carente de áreas de lazer, sendo destacável a construção da praça São José, situada na área da Igreja-matriz de mesmo nome, no centro da cidade. O quadro 03 abaixo demonstra, sumariamente, a escala temporal de implantação dos principais elementos urbanos implantados em Timon, na gestão de Napoleão Guimarães e nos demais gestores.

Quadro 3: Quadro-síntese dos primeiros elementos urbanos do município de Timon até os anos 70.

Elemento urbano	Período/ano
Estrada de ferro (ligando as cidades de Timon e Caxias)	1895
Iluminação pública	entre 1919 a 1922
Mercado público	1923
Delimitação do cemitério São José	entre 1919 a 1922
Primeiro posto de saúde	entre 1951 a 1961
Escola Padre Delfino	entre 1951 a 1961
Matadouro municipal	entre 1951 a 1961
Abastecimento de água, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto	entre 1966 a 1969
Praça São José	entre 1966 a 1969

Fonte - Elaboração da autora com base em LULA (1991), SOUSA (2005), SILVA (2016).

Com a construção da praça, os timonenses passaram a desenvolver várias práticas de sociabilidades – conversar com os amigos, namorar e brincar, as quais se destacavam quando

havia os eventos públicos, como os festejos de São José, que reuniam milhares de pessoas (SANTOS, 2007).

A partir dos anos 1980, Timon apresenta crescimento populacional marcado pela ocupação dos espaços vazios e a realização de obras que têm interferido na valorização do solo urbano. Entretanto, a população de baixa renda tem se deslocado para as áreas periféricas, incorporando novos espaços, sobretudo áreas impróprias para a ocupação, materializando carências no saneamento básico, no déficit habitacional e na elevação do índice de exclusão social (FERREIRA, 2011; SILVA, 2016).

O município não possuía esgotamento sanitário e somente a partir do ano de 2008 foi iniciada sua implantação, de forma bastante lenta. Grande parte da população utiliza fossas sépticas e a maioria dos domicílios lança as águas servidas diretamente nas sarjetas, o que, em alguns bairros, configura um quadro potencialmente danoso à saúde pública (SILVA, 2016).

Recentemente, o sistema municipal de abastecimento de água da cidade foi privatizado à empresa denominada de Águas de Timon, com concessão de serviços por um período de dezoito anos. Antes, este serviço era de responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, que abastecia a população através de uma rede de 51 poços artesianos (SILVA, 2016).

Timon faz parte de um Brasil não metropolitano em que se destaca a existência de centros urbanos com altos índices de crescimento populacional, ao contrário de outras, não tem sua expansão urbana motivada pela modernização da agricultura; ou mineração; ou pelas especializações produtivas; tampouco pelas atividades turísticas ou de lazer, sobressai-se no segmento do setor terciário, característica das cidades médias (SILVA, 2016).

O crescimento desordenado, aliado às fragilidades em infraestruturas e saneamento, ao baixo alcance das políticas públicas relacionadas aos espaços livres de lazer e vivência sociocultural e ambiental, contribuem para os efeitos negativos na qualidade de vida da cidade, historicamente percebidos no urbanismo de Timon.

Essa negligência se percebe claramente também, ao analisar o Plano Diretor da cidade, pois, no que se refere o acesso aos serviços e equipamentos urbanos, as diretrizes e objetivos são generalistas e pouco específicos à realidade local, as questões ambientais são ignoradas no Plano (RELATÓRIO 21, 2009).

Dessa forma, parcela significativa de terrenos está sujeita a construção sem requisitos básicos de conforto, segurança, higiene e lazer no ambiente urbano, tornando, assim, o parcelamento do solo constituído por pequenos agrupamentos, não muito densos, separados

por grandes vazios urbanos que não ocorrem apenas em função de terrenos não loteados, mas por conta da falta de infraestrutura.

Nas áreas mais planas ao sul e sudeste da cidade é frequente a imagem de ruas abertas, com a regularidade que denuncia a existência de um loteamento formal, apresentando, no entanto, grandes extensões desabilitadas. Mesmo nas áreas mais densas, a ocorrência de terrenos baldios é muito significativa (SILVA, 2016).

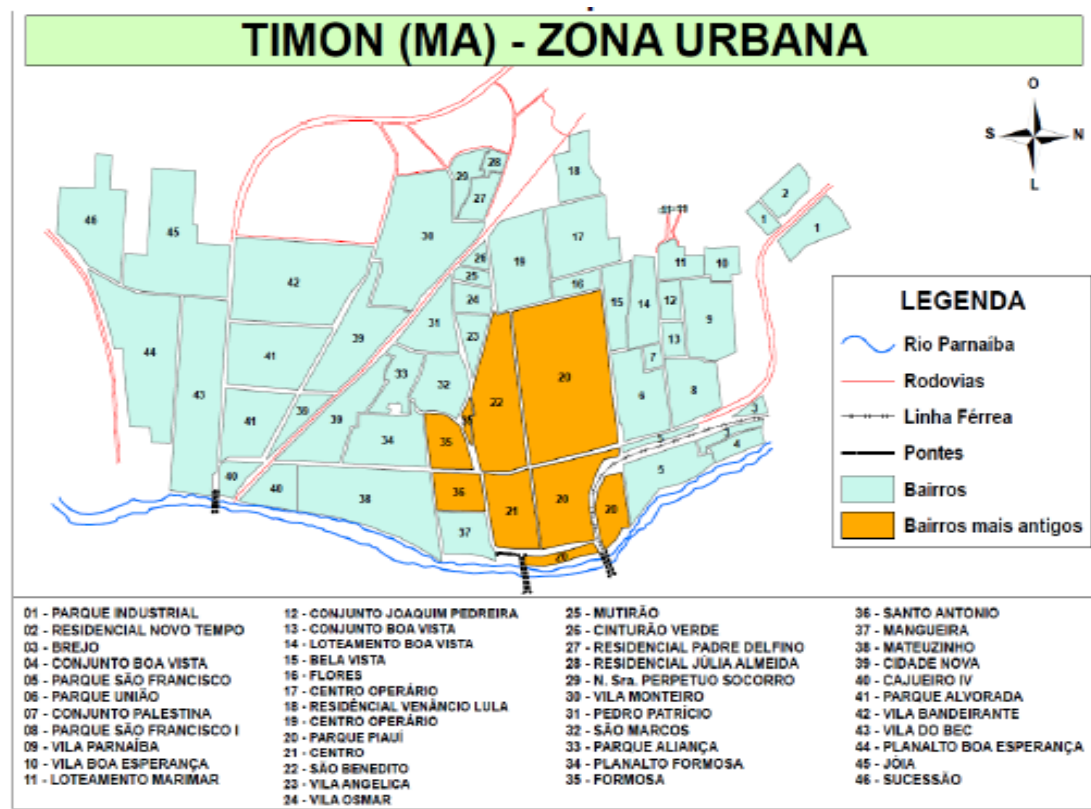
A geomorfologia da cidade favorece a ocupação urbana, com declividades baixas ou moderadas, caracterizando três setores bem típicos e nitidamente diferenciados (SILVA, 2010). Próximo às margens do rio Parnaíba, onde se apresentam trechos completamente planos e com cotas médias a 60m, podem ocorrer inundações nas cheias sazonais do rio. Após esta área, o relevo apresenta um aclave suave, sem transições bruscas, até próximo dos limites da área urbana, genericamente com elevações entre as cotas 100m e 110m, livres de inundações.

Conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon, as áreas limites da expansão urbana de Timon, o padrão de loteamento é menos rigoroso, destacando-se ocupações em áreas pouco favoráveis, acidentadas, sujeitas a erosões e com grandes descontinuidades topográficas.

De acordo com Silva (2010), em 2007, Timon contava com 29 bairros. No Projeto de Lei nº 010/2014, de 07 de julho de 2014, são listados 30 bairros: Sucessão, Vila do Bec, Parque Alvorada, Cajueiro, Cidade Nova, Vila Bandeirante, Mutirão, Vila Osmar, Vila Angélica, São Marcos, Formosa, Mateusinho, Santo Antônio, Centro, São Benedito, Parque Piauí I, Parque Piauí II, Centro Operário, Flores, Bela Vista, Marimar, Residencial Palestina, Loteamento Boa Vista, Joaquim Pedreira, Conjunto Boa Vista, Loteamento Karina, Parque União, Parque São Francisco I, Parque São Francisco II e Pedro Patrício.

Alguns dos quais representam exemplo marcante do recente e intenso processo de ocupação, reprodução e remodelação do espaço urbano. Além dos bairros citados, Timon conta ainda com vilas e conjuntos habitacionais/residenciais, cuja configuração espacial totaliza 46 compartimentações representadas no croqui do perímetro urbano do município (Figura 02). Dentre os bairros mais antigos, destacam-se: Centro, São Benedito, Parque Piauí, Formosa e Santo Antônio.

Figura 2: Espacialização dos Bairros do município de Timon em 2014



Fonte: Santos, 2014.

Para Silva (2016), o processo de expansão do espaço urbano orienta-se pelas necessidades de acesso às urbanidades, isto é, à vida urbana, diante das transformações derivadas da ação do capital na fase contemporânea, visto que a estrutura social estratificada e com grandes diferenciais de acesso à riqueza tem originado ações - mormente coletivas e por parte das classes sociais menos favorecidas – de ocupação informal do solo urbano. Em 2010, 23.053 timonenses residem em aglomerados subnormais (favelas e similares) (IBGE, 2010).

A prática de assentamentos informais vem se consolidando cada vez mais na principal forma de acesso pelos pobres ao solo urbano, ampliando o processo de periferização das cidades. Em muitos casos, tais iniciativas redundam numa variante da produção do espaço urbano que articula as práticas do mercado à lógica da necessidade, caracterizando o mercado informal do solo. Isto se dá quando lotes informalmente ocupados são negociados face à intervenção do Estado para fins de implantação de infraestrutura nessas áreas (SOUSA, 2014).

Para solucionar o déficit habitacional, o governo federal tem desenvolvido programas, dentre os quais se destaca o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sendo uma política recente e incisiva para a aquisição da casa própria. Em Timon, o PMCMV tem atuado

estrategicamente por meio do desenvolvimento de fases (1, 2 e 3) do programa, visando a construção de moradias e consolidação dessa política, o que tem beneficiado o mercado imobiliário. Assim, além da conclusão das obras dos conjuntos habitacionais da fase 1, percebe-se a atuação das imobiliárias para o encerramento das fases 2 e 3.

Sumariamente, percebe-se que o município segue as premissas da dinâmica urbana nacional: I) configura-se como cidade originada de modo espontâneo (através do loteamento de terras públicas e/ou privadas), geralmente sem planejamento; II) cidade impactada com o fenômeno do êxodo rural, entre as décadas de 1960 e 1980; III) cidade onde a urbanização intensificou problemas relacionados a insuficiência e a precariedade da infraestrutura urbana e habitacional.

Diante do exposto, entende-se que Timon tem sido alvo de novas políticas públicas habitacionais (por vezes distorcidas de sua finalidade), como pressão das comunidades em obter o ‘mínimo’ previsto por lei na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades.

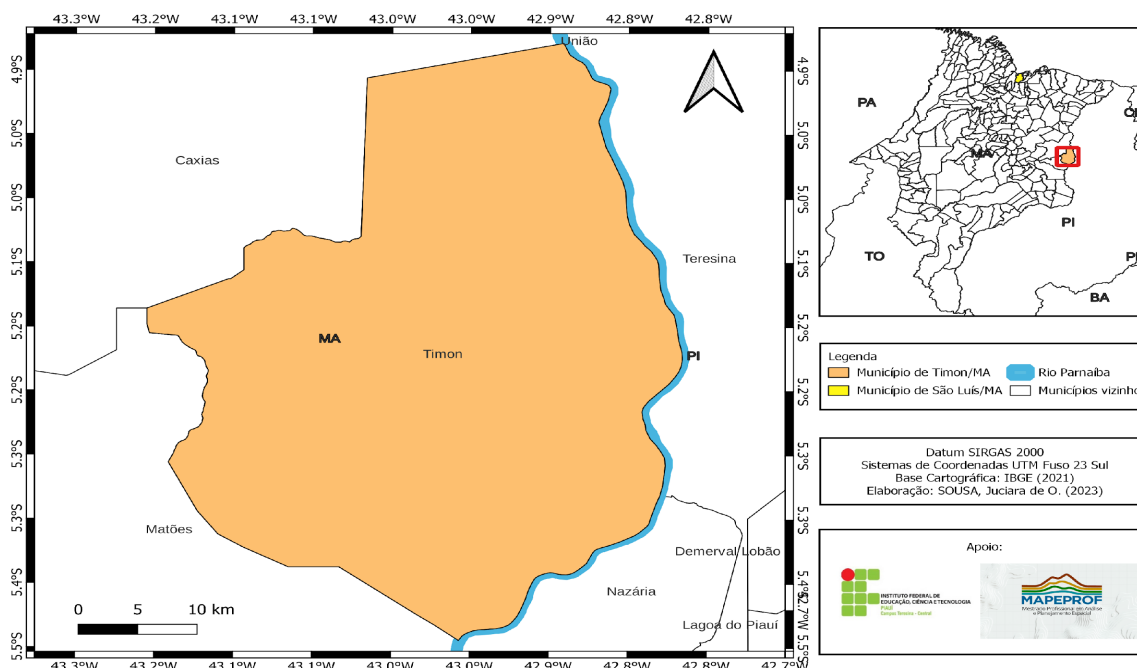
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo aprecia-se os instrumentos metodológicos utilizados para o estudo/desenvolvimento da pesquisa, dentre os quais encontram-se subdivididos em: área de estudo e, material e método. O primeiro aborda e delimita espacialmente os focos da pesquisa em termos macro, referindo-se à caracterização do município de Timon, e micro, referindo-se aos bairros estudados no desenvolvimento da pesquisa. Já o segundo, material e método, organiza e descreve os procedimentos da pesquisa.

6.1 ÁREA DE ESTUDO

Timon possui uma área territorial de 1.741 km², localiza-se a 05° 05" de latitude sul e a 42° 50" de longitude oeste, distante 426 km da capital São Luís – por rodovia, e 322 km por linha reta (IBGE, 2010).

Figura 3: Localização espacial do município de Timon/MA



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O município encontra-se localizado na microrregião geográfica de Caxias e na mesorregião do Leste Maranhense, situada à margem esquerda do rio Parnaíba. Limita-se ao leste com a capital do Piauí, Teresina, onde faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE Teresina); ao norte e ao oeste limita-se com o município de Caxias e ao sul com o município de Matões (SOUSA, MARTINS, 2019).

A estimativa populacional de Timon em 2021 era de 171.317 habitantes, a densidade demográfica consistia em 89,18 hab./km². A população urbana em 2010 era de 135.133 habitantes, enquanto a população rural totalizava 20.327 habitantes. O IDH do município era de 0,649, em 2010, distribuído em: IDHM longevidade 0,768, IDHM educação 0,579 e IDHM renda 0,614 (IBGE, 2022; DATAPÉDIA, 2022).

Em 2019, o salário médio mensal dos timonenses era de 1,7 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9,3%. Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo, por pessoa, 44,5% da população estavam nessas condições (IBGE, 2022).

O município apresenta 38% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 65,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2022).

6.2 MATERIAL E MÉTODO

O arcabouço metodológico contemplado na presente pesquisa foi o método dialético (DINIZ, SILVA, 2008), com vistas a descrever e interpretar de forma crítica os fenômenos, suas causas e consequências. Desse modo, Prodanov (2013) constata que as coisas e os acontecimentos existem como um todo, ligados entre si, dependentes uns dos outros. O método dialético consiste em um dos principais métodos utilizados em pesquisas sociais.

A pesquisa possui também caráter comparativo, explicativa, observacional e aplicada (LAKATOS, 2003). Portanto, a pesquisa realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências, ao compasso que, observa-se algo que acontece ou já aconteceu (GIL, 2002; GIL, 2010).

Envolve também, aspecto explicativo, mediante a ação do pesquisador registrar e descrever os fatos observados sem interferir neles, visando a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV, 2013).

Por fim, busca a aplicação prática de conhecimentos levantados para a solução de problemas sociais (BOAVENTURA, 2004). Gil (2010) complementa sinalizando que as pesquisas de teor aplicado, estão voltadas mais para a aplicação imediata de conhecimentos em uma realidade circunstancial, relevando o desenvolvimento de teorias.

É uma investigação qualitativa e quantitativa, baseada em indicadores e variáveis de qualidade de vida e bem-estar social do espaço urbano de Timon (Quadro 05). Ou seja, consistem em elementos urbanos e na qualidade das habitações. A matriz de indicadores e variáveis desenvolvidos na pesquisa, é resultado de estudos e adaptações de trabalhos anteriores sobre Avaliação Pós-ocupação (APO) de conjuntos habitacionais de interesse social ou oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, entre eles: Doris et al. (S/A); Guilhon (2011); Villa (2015); e Dezen-Kempton, Anhaia e Terra (2015).

Os estudos de Doris et al. (S/A) possuíam como escala de análise cinco conjuntos habitacionais localizados em: Campinas, Valinhos, Itatiba, Santa Barbara D'oeste e, em Atibaia (todas as cidades no estado de São Paulo). A matriz proposta no estudo, era bastante complexa, a qual era composta por grupos de indicadores cruzado em quatro dimensões.

A matriz de indicadores visava a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida nos conjuntos habitacionais pesquisados. As categorias que integram os indicadores eram analisadas conforme índices e dimensões. Somente com relação aos índices como: uso do solo, e aspectos comunitários, serviram como inspiração para a confecção do sistema de indicadores/variáveis utilizados nesta pesquisa.

A pesquisa de Villa (2015) tinha como escala de análise os Residenciais – Jardim Sucupira e Baltimore – localizados na cidade de Uberlândia/MG. As matrizes apresentadas enfocavam aspectos funcionais, comportamentais e ambientais, utilizando multicritérios de natureza quantitativa e qualitativa os quais subsidiaram os atributos do questionário aplicado em Timon.

Ao todo a pesquisa abordou 47 atributos agrupados em 04 classes (usuário, residência, bairro anterior, e bairro atual). Assim, os atributos mostraram-se relevantes para o desenvolvimento do sistema de indicadores/variáveis utilizados na coleta de dados em Timon, com exceção dos atributos: facilidade de mobiliar, consumo de alimentos orgânicos e aparência, por exemplo.

A pesquisa de Guilhon (2011) possuía como escala de análise o Parque Residencial Manaus, localizado na cidade de Manaus/AM. O objetivo da pesquisa era aplicar os indicadores de sustentabilidade urbana ao conjunto habitacional. Nesse compasso, a matriz de indicadores utilizados na avaliação do conjunto, encontra-se organizado em 07 grupos, do total somente o grupo Materiais e processos construídos, o grupo Projeto Flexível, e o grupo Gestão de energia mostraram-se incompatíveis devido a realidade local e o objetivo de as pesquisas serem distintas, portanto os demais grupos serviram como inspiração para a confecção do sistema de indicadores/variáveis utilizados nesta pesquisa.

O estudo desenvolvido pelos autores Kempter, Anhaia e Terra (2015) possuíam como escala de análise 03 conjuntos habitacionais localizados na cidade de Indaiatuba/SP. A pesquisa visou aferir o nível de satisfação dos moradores em relação aos aspectos locacionais e conectividade desses empreendimentos. Desse modo, estava sistematizada em 06 categorias, as quais seriam cruzadas com as informações apuradas em campo e com as levantadas de acordo com as diretrizes dos distintos planos diretores da cidade. Todas essas categorias, serviram como inspiração para a confecção do sistema de indicadores/variáveis utilizados nesta pesquisa.

O recorte espacial contemplado foram os conjuntos habitacionais oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida: Residencial Novo Tempo (figura 04), localizado no bairro Boa Esperança situado na parte noroeste da cidade, o Residencial Júlia Almeida (figura 05) e o Residencial Padre Delfino (figura 06), ambos localizados no bairro Mutirão, sendo estes localizados na zona oeste da cidade, e o Residencial Antônio Elouf Simão – Novo Jóia (figura 07), localizado no Bairro Jóia, zona sudoeste de Timon.

A escolha do recorte espacial deu-se em decorrência de dois fatores: o primeiro foi devido a localização espacial dos conjuntos na cidade, e o segundo fator, foi por terem sido os primeiros conjuntos entregues à população, compreendido entre os anos de 2011 e 2012. No entanto, é importante frisar que na cidade, além dos conjuntos contemplados no recorte, têm-se outros localizados em diferentes bairros da cidade, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 4: Conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Timon, Maranhão, até 2018.

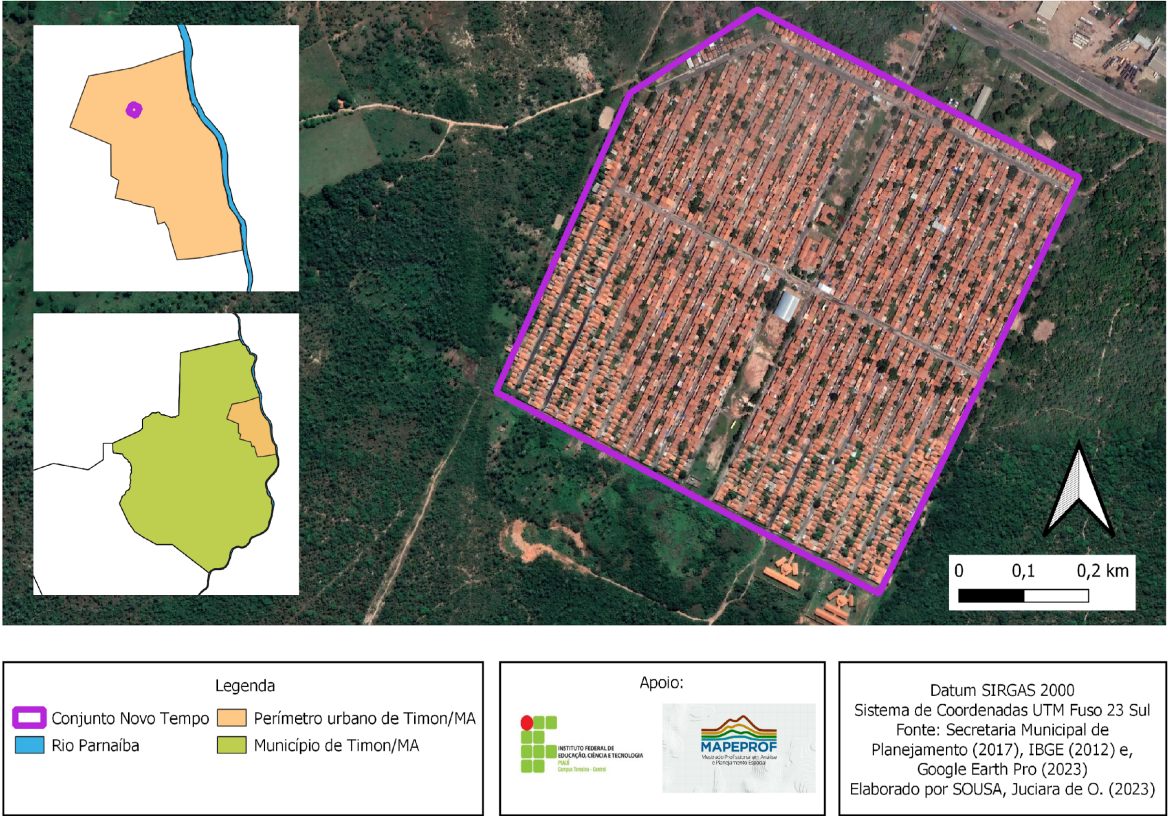
Conjunto do PMCMV	Ano da entrega	Localização/bairro	Número de imóveis	Gestão municipal
Novo Tempo	2011	Boa Esperança	2.000	Socorro Waquim
Antonio Elouf Simão – Novo Jóia	2012	Jóia	250	Socorro Waquim
Júlia Almeida	2012	Mutirão	870	Socorro Waquim
Padre Delfino	2012	Mutirão	650	Socorro Waquim
Primavera	2012	Cidade Nova	244	Socorro Waquim
Residencial Cocais I e II	2016	Flores	1.000	Luciano Leitoa
João Emílio Falcão	2016	Parque Alvorada	500	Luciano Leitoa
Miguel Arraes	2016	Jóia	1.000	Luciano Leitoa
Lorival Almeida	2018	Flores	500	Luciano Leitoa

Fonte: SOUSA, FILHO (2019)

Elegeu-se o recorte temporal de 2010 a 2020 para caracterizar as alterações espaciais no espaço urbano de Timon, utilizando de Sistemas de Informações Geográficas. Tal recorte se justifica em razão do período de instalação das unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida em Timon, sendo as primeiras construídas em 2011 e as últimas em 2021, o

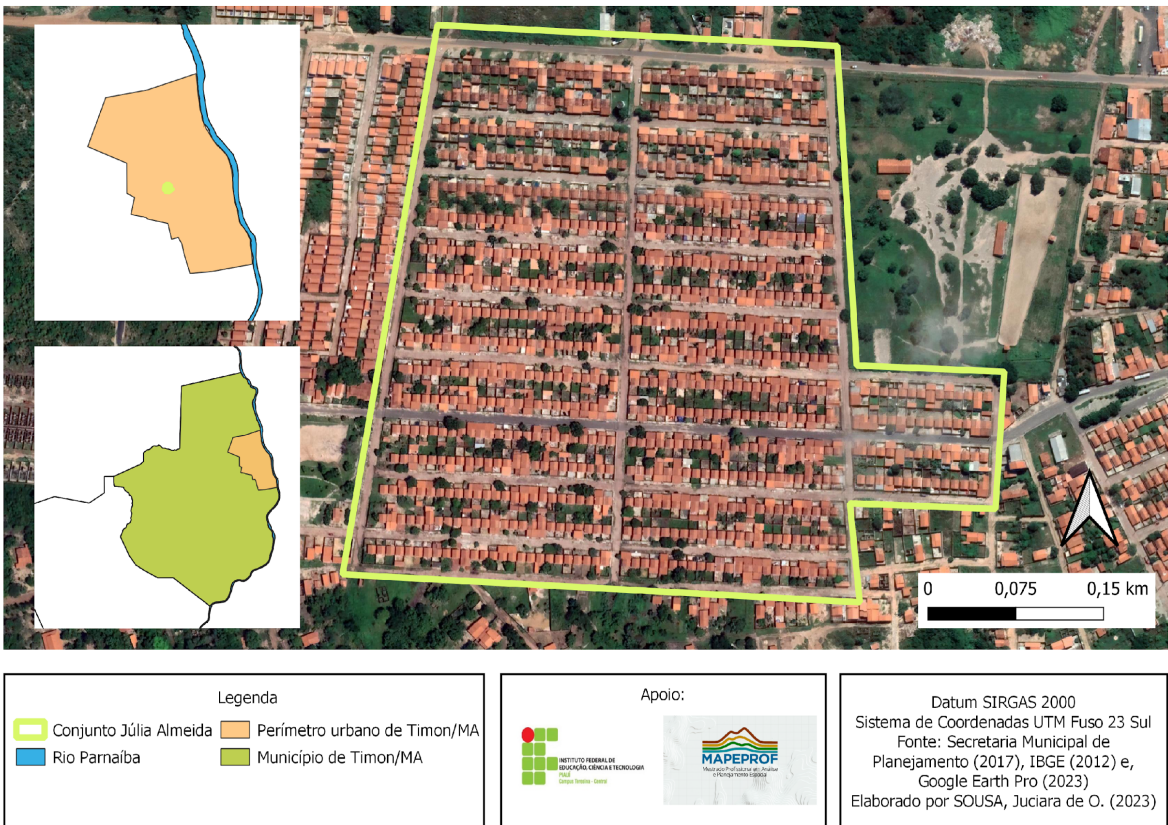
programa passou por mudanças significativas em 2021, por meio da Lei nº14.118/21, denominando-se Programa Casa Verde e Amarela. Conforme as imagens a seguir:

Figura 4: Localização espacial do Conjunto Habitacional Novo Tempo



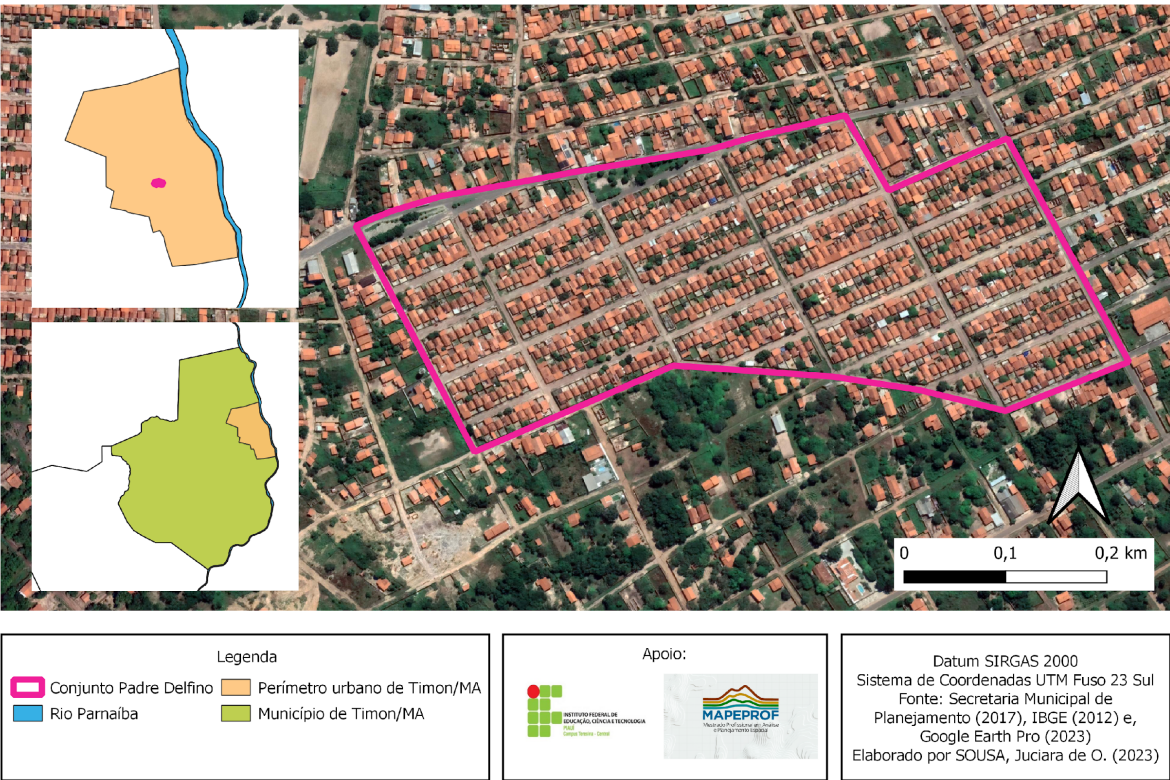
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Figura 5: Localização espacial do Conjunto Habitacional Júlia Almeida



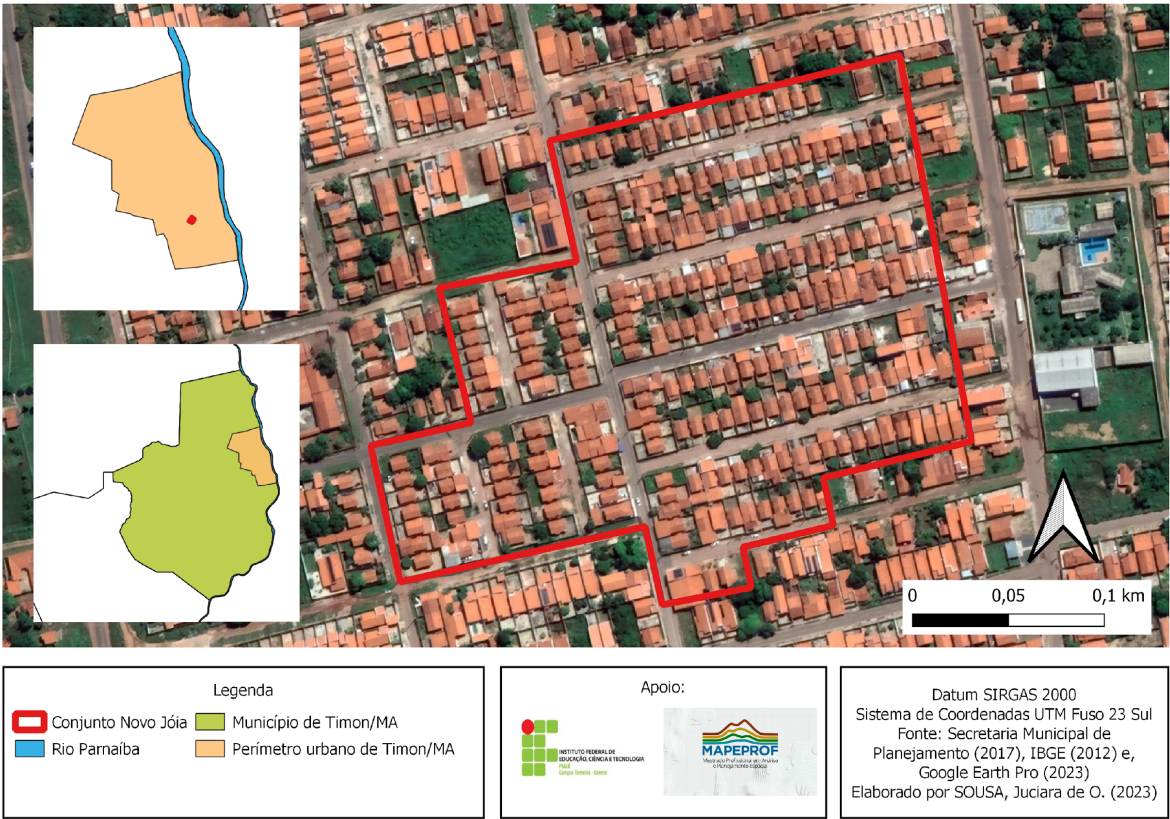
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Figura 6: Localização espacial do Conjunto Habitacional Padre Delfino



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Figura 7: Localização espacial do Conjunto Habitacional Antônio Elouf Simão – Novo Jóia



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O recorte espacial foi delimitado com base em dois aspectos: primeiro pelo fato de que os conjuntos selecionados são os primeiros a serem implantados pelo programa MCMV em Timon, entre os anos de 2011 e 2012; o segundo aspecto corresponde à localização destas construções na área espacial urbana – noroeste, oeste e sudoeste da cidade, configurando-se nos principais vetores de produção espacial de Timon. A operacionalização da pesquisa fora realizada de acordo com os seguintes procedimentos detalhados a seguir.

6.2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Nesta etapa foi realizado o levantamento bibliográfico em websites de bases científicas e periódicos como Capes, Scielo, Google Acadêmico utilizando as seguintes palavras-chaves: Política Habitacional, Programa Minha Casa Minha Vida, Reprodução do Espaço Urbano, Impactos Socioambientais Urbanos. Contemplou, assim, a pesquisa em livros, teses, dissertações e outros documentos pertinentes.

Em relação aos assuntos referentes à organização espacial e urbanização de Timon, foram coletadas informações junto às Secretarias de Planejamento Municipal (SEPLAM), Secretaria de Habitação (SEHAB) e buscou-se os autores: Silva (2016), Sousa (2014), Pacheco Junior (2020), Sousa e Filho (2019).

6.2.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Foram analisados documentos que tratam do espaço urbano de Timon, disponíveis na SEPLAM e no website da prefeitura municipal do município: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei orgânica, Denominação e delimitação de bairros de Timon, Código de obras e edificações e dá outras providências, Lei do Parcelamento do Solo, Relatório Nº 21 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Timon.

6.2.3 PRODUÇÃO E ANÁLISE CARTOGRÁFICA

Com a finalidade de entender a dinâmica da produção e reprodução do espaço urbano de Timon, empreendeu-se na elaboração de uma cartografia de mapas-sínteses, buscando enfatizar a dinâmica espacial urbana da cidade em diferentes décadas. As figuras foram captadas nos seguintes anos: 2000 (Sensor L 5ETM), 2020 (Sensor L8 OLI/TIRS).

Os mapas a serem apresentados com as informações da divisão de bairros de Timon foram cedidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Outros mapas apreciados na pesquisa foram oriundos de teses, institutos, atlas e relatórios de divulgação como: IMESC, Embrapa, PEHIS-MA, IBGE, Anuários estatísticos, dentre outros. E outros mais, são resultados da coleta de dados in loco, combinados com informações coletadas do Google Earth Pro, os quais foram produzidos no software “Qgis 3.22”.

6.2.4 COLETA DE DADOS EMPÍRICOS

A coleta de informações realizou-se mediante as seguintes etapas: a priori envolveu a confecção e a aplicação de um questionário aos moradores, contendo perguntas abertas e fechadas, orientadas por tópicos-guias sobre as variáveis/indicadores da pesquisa, os quais consistem em elementos urbanos e na qualidade das habitações (Quadro 05). As perguntas abertas objetivam sondar informações mais específicas, com maior detalhamento das questões abordadas. Já as perguntas fechadas, permitiu abstrair respostas de opinião simples e diagnóstico instantâneo.

Em razão do universo de residências que integram os conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa, um total de 3.770 residências, adotou-se a amostragem não probabilística, fixada em 100 residências, deste total tivemos a aplicação do questionário em: 31 residências no conjunto Júlia Almeida, em 30 residências no conjunto Padre Delfino, em 25 residências no Conjunto Novo Tempo e, em 14 residências no conjunto Novo Jóia.

As residências foram selecionadas através de critérios tais como: interesse em participar da pesquisa, maior acessibilidade para contatar os residentes, e em áreas com maior garantia de segurança à pesquisadora em razão do crescimento da violência/criminalidade urbana em Timon.

A presente pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética através da submissão desta à Plataforma Brasil, cuja numeração de submissão do projeto foi o número 5.718.339. Sendo a situação final do parecer da pesquisa, aprovada, conforme consta no Anexo A. Foi produzida uma planilha de observação sistemática, contendo 48 variáveis distribuídas em sete grupos de indicadores (habitação, saneamento, segurança, saúde básica, educação, lazer e acessibilidade/mobilidade), conforme abaixo:

Quadro 5: Variáveis da pesquisa empírica, conforme os indicadores

Indicadores	Variáveis
HABITAÇÃO	Status da aquisição
	Terreno murado
	Cômodos
	Áreas externas (garagem/quintal)
	Árvores
	Forro (teto)
	Piso de cerâmica
	Janelas
	Sistema de encanação
	Tempo de aquisição
	Origem da população residente
SANEAMENTO	Sistema de abastecimento de água
	Sistema de coleta de esgoto
	Coleta de resíduos sólidos
	Poda de árvores
	Coleta de águas pluviais
	Varrição de vias públicas
	Controle de vetores urbanos
	Capinação
SEGURANÇA	Unidade policial (trailer/distrito)
	Monitoramento das ruas
SAÚDE	Hospitais
	Clínicas
	Maternidade
	Unidade básica de saúde
	Agentes comunitários de saúde
	Farmácias
EDUCAÇÃO	Escola de ensino fundamental maior
	Escola de ensino fundamental menor
	Escola de ensino médio
	Creches
LAZER	Parques
	Praças
	Trailer/lanchonete
	Campo de futebol
	Quadra poliesportiva
	Bares
	Restaurantes
	Equipamento de academia pública
	Brinquedos infantis
	Calçamento
ACESSIBILIDADE/ MOBILIDADE	Asfalto
	Meio-fio
	Calçadas
	Ruas de via dupla
	Iluminação pública
	Linhas de ônibus/transporte coletivo
	Ciclovias

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A aplicação dessa planilha permitiu diagnosticar os elementos urbanos comunitários do PMCMV em Timon. Tais indicadores e variáveis possibilitaram a análise da quantidade e

qualidade dos elementos infraestruturais urbanos e de habitação que possam permitir a validação da produção e reprodução do espaço por meio do PMCMV em Timon.

Conjuntamente, foram realizados diferentes registros fotográficos, contemplando os elementos supracitados na observação sistemática. Esses registros permitiram avaliações e comparações junto às informações colhidas aos entrevistados, e a partir disso, confirmar ou não a hipótese de que o Estado, por meio do PMCMV, estaria proporcionando a valorização do solo urbano, e consequentemente, atuando como agente produtor do espaço urbano em Timon. Consciente da coleta de dados, as informações apuradas foram organizadas em planilhas de Excel para a formatação e processamento de dados.

7 A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM TIMON, MARANHÃO

Este capítulo contemplará os resultados da presente pesquisa, aos quais estarão organizados em subtópicos, correlacionado aos grupos de indicadores norteadores ao estudo junto aos moradores e a observação guiada, além de um tópico introdutório relacionado às reproduções espaciais da cidade.

7.1 REPRODUZINDO ESPAÇOS EM TIMON/MA: UMA AÇÃO DINÂMICA E COMPLEXA.

A cidade de Timon fazendo jus ao estereótipo de município de origem espontânea, pois sempre teve consigo a dinâmica da expansão urbana. De povoado à vila, de vila à cidade, o processo urbano contribuiu para a sua consolidação enquanto município, segregando-se da localidade de Matões em 1943.

Na história da urbanização brasileira, foram diversas as políticas e seus respectivos programas – habitacionais, conforme o capítulo 2. Em suma cada programa deixou sua marca. No caso do Programa Minha Casa Minha Vida (foco desta pesquisa), identifica-se a mesma característica – as distintas nuances da transformação do espaço urbano – conforme aponta os estudos de Carvalho e Medeiros (2017); Rolnik et al. (2015); Meireles e Castro (2017).

Tratando-se do espaço urbano timonense, no último decênio (2010 – 2020) importantes pontos merecem atenção: (a) quais agentes são responsáveis pelo aumento do perímetro urbano e pela produção do espaço em Timon? (b) se, os conjuntos do PMCMV foram construídos nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS? (c) se, a qualidade de vida e a oferta dos elementos urbanos para a população timonense, cresceu no mesmo ritmo da sua produção espacial?

Sobre o primeiro ponto: quais agentes são responsáveis pelo aumento do perímetro urbano e pela produção do espaço em Timon? Levando em consideração os escritos de Corrêa (2017) o qual cita como sendo os agentes produtores do espaço: os proprietários dos meios de produção, os grupos sociais excluídos, o Estado, os agentes imobiliários, os agentes fundiários; especificamente no cenário urbano de Timon vê-se a ação proeminente dos três últimos citados.

Organizando as ideias aqui apresentadas, o PMCMV age através do seguinte raciocínio: são adquiridas terras – privadas, geralmente arrendadas e/ou por concessão, ou

públicas – para a construção dos conjuntos, são contratadas empresas construtoras/imobiliárias para a execução das obras (exemplo: PMCMV Entidades), é realizado sorteio das casas pela prefeitura numa ação conjunta com as secretarias responsáveis (neste caso as famílias contempladas deverão estar cadastradas pelo Centro de Referência em Assistência social – CRAS) e ter renda comprovada no valor inferior a 1,5 salários mínimos (BRASIL, 2009).

Anterior ao momento efêmero de entrega das unidades habitacionais para a população ocorre outros processos importantes: um deles é a escolha do local dos conjuntos, que em regra são em áreas limítrofes do perímetro urbano e/ou distante ao núcleo da cidade. A possível explicação plausível é que quanto maior a área, essa terá mais casas construídas, evidenciando um elevado número de famílias assistidas. Como fator resultante, as áreas próximas a este empreendimento/conjunto serão valorizadas (considerar nessa afirmação o elemento temporal).

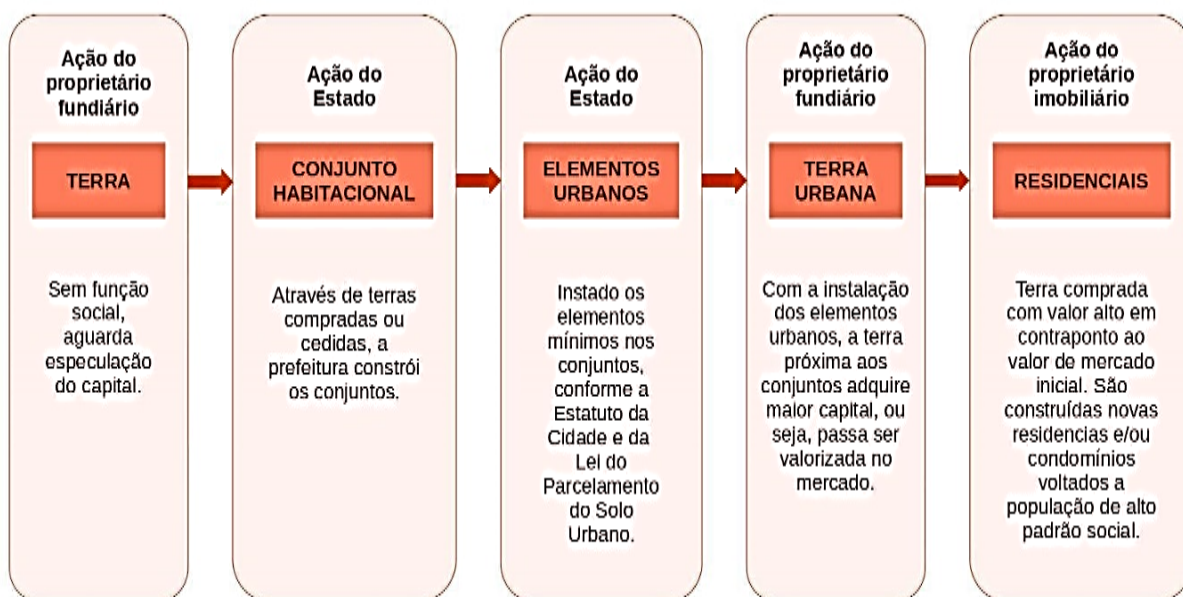
No entanto, acerca do local desses, especialistas sobre o tema a exemplo de Rolnik (2014), nos alertam sobre a reafirmação do padrão de localização de habitação social que já se reproduz nas cidades brasileiras há muitas décadas, no qual os pobres urbanos são relegados às áreas longínquas e geralmente subequipadas. Portanto, áreas essas que, quando pertencentes aos proprietários fundiários, antes (e depois) da entrega dos conjuntos habitacionais, provavelmente não tinham função/valor social.

Contudo, com o crescente movimento viário e populacional, conjuntamente com a implantação de elementos urbanos (exemplo: calçamento de vias de circulação, sistema de abastecimento de água e energia, cabos de internet etc.) adjunto da evolução temporal, essas parcelas de terras serão compradas pelos promotores imobiliários.

Esses construíram residenciais a preços atraentes ao mercado, voltado exclusivamente para população de alto poder aquisitivo, evidenciando uma parceria eficiente entre Estado, promotores imobiliários e fundiários (ver figura 08). Os novos residenciais em conjunto com os do PMCMV resultam em novas reproduções do espaço, contribuindo para o processo de flexibilização da malha urbana da cidade.

O cenário descrito encaixa-se com o processo existente aos conjuntos habitacionais do PMCMV em Timon, cabe frisar que o processo descrito não é uma exclusividade na cidade de Timon, ele ocorre em diferentes espaços urbanos no Brasil como apontam os estudos de Cardoso, Mello e Jaenisch (2015); Vieira e Façanha (2016) e Therry (2017).

Figura 8: Fluxograma sobre o processo das novas produções espaciais urbanas em decorrência do PMCMV

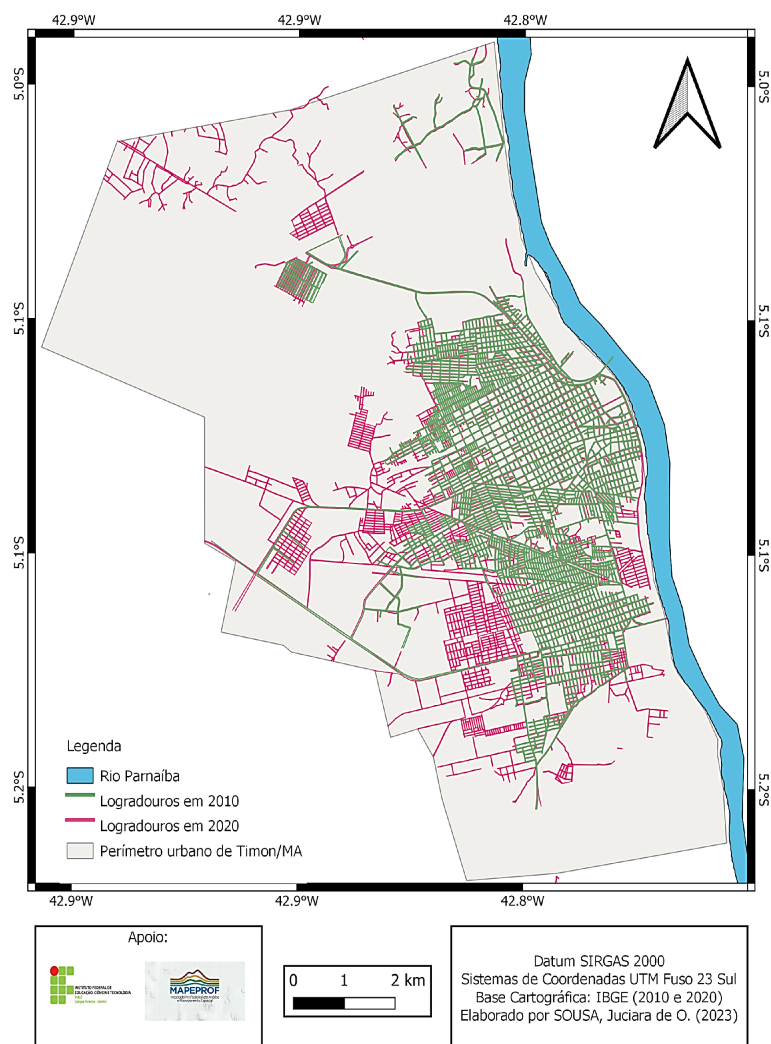


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Os conjuntos habitacionais constituintes desta pesquisa – Novo Tempo, Novo Jóia, Padre Delfino e, Júlia Almeida – compõem a primeira fase da implantação do PMCMV em Timon (2011 a 2014), promovendo assim, significativas transformações espaciais na cidade. Observando a Figura 09, destaca-se a produção de novas áreas urbanas, através de novos logradouros em 2020 – no mapa eles estão destacados na cor vermelho escuro, enquanto os logradouros de 2010 estão na cor verde.

Essa imagem apresenta as principais vias da expansão do perímetro urbano em Timon nos anos de 2010 a 2020. O movimento de expansão segue os sentidos noroeste, oeste e sudoeste de Timon, onde coincidentemente estão localizados os maiores conjuntos habitacionais do programa.

Figura 9: Evolução do espaço urbano de Timon, Maranhão, entre os anos de 2010 a 2020.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Analisando as novas produções espaciais, elas ocorreram, principalmente, no sentido oeste e sudoeste da cidade; interessante frisar que é exatamente nestas áreas da cidade que se localizam os conjuntos Júlia Almeida, Padre Delfino e o Novo Jóia com o quantitativo de 870, 650 e 250 unidades habitacionais respectivamente.

Quanto ao conjunto habitacional Novo Tempo localizado no sentido norte/nordeste da cidade, teve sua construção iniciada ainda no ano de 2010. E conforme vê-se na Figura 10, os logradouros do conjunto aparecem tanto nos vetores de 2010 como nos de 2020. Cabe ressaltar que, com o impressionante quantitativo de 2.000 unidades habitacionais, ele é o maior conjunto da primeira fase do programa em Timon, além de ter sido o primeiro a ser entregue à população timonense em 2011, os outros três conjuntos mencionados foram

entregues no ano de 2012. Desse modo, ele é o principal causador da produção de novos espaços urbanos no sentido norte/nordeste da cidade.

Acerca do segundo ponto da reflexão proposta: se, os conjuntos do PMCMV em Timon foram construídos nas ZEIS? A reflexão parte do pressuposto de que uma cidade justa, inclusiva e sustentável, precisa rotineiramente passar por planejamento e organização territorial. A ressignificação das Cidades Sustentáveis tem sido pauta de inúmeros debates e estudos no mundo acadêmico, porém sua atuação ainda não é uma realidade, na maioria das cidades brasileiras.

As ZEIS ou Zonas Especiais de Interesse Social, é definida pela Lei Federal nº 11.977/2009 como sendo “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia da população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (art.47, V).

Neste compasso, as ZEIS podem compreender terrenos e edifícios vazios, sem regulação, subutilizados ou não utilizados, adequados à produção de novas unidades habitacionais de interesse social, bem como áreas ocupadas por diversos tipos de assentamentos informais e precários, tais como favelas, cortiços, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares (ANCONA, 2017).

Os objetivos das ZEIS conforme descrito na Lei Municipal nº 1578/2009 é:

Art. 5º - As Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS deverão ser delimitadas pelo Poder Público Municipal, por ato do Chefe do Poder Executivo, para Programas de Produção de lotes e Habitações Populares ou para Programas de Regularização Fundiária, (...) tendo como objetivos gerais: I - aumentar a oferta de moradia para as famílias de baixa renda; II – combater os fenômenos de segregação social e espacial e o desenvolvimento desordenado das periferias e assentamentos precários; III – induzir o repovoamento das áreas centrais ociosas e vazias para produção de habitação popular, otimizando a infraestrutura urbana existente; IV – promover o acesso ao solo urbano e a moradia legalizada; V – a inclusão social a partir de ações de promoção de geração de emprego e renda, a cargo do órgão municipal competente; VI – implementar infraestrutura e equipamentos comunitários e de lazer, quando houver viabilidade técnica, regulamentando as interfaces entre as relações sociais e as formas de ocupação urbana (Lei nº 1578/2009, art.5, I ao VI).

As ZEIS são um importante instrumento urbano largamente adotado nas grandes cidades brasileiras. Através deste instrumento é possível estabelecer padrões urbanísticos especiais em áreas já ocupadas ou que venham a ser ocupadas, por população de baixa renda, levando efetivamente à legalização desses assentamentos e, portanto, à extensão do direito de cidadania a seus moradores.

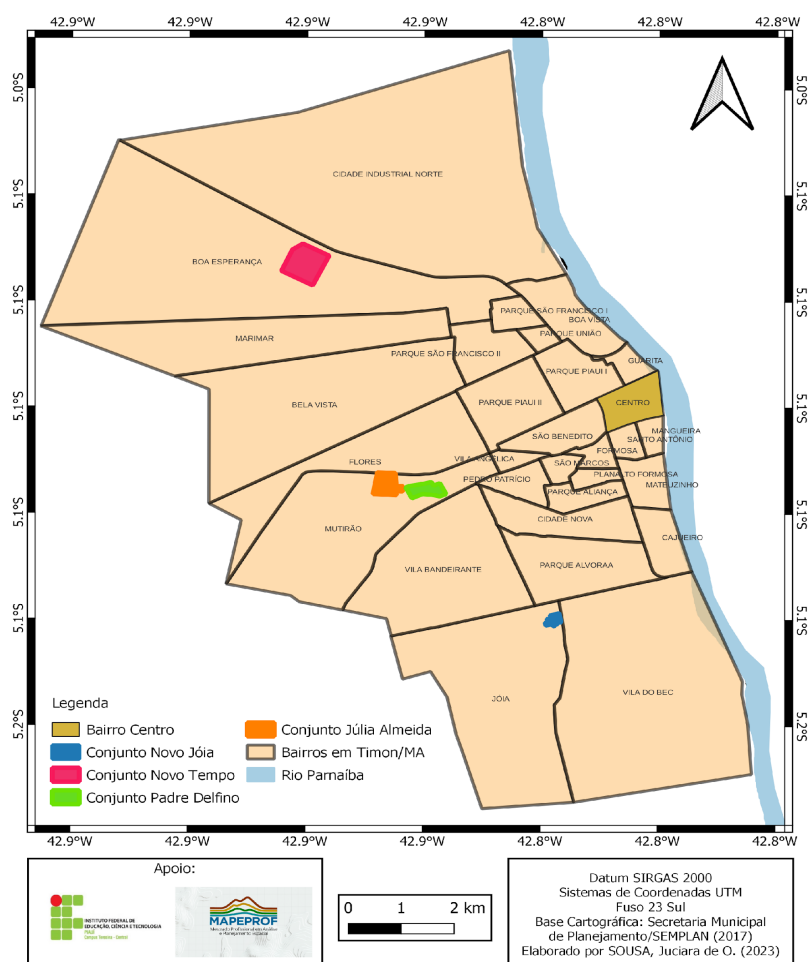
Resgatando a ideia de Cidades Sustentáveis, planejamento urbano e as ZEIS como instrumento operacional, propõe-se aqui inferir que haja uma relação consubstancial entre o

acesso à terra/moradia digna e o direito à cidade. Pondera-se que em Timon, sendo a quarta maior cidade, em termos populacionais, do Estado do Maranhão (IBGE, 2010), tenha uma legislação própria voltada ao planejamento e ao ordenamento urbano como plano diretor, parcelamento do solo urbano, código de obras e condutas, dentre outros.

Especificamente sobre as ZEIS, a cidade possui a Lei Municipal nº 1578/2009, dentre as várias informações disponíveis, o documento cita que as ZEIS podem ser delimitadas em áreas públicas ou privadas, e que o poder público municipal é o responsável por delimitar essas áreas. Sugestivamente falando, deveria haver um mapeamento evidenciando a localização das ZEIS na cidade, que na realidade não consta no documento original e nem foi identificado dentre os inúmeros documentos disponíveis no diário oficial no site da Prefeitura Municipal de Timon. Aproveita-se aqui para reforçar a importância desse documento e deixar como sugestão, do estimado documento vir anexado na Lei nº 1578/2009.

Doravante a essência das ZEIS e sua estreita relação com o PMCMV, supõe-se que os quatro conjuntos habitacionais estudados na pesquisa, tenham sido construídos nas ZEIS da cidade. Levando em consideração a localização dos conjuntos estudados conforme vemos na Figura 10, eles situam-se em bairros limítrofes do perímetro urbano, detendo área territorial significativa, onde dificilmente haveria de conseguir no núcleo central da cidade.

Figura 10:Localização dos conjuntos habitacionais estudados na pesquisa



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Causa estranheza a possibilidade de não ter ocorrido planejamento para a implantação dos conjuntos habitacionais, ou seja, a prefeitura adquiriu parcelas de terra em locais aleatórios e construído os empreendimentos sem considerar o isolamento espacial da população residente nestes conjuntos, bem como a dificuldade no acesso a serviços básicos como: unidades escolares, posto de saúde, transporte coletivo, posto policial e outros. O que não condiz com a ideia de cidade democrática e sustentável, igual e justa para todos.

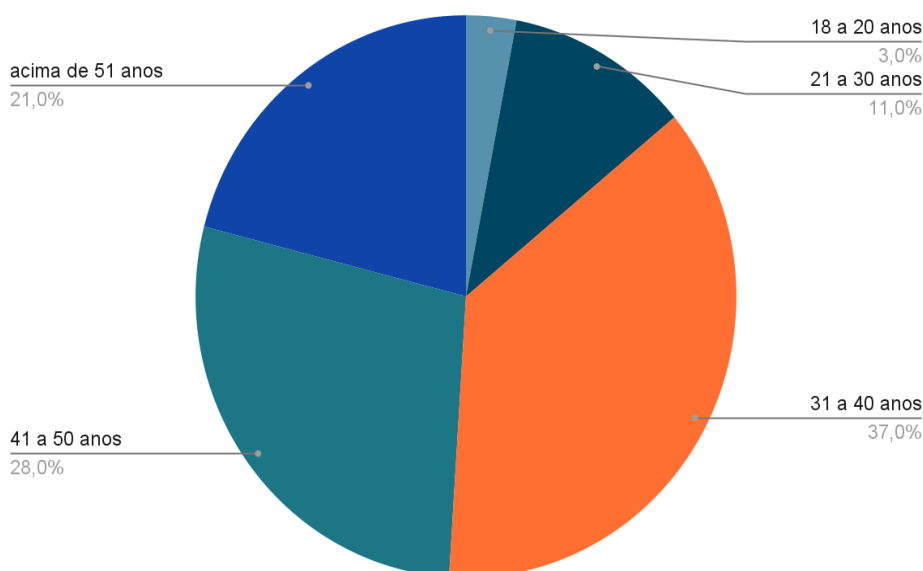
A respeito do terceiro ponto da reflexão proposta: se, a qualidade de vida e a oferta dos elementos urbanos para a população timonense, cresceu no mesmo ritmo da sua produção espacial? O tema será contemplado nos próximos tópicos que correspondem aos grupos de indicadores e suas variáveis, estudados sobre os elementos urbanos nos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida em Timon, Maranhão.

7.2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO PESQUISADA

A pesquisa contemplou, conforme mencionado no capítulo 6 - Procedimentos Metodológicos - uma amostra de 100 moradores residentes nos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida, os quais participaram da pesquisa ao responder um questionário. A amostra foi selecionada através de critérios como: interesse em participar da pesquisa, maior acessibilidade para contato e, em áreas de maior garantia de segurança.

O perfil da amostra apresenta em sua maioria, pessoas maduras e/ou adultas (com idades acima de 18 anos, conforme o IBGE), compreendendo a faixa etária de 31 a 40 anos, em seguida da faixa etária de 41 a 50 anos, com o percentual de 37% e 28% respectivamente, conforme vê-se abaixo:

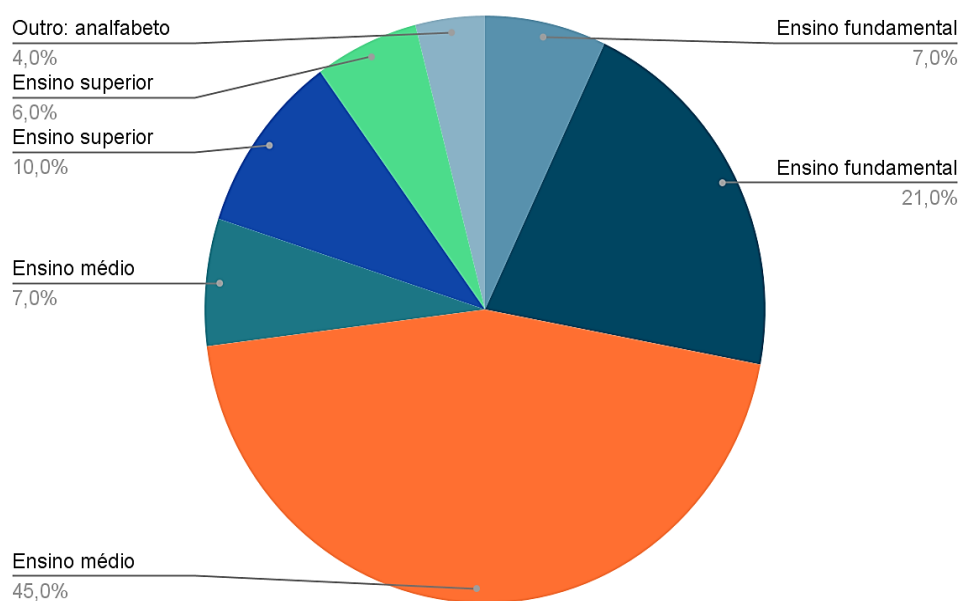
Figura 11: Faixa etária da amostra participante da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Outro fator igualmente relevante a se considerar numa pesquisa é o grau de escolaridade, neste caso a maior parcela da população participante da pesquisa possui o ensino médio completo com 45% do total compreendido, ou seja, quase a metade dos entrevistados. Um quantitativo que nos chamou a atenção é o percentual de moradores com o ensino fundamental incompleto, cerca de 21% de acordo com a imagem abaixo:

Figura 12: Escolaridade da população participante da pesquisa.



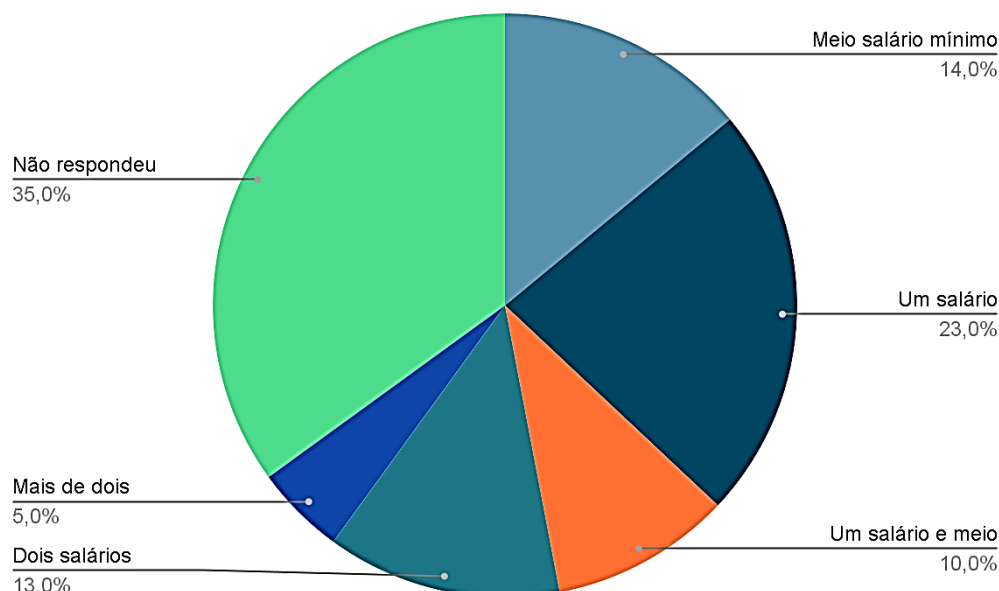
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Levando em consideração a faixa etária participante combinada com a escolaridade, observa-se uma população que até meados da década de 1990 e anos 2000, com inúmeras dificuldades ao acesso à educação, nos fazendo apreender que o acesso à educação seria limitante a grande parcela da população, em contraponto de ser limitado a determinada parcela da sociedade timonense.

A amostra participante configura-se em pessoas que trabalham na sua maioria sob o regime de contratos, ou ainda sendo trabalhadores informais por exemplo, as diaristas e os professores de reforço, ou ainda pessoas sem remuneração como as donas de casa (por exemplo), ou nem mesmo sem trabalho, encontram-se dependendo de outros para sobreviver; todos esses configuram a alternativa “outros”, que obteve o percentual de 65% das respostas no questionário. Portanto, as pessoas que trabalham - neste caso estão inclusas as categorias 'autônomos e carteira assinada' - giram em torno dos 35% dos entrevistados.

Por seguinte, obteve-se o percentual de 35% do total de entrevistados que não responderam ao questionamento da sua renda familiar mensal conforme a seguir:

Figura 13: Situação da renda familiar dos participantes da pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Contudo, há de se ponderar em duas possíveis situações; a primeira faz jus ao receio de conceder esse tipo de informação a estranhos (devido o número crescente de roubos e de estelionatários) e a outra situação, é o reflexo do item anterior: muitas pessoas estão desempregadas.

7.3 HABITAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO PMCMV EM TIMON/MA.

O presente tópico contempla as informações apuradas das onze variáveis que compõem o indicador “Habitação”, as quais são: status da aquisição, terreno murado, cômodos, áreas externas (garagem/quintal), árvores, forro (teto), piso de cerâmica, janelas, sistema de encanação, tempo de aquisição e, por último a origem ou cidade natal da população residente nos conjuntos. Num contexto geral, esse indicador busca verificar a situação atual das residências e de seu entorno imediato, além de observar o possível efeito migratório, através da constatação da cidade natal dos moradores dos conjuntos do PMCMV.

Acerca do status da propriedade da casa, 84% dos moradores afirmam que a casa é de sua propriedade, ou seja, moram em casa própria; embora existam também outros segmentos como: casas alugadas e casas cedidas, os quais somam 16% do total diagnosticado.

Cabe salientar que, o prazo de pagamento das unidades habitacionais fixa-se em torno de dez anos, ou seja, as casas entregues em 2012 atualmente já estão quitadas, pelo menos para as pessoas que estavam com as parcelas em dia; inclusive alguns entrevistados salientaram essa informação durante a aplicação do questionário. Percebeu-se de forma sistemática (outro instrumento utilizado na pesquisa), casas inabitadas, casas sem indícios de moradores ou com o mínimo de preservação, em suma casas abandonadas, de acordo com a constatação abaixo:

Figura 14: Casa abandonada localizada em um dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

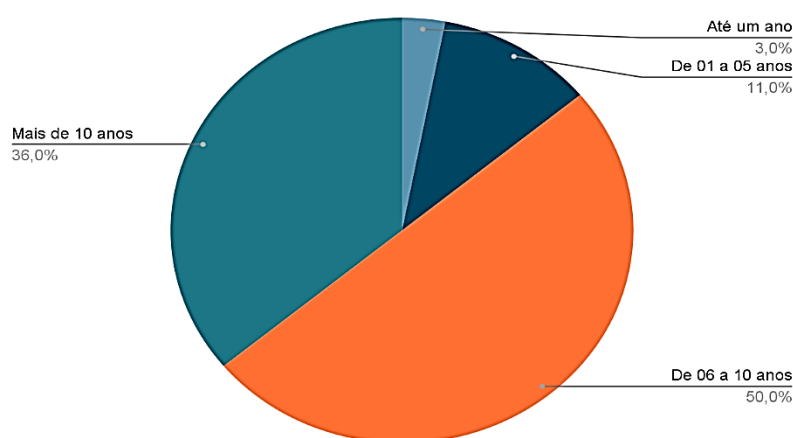
O abandono dessas casas, levanta algumas reflexões, porém destaca-se uma em especial: o isolamento geográfico e consequentemente as limitadas vias de circulação e de serviços no residencial. Será mesmo que uma família, por exemplo, more em casa de aluguel há anos não almeja sua casa própria? possivelmente a resposta será positiva.

Dado esse contexto, em que a casa seja distante do núcleo central da cidade, que haja dificuldade para o deslocamento, seja para o trabalho ou mesmo para o acesso a serviços básicos como hospitais, supermercados, bancos, por exemplo, todos esses e outros condicionantes possuem um peso e resultam na decisão da família em não residir no conjunto, ocasionando a perpetuação do vínculo ao aluguel. Mas, por conta da complexidade da pesquisa e o reduzido tempo para a elucidação do problema apresentado, faz-se mister realçar

a necessidade de investigações futuras para o aprofundamento do entendimento da realidade citada.

Sobre o tempo de residência nos conjuntos habitacionais, 50% da população apontou estar morando entre 06 e 10 anos no conjunto correspondendo à metade do quantitativo pesquisado, destaca-se também que cerca de $\frac{3}{4}$ da população, ou seja 36%, moram no conjunto há mais de 10 anos revelando o fato dessas pessoas estarem nos conjuntos do PMCMV desde sua inauguração e entrega a população contemplada no sorteio. De acordo o dado abaixo:

Figura 15: Tempo de residência nos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Diante disso, em relação aos quantitativos referentes ao tempo de moradia entre meses a 05 anos, têm-se uma perspectiva de que estes moradores se configuram aos que residem em casas de aluguel e/ou cedidas. Além disso, há o terreno das residências, se é murado ou não, obteve-se o percentual de 90% dos terrenos serem murados, em contrapartida recordemos que essas casas foram entregues à população, sem estarem muradas. E com o tempo, o dono da residência teve o cuidado de realizar a construção conforme a seguir.

Figura 16: Casas dos conjuntos sem muro (seta A) e murada (seta B).

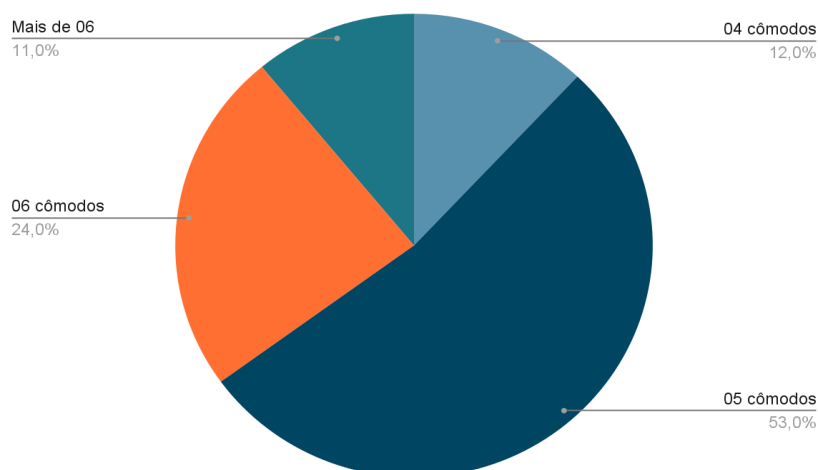


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A casa murada remete a ideia de privacidade e segurança, que é um direito do cidadão conforme menciona o artigo 144 da Constituição Federal. Ainda neste contexto, os 10% apresentados na pesquisa são de terrenos murados parcialmente ou mesmo de terrenos sem muros. Esse cenário se harmoniza com as análises de Silva Júnior e Silva (2022) de que os investimentos em segurança residencial/privada, por meio de muros e cercas elétricas, por exemplo, são potencializados pelas práticas criminosas, o que tem diminuído consideravelmente a circulação das pessoas nas ruas, em qualquer turno diário, e as possibilidades de manutenção das sociabilidades comunitárias.

A parte interna dos conjuntos habitacionais são organizados em dois quartos, um banheiro, um conjunto de sala e cozinha e mais área de serviço na parte externa da casa (CAIXA, 2009), ou seja, um total de 05 cômodos. Doravante à informação citada, foi questionado quantos cômodos existem em sua casa, e como resultado 53% dos participantes afirmaram ter 05 cômodos, e 12% afirmaram ter 04 cômodos. Durante a conversa com a população observou-se uma ligeira confusão na contagem dos cômodos, pois as pessoas que assinalaram ter 04 cômodos, consideraram a sala e a cozinha como um único cômodo. Observe abaixo:

Figura 17: Número de cômodos nas casas dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Um dado que chamou a atenção foram as modificações/construções na estrutura das casas realizadas pelos moradores, a nível de exemplos tem-se mudança na repartição da sala-cozinha, aumento do número de quartos, construção de garagem etc. Neste sentido, 35% dos participantes da pesquisa já realizaram alguma mudança estrutural na sua casa - aqui estão somadas as opções 'de 06 cômodos (24%)' e 'Mais de 06 cômodos (11%)'.

Na planta original, as residências do programa PMCMV possuem espaço destinado ao quintal e à garagem; para apurar a informação, foi questionado aos moradores se a sua casa possui quintal. E a maioria da população, cerca de 98%, afirmou ter o espaço em suas casas. Evidenciando que, embora tenham sido realizadas mudanças na casa, foi preservado o quintal.

Ressalta-se o valor e o significado do espaço destinado ao quintal para uma família, especialmente para aquelas que possuem filhos, sendo um espaço de convivência, lazer, hortas urbanas, reprodução de saberes e vivências conforme apontam os estudos de Silva (2004), Silva (2019), e Costa et al. (2022).

Os “quintais” constituem-se em espaços estreitamente relacionados com a vida doméstica das famílias, geralmente localizados ao redor das residências, comportando funcionalidades e atividades variadas como encontros familiares, cultivo de jardins e hortas, criação de animais, rodas de conversas e brincadeiras. Sendo importantes espaços de reprodução da vida (COSTA et al., 2022). Ainda sobre a estrutura externa das casas do programa PMCMV, elas foram entregues com a presença de árvores, precisamente uma unidade em cada casa. A espécie plantada nas residências era a *Azadirachta indica*, conhecida como Pé de Nim conforme a seguir:

Figura 18:Exemplo de Pé de Nim (*Azadirachta indica*).



Fonte: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/plantas-xerofilas/o-nim-indiano-o-bioprotetor-natural> Acesso em: 20 fev. 2022.

Trata-se de uma espécie exótica (vinda do subcontinente indiano), atualmente essa espécie tem gerado controvérsia no cenário ambiental brasileiro, pois apesar de seus benefícios como repelente natural e alta resistência ao calor (se adequando rapidamente ao clima do município) é também uma espécie que se propaga rapidamente no ambiente, além de contribuir para a descaracterização dos biomas, para o empobrecimento do solo e para a poluição das águas subterrâneas, devido a liberação de substâncias tóxicas (NEVES, 2003).

O plantio dessa espécie vegetal, nas unidades residenciais dos conjuntos habitacionais do programa PMCMV, possui como finalidade amenizar o impacto ambiental ocasionado com a retirada da vegetação nativa da região promovendo assim uma “arborização urbana”. Para verificar a situação mencionada, foi questionado aos moradores se na sua casa possui árvores; e o resultado mostra que 53% dos moradores afirmam ter árvores e 47% afirmam não possuir mais o item.

Verifica-se que um quantitativo significativo da população decidiu não ter árvores, principalmente o Pé de Nim, porque dentre algumas informações compartilhadas pelos moradores estão: que a árvore cresce muito rápido e o morador ser responsável por podar a árvore, a espécie compromete o terreno ou até mesmo a casa dependendo do local onde ela foi plantada - geralmente na parte frontal da casa, coincidindo com a área da calçada - devido a ocorrência de rachaduras seja na calçada ou até mesmo na parede da casa. Visualmente falando, dependendo da rua no conjunto habitacional, pode-se identificar poucas ou mesmo nenhuma árvore no local.

Todavia, foi questionado a população que afirmou ter árvores na casa, se tinha sido o próprio dono a plantar a espécie existente ou se tinha recebido a casa com o item. A pesquisa mostrou que 81,2% das árvores existentes na propriedade foram plantadas pelo dono; reforçando o efeito negativo da espécie originalmente plantada nas casas, tendo a pesquisa apontando que elas foram trocadas por outras de menor impacto. Em suma, todo o processo descrito nas duas últimas perguntas, nos remetem à desvalorização das espécies nativas durante o processo de arborização urbana, ou seja, no pré e pós construção dos conjuntos habitacionais do programa.

Ainda levando em consideração a composição original das casas do programa PMCMV, elas possuem uma área destinada para serviços, considerada como área de lavanderia (CAIXA, 2009). Portanto, com o intuito de observar as mudanças bem como a preservação da organização inicial das casas, foi perguntado se a casa possui área de lavanderia.

Ao todo, a pesquisa constatou que 71% das residências possuem o item, em contrapartida 29% afirmam não possuir o item questionado. Deduz-se que dentre as transformações realizadas pelo dono do imóvel, foi excluída as áreas de lavanderias, por uma parcela significativa do total.

O teto das casas do programa PMCMV são forradas. A respeito dessa variável, foi questionado se o teto da casa (depois de 10 anos) continua sendo forrado. A maioria dos entrevistados afirmaram que sua casa é forrada, num total de 98%. O pequeno percentual negativo, alegou que alguns cômodos não são forrados em decorrência das mudanças realizadas na casa, como por exemplo a construção de novos cômodos.

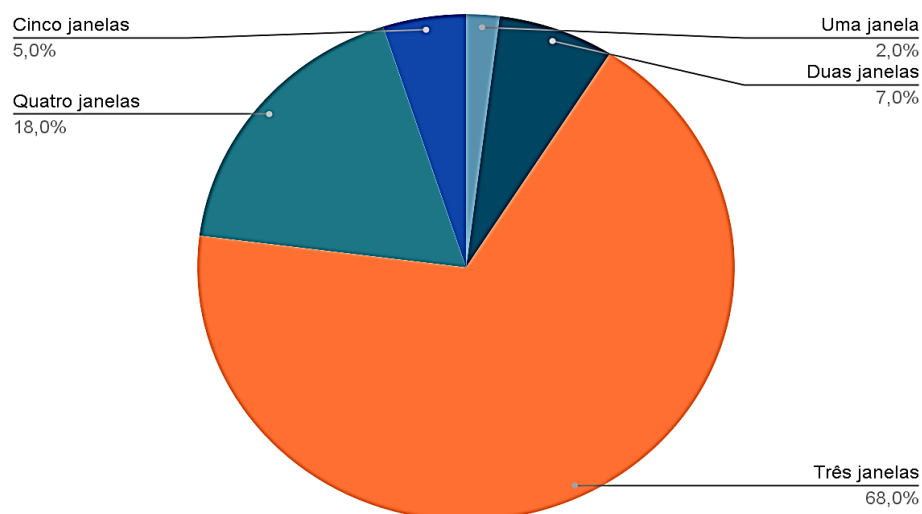
O material empregado no forro são os chamados PVC ou Policloreto de Vinil ou Cloreto de Vinila, sendo este material predominante atualmente nas casas do programa PMCMV; pelo menos é o que aponta a pesquisa realizada, sendo que 95,9% dos moradores afirmaram ser este o material revestido em suas residências. Cerca de 4,1% afirmaram possuir cômodos forrados com gesso - aqui inclusos as pessoas que mudaram totalmente o forro do teto, além de possuir também pessoas que afirmaram ter somente adicionado o material nos novos cômodos construídos posteriormente.

Um dos elementos infraestruturais de uma casa é seu piso. As casas do programa PMCMV são entregues com o piso revestido de cerâmica em todos os cômodos, inclusive o banheiro. Porém, segundo relatos dos moradores entrevistados, foi verificado dois pontos: o primeiro é que algumas casas foram entregues à população sem cerâmica, entretanto o problema foi resolvido meses depois.

A pesquisa mostrou que atualmente, 94% das casas possuem cerâmica; 6% dos moradores relataram que a metade da casa possui cerâmica e a outra metade encontra-se sem o item (isso devido aos problemas com a implantação do item já mencionado), sendo o próprio dono a colocar e não a construtora responsável; outra situação relatada, foi novamente as modificações realizadas nas dependências da casa, que em muitos casos o piso ficou sem cerâmica, por falta de capital para finalizar a obra iniciada.

A casa no formato original foi entregue contendo três janelas - sendo uma em cada quarto e outra na sala - e um basculante no banheiro. Durante a pesquisa foi questionado sobre a quantidade de janelas nas casas atualmente. Os moradores responderam que 68% das casas possuem três janelas, na sequência 18% disseram possuir quatro janelas e ainda 5% afirmaram ter cinco janelas. Desse modo, constatou-se que houve preocupação com a iluminação e o arejamento do ambiente interno das residências, característica que continua presente nas dependências do imóvel conforme a figura a seguir:

Figura 19: Quantidade de janelas presente nas casas dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Um breve adendo a ser feito, diz respeito a redução do número de janelas. O questionário evidenciou também um outro cenário: a existência de residências com 01 e 02 janelas, somando-se a essas opções o quantitativo de 9%, nos fazendo questionar os motivos dessa redução, pois como já foi mencionado, quanto mais janelas têm-se numa casa, mais iluminada e arejada ela é, contudo no momento da entrevista os moradores não justificaram a escolha.

Um dos problemas usualmente identificados em residências são relacionados a infiltração; apesar do problema ser corriqueiro, ele causa prejuízos e grandes transtornos, caso não seja resolvido em tempo hábil. Enfatiza-se que esse problema está suscetível ocorrer em qualquer imóvel, inclusive nas residências do programa PMCMV.

Portanto, foi perguntado aos moradores se havia problema de infiltração em sua residência. A maioria dos moradores afirmaram não possuir esse problema em sua casa, correspondendo a 80% do total entrevistado. Os outros 20% afirmaram possuir infiltração em determinados cômodos, tais como: banheiro, sala, cozinha e quarto. Ressalta-se que os ambientes com infiltração podem causar doenças devido ao excesso de umidade na área afetada, está suscetível a formação de mofo, surgimento de fungos e outros organismos patogênicos, além de comprometer a estrutura da edificação, com possibilidade inclusive de desabamento.

Uma das perguntas constituintes no questionário foi sobre a presença do fornecimento de energia elétrica, onde 100% dos moradores afirmaram ter energia em suas residências. Os conjuntos habitacionais são entregues com as redes de distribuição de energia elétrica, mas

cabe ao proprietário do imóvel, segundo a Cartilha do Proprietário (CAIXA, 2009), o dever de ir à agência e solicitar a ligação do serviço energético na casa.

Sobre a localização da fossa séptica, foi questionado junto aos moradores onde encontra-se no terreno, se era interno ou externo à casa. A respeito dessa variável, 84% dos moradores afirmaram que ela está localizada nas dependências do terreno. Os outros 15% mencionaram que se encontra na área externa da casa, devido a modificações posteriores à entrega da casa. E 1% disse não saber, entre os motivos foram apontados: a casa ser alugada, e ter pouco tempo de moradia na mesma.

Sobre a origem ou terra natal dos moradores dos conjuntos habitacionais, apresenta-se um cenário interessante: embora mais da metade dos moradores, equivalente a 55% no total pesquisado já morasse em Timon, tanto na zona urbana quanto na zona rural, foi verificado a presença de migrantes de outros municípios até mesmo de outros Estados. Entre os municípios citados encontram-se localizados no Maranhão, Ceará e Piauí - destaque para a capital Teresina, compreendido em 15% da origem da população residente hoje nos conjuntos - em São Paulo, e no Pará em consonância com o quadro abaixo:

Quadro 6: Origem dos residentes nos conjuntos pesquisados.

Estados	Municípios
Pará	Castanhal
Piauí	Altos, Aroazes, Esperantina, Floriano, Luzilândia, Piripiri, Piracuruca e Teresina
Ceará	Baturité e Fortaleza
São Paulo	São Paulo (capital)
Maranhão	Buriti Bravo, Caxias, Codó, Luís Domingues, Matões, Parnarama, Pedreiras, Santa Inês, São Luís, Sant'anna do Maranhão, e Urbano Santos

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A informação sustenta a ideia apresentada de que o programa PMCMV tem contribuído para o aumento do contingente populacional e crescimento espacial, defendido neste estudo. Os dados populacionais evidenciam o que foi exposto na tabela, nos últimos anos a cidade vem apresentando elevado número de habitantes. Segundo o IBGE (2023), em 2010 a população timonense era de 155 mil habitantes e a estimativa para 2021 gira em torno de 171 mil.

7.4 SANEAMENTO: CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA

O presente indicador é composto por oito variáveis: sistema de abastecimento de água, sistema de coleta de esgoto, coleta de resíduos, coleta de águas pluviais, poda de árvores, varrição das vias públicas, capinação das vias e equipamentos públicos e controle de vetores

urbanos. A finalidade deste indicador é apurar a disponibilidade e a qualidade dos serviços relacionados ao que entendemos por saneamento básico, voltado à população residente nos conjuntos do programa PMCMV em Timon/MA.

Compreende-se que o acesso aos serviços de saneamento é direito do cidadão, inclusive amparado através da legislação nacional e seus instrumentos (por exemplo o Estatuto da Cidade, e a Política Nacional de Saneamento). Assim é dever do poder público municipal, enquanto gestor da cidade, prover esses serviços à população, em destaque neste estudo a população residente nos conjuntos habitacionais estudados do Programa Minha Casa Minha Vida.

Um dos serviços que compõem o grupo do saneamento básico para além deste indicador é o acesso à água potável pela população. O acesso ao sistema de abastecimento de água pelos moradores dos conjuntos do programa PMCMV ocorre em sua totalidade (100%) segundo a pesquisa realizada junto à população.

Contudo, é importante salientar que a qualidade da água não é tão consensual quanto à disponibilidade; alguns moradores apontaram que a água usualmente falta durante horas, fizeram críticas sobre a coloração do item - devido seu aspecto amarelado - e com relação ao gosto, fazendo alusão a quantidade de minerais contidos na água. Atualmente a empresa Águas de Timon é a responsável pelo serviço na cidade.

Desse modo, a captação de água em Timon é realizada por meio de 55 poços, localizados em diversos bairros e distritos no município, onde o sistema produtor é composto por 23 sistemas de captação com adução. Um ponto a ser frisado com relação à falta de água levantada pela população, é que atualmente estão sendo realizados serviços de manutenção do sistema de abastecimento de água, os quais são importantes inclusive para a qualidade da água consumida, portanto durante a ação ocorre, em alguns bairros, a ausência do serviço momentaneamente.

Doravante percebe-se que a empresa explicita, conforme designa o código do consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), a descrição das partículas minerais presentes na água consumida. Analisando os dados no talão, constata-se que as taxas estão dentro do padrão estipulado, portanto refutando as informações levantadas pela população, mediante ao gosto e a colorimetria. Observe a figura a seguir:

Figura 20: Talão de água com ênfase na descrição das partículas existentes na água consumida

ÁGUAS DE TIMON
 Ag. de Timon Saneamento S.A.
 CNPJ: 23.726.719/0001-04 - LE: 104170
 Av. Presidente Médici, 713 - CEP: 05433-391
 Parque Piauí - Timon - MA - ☎: 0800 595 6889
 MATRÍCULA: 60115-2 MÊS/ANO: 150142517 2/2023

NOME / ENDEREÇO: [REDACTED] MORADOR: [REDACTED] CAIXA: 019 NÚMERO DO HIDRÔMETRO: Y205037561

HISTÓRICO DE CONSUMO MÊS/ANO TIPO LIDO FATURADO
 01/2023 1.1m 00 10
 02/2023 1.1m 00 10
 03/2023 1.1m 00 10
 04/2023 1.1m 00 10
 05/2023 1.1m 00 10
 06/2023 1.1m 00 10

ECONOMIAS - CATEGORIA / TIPO TÁBUA: 1 Residencial - Normal

ANTERIOR: 27/01/2023 107 CONSUMO MÊS MÊS: 10 FIL. PASS: 40, 50x1, 60x1, 80, 7x COFIN: 40, 50x1, 60x1, 80, 7x
 ATUAL: 25/02/2023 112 MEDIATA(*) 10

TÁBUA DE TÁBUAS

RESIDENCIAL	FAIXA DE CONSUMO R\$/M3 E (N)	DESCRIÇÃO	VALOR
0	10	4.6502	00
10	20	4.7948	00
20	30	5.0218	00
30	40	5.4048	00
40	50	5.7000	00

VALOR REFERENTE ÁGUA - 46,55
 > Residencial-Normal 10,0 m3

VENCIMENTO: [REDACTED] TOTAL A PAGAR: [REDACTED]

IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES: [REDACTED]

MESSAGEM: SEJA AMIGO DO NOSSO LEITURISTA SEU HIDRÔMETRO FOR NA PARTE INTERNA DO IMÓVEL. FACILITE O ACESSO AO MEDIDOR DE ÁGUA.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DISCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
CLORO LIVRE	165	165	0	0,81	0,2-5,0 mg/l
COR APARENTE	165	160	5	6,29	Inferior a 15
PH	78	78	0	6,92	6,00-9,50
TURBIDEZ	165	163	2	0,78	Inferior a 5

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DISCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
COLIFORMES TOTAIS	165	165	0	Ausente	Ausente
ESCHERICHIA COLI	165	165	0	Ausente	Ausente

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Mediante essas informações, percebe-se a necessidade de estudos mais complexos, acerca das situações pontuadas pelos residentes nos conjuntos, as quais poderão ser realizadas em outro momento oportuno. Além disso, durante a observação sistemática foi verificado que todas as casas dos conjuntos pesquisados possuem hidrômetros, inclusive algumas encontram-se em caixas protetoras, seja na parede do muro ou na calçada conforme abaixo:

Figura 21: Presença de hidrômetros nas casas dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Outra variável analisada neste indicador trata-se do sistema de esgotamento sanitário; acerca deste serviço, foi perguntado aos moradores se existe coleta de esgoto na sua rua. Revelando que não é disponibilizado o serviço nos conjuntos pesquisados, pelo menos é o que afirmaram 81% dos entrevistados, enquanto 19% confirmam a existência do serviço.

Nesse momento, percebeu-se informações divergentes que convergem para a seguinte situação: os moradores que afirmaram veementemente existir o serviço, assim o dizem, devido todos os efluentes produzidos na casa serem direcionados à fossa séptica, ou seja, o sistema de tubulações de efluentes domésticos são organizados para a fossa séptica. Portanto a população que alegou não existir o serviço mudou o sistema de efluentes, colocando parte dessas encanações a ser escoados para a sarjeta ou vias públicas, conhecidas como esgoto a céu aberto conforme abaixo:

Figura 22: Presença de esgoto a céu aberto nos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Não obstante o cenário apresentado, é importante mencionar a retórica dita pelos 81% moradores; segundo relatos apurados na pesquisa, a ação é justificável devido ao prejuízo econômico sofrido por eles. Em suma, consiste na frequência com que necessitavam contratar o serviço de limpa fossa, já que todos os efluentes produzidos, sejam no banho, no vaso sanitário, na pia da cozinha, ou lavando louças e roupas dentre outras atividades, irem todas para a fossa, fazendo com que atingissem sua cota máxima em poucos meses, precisando ser esvaziada. Portanto, na tentativa de economizar, muitos moradores resolveram modificar parcialmente, o sistema de tubulações de efluentes da casa.

Durante a observação sistemática não foi identificado a existência de Sistema de Tratamento de Efluentes nos conjuntos estudados, inclusive há presença de esgoto contendo lodo, devido a água encontrar-se parada, além da existência de microrganismos, por exemplo larvas. Portanto, pode-se afirmar que nos conjuntos estudados não há sistema de esgotamento sanitário. De acordo com a imagem abaixo:

Figura 23: Presença de água parada nas vias públicas dos conjuntos.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

É de fato, quase um consenso entre a população residente nos conjuntos, a assistência na coleta de resíduos sólidos que, segundo dados da pesquisa, 99% da população afirmaram haver o serviço, enquanto 1% negam a existência dele. O pequeno quantitativo do 'contra' assim o respondeu devido a falha na coleta de resíduos em alguns períodos, ficando dias até mesmo semanas sem a assistência do item mencionado.

A coleta é realizada por empresa terceirizada, a Empresa Ambiental LTDA, a qual recolhe os resíduos nos conjuntos habitacionais em três dias da semana - terça, quinta e sábado - assim informaram 80,8% dos moradores mediante resposta do questionário. Outros moradores, equivalente a 17,1%, disseram que a coleta é realizada em dois dias da semana, e ainda 2,1% alegaram não saber sobre o serviço no conjunto.

A despeito do serviço, se faz oportuno mencionar que durante a observação sistemática foi verificado a presença de vários tipos de resíduos nos conjuntos - plásticos, galhos secos, vidros, papéis, restos de comida etc. - incluindo a queima destes resíduos nas vias públicas. Também foi identificado acúmulo de resíduos nas áreas limítrofes dos conjuntos e em terrenos ociosos, de acordo com a imagem a seguir:

Figura 24: Prática da queima de resíduos sólidos em vias públicas nos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A poda de árvores, embora não conhecida ou mesmo identificada como serviço relacionado ao saneamento pelos moradores, faz parte do contingente de serviços, consequentemente incluída nesta pesquisa.

Segundo dados da pesquisa, 59% da população afirmaram não haver o serviço de poda, sendo necessário o pagamento de terceiros para realizar o serviço, e/ou por vezes o próprio proprietário realiza o corte da árvore. Contudo, 37% dos entrevistados apontaram que a prefeitura realiza o serviço, porém de modo raro, anualmente; alguns moradores mencionaram que teriam que solicitar o serviço se dirigindo a algumas das secretarias da cidade. 4% dos entrevistados não opinaram sobre a questão, mostrando-se indecisos.

Durante a observação sistemática foram verificadas duas situações questionáveis; a primeira foi o registro de uma árvore recém podada e os resíduos desta na via pública, dificultando a circulação de veículos, motocicletas, ciclistas e pedestres. A segunda situação foi um galho de árvore caído, levando consigo parte da fiação elétrica do local; a situação descrita pode ter sido deflagrada devido ao forte temporal ocorrido na noite anterior à observação sistemática no conjunto. Conforme a seguir:

Figura 25: Situações verificadas durante a observação sistemática a respeito da poda de árvores nos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Na Figura 25-A, observa-se o galho da árvore caído entre o muro da residência e a rua, na queda o galho rompeu a fiação elétrica da rua, comprometendo o fornecimento de energia

elétrica; na Figura 25-B, observa-se a presença de resíduos oriundos da poda de árvore, os resíduos estão dificultando o deslocamento dos meios de transporte na avenida.

Essas situações reforçam a opinião dos moradores, inclusive anteriormente citada no capítulo 7.3, no que diz respeito a presença de árvores na propriedade, onde moradores afirmaram ter retirado as árvores devido às responsabilidades para mantê-las, mesmo conhecendo os benefícios das árvores.

Além disso, durante o período chuvoso, denota-se a importância do serviço de coleta das águas pluviais, não somente nos conjuntos, mas em parcela significativa da cidade, devido aos problemas das inundações que ocorrem de modo corriqueiro nesse período, trazendo geralmente prejuízos materiais e as vezes humanos. Sobre isso, foi questionado à população se na rua existe essa coleta ; 89% confirmaram não existir o serviço; 6% não opinaram.

No percurso da observação sistemática foi registrado, em algumas ruas do conjunto, casas com calçadas expressivamente altas em contraste com outras de altura mínima. Esse cenário possivelmente pode ser justificado devido a variação altimétrica na localização dos conjuntos e conseqüentemente o acúmulo de água no momento das chuvas, provocado pelo escoamento superficial das águas em contraponto da inexistência de galerias pluviais e mais ainda da impermeabilização do solo com asfalto, o que vai dificultar a infiltração da água superficial. De acordo com a imagem:

Figura 26:Diferentes altimetrias entre os conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Na Figura 26-B observa-se uma calçada à nível de solo, enquanto na Figura 26-A observa-se calçada de altura diferenciada (comparando as figuras). É possível também observar os resíduos deixados pela chuva na rua, isso ocorre quando a água vai perdendo velocidade e consequentemente a força no transporte de resíduos, havendo assim o depósito destes.

A limpeza das vias e equipamentos públicos também consiste num dos serviços que compõem o saneamento, a ele são atribuídas duas atividades: a varrição das vias públicas, e a capinação das vias e equipamentos públicos. Sobre a variável varrição das vias públicas, foi perguntado a população sobre a existência do serviço. Desse modo, 70% dos moradores confirmaram a realização do serviço e 30% negaram. Apesar do reconhecimento da realização do serviço de varrição, os moradores relataram que este ocorre anualmente, nos chamados Mutirões de Limpeza ou Dia D.

Segundo dados da pesquisa, 78% dos moradores concordam que ocorre a capinação das vias e nos equipamentos públicos, por exemplo nas praças existentes nos conjuntos; 20% discordaram da totalidade dos informantes e 2% se mostraram indecisos sobre a efetivação dos serviços de capina. Ademais, o serviço é realizado somente nos Mutirões de Limpeza promovido pela Secretaria de Limpeza Urbana.

Outras informações adicionais sobre a capina, revelam: I) ela é realizada nas vias de maior circulação de veículos; II) a capinação não é necessariamente acompanhada da varrição e retirada dos resíduos produzidos pela atividade; e III) demora na realização da capinação das vias e equipamentos públicos, mediante a presença de matos e vegetação rasteira em vias secundárias é corriqueira nos conjuntos habitacionais do programa PMCMV. Conforme abaixo:

Figura 27: Presença de matos e vegetação rasteira nas ruas dos conjuntos pesquisados.

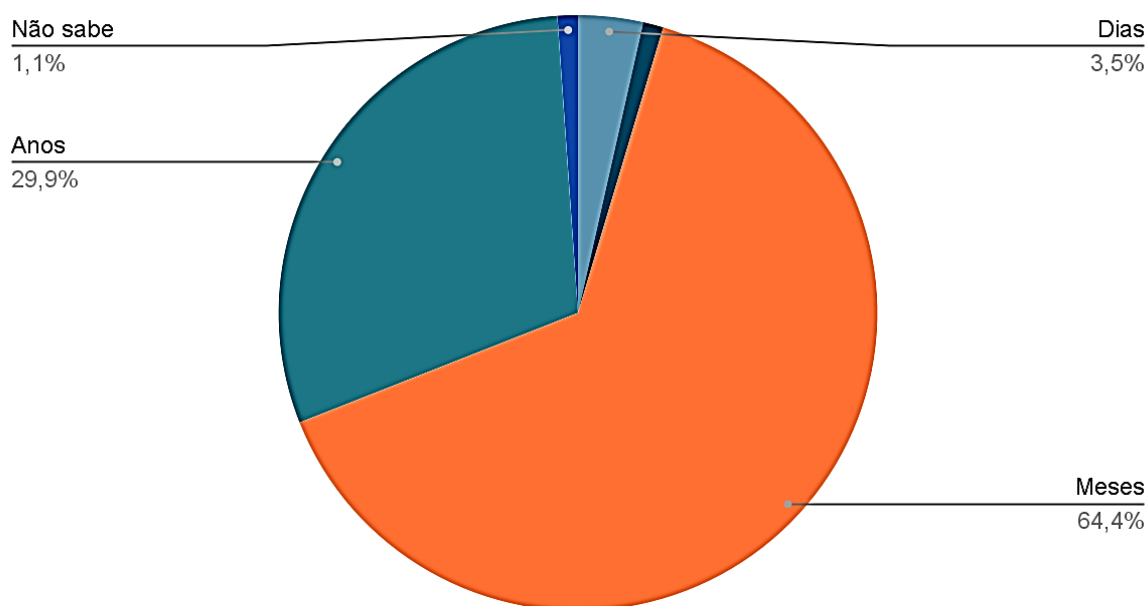


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Mediante a quase inexistência do serviço de limpeza das vias públicas e por vezes até mesmo no interior das casas - a exemplo do quintal -, é fundamental a visita dos Agentes Comunitários de Endemias nas residências. Sobre o tema, foi perguntado aos moradores se ocorre a visita dos agentes de endemias, a pesquisa aponta que 87% dos entrevistados afirmaram haver a visita periódica destes profissionais. Contudo, 9% dos moradores negaram a periodicidade do controle de endemias e 4% estavam indecisos sobre o assunto.

Agora, a periodicidade dessas visitas é um dado intrigante, segundo os dados da pesquisa, 64,4% dos moradores apontaram que a visita ocorre no período de meses - em torno de seis meses -, enquanto 29,9% disseram que o período de visita acontece anualmente; o ponto questionável é o quantitativo expressivo de pessoas que afirmaram ver o agente de endemias somente uma vez ao menos por ano, quando a frequência deveria ser maior dessas visitas. De acordo com a imagem abaixo:

Figura 28: Frequência da visita dos Agentes Comunitários de Endemias nas residências dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ressalta-se o importante papel dos Agentes Comunitários de Endemias no combate a proliferação de doenças como: a dengue, a zika, a chikungunya, e dentre outras doenças tropicais, especialmente no período chuvoso, em que os vetores de transmissão dessas doenças aproveitam-se da imprudência das pessoas em não cuidar de seus terrenos e do

acúmulo de sujeira, criando um ambiente propício para o aparecimento destes vetores. De acordo com a imagem a seguir:

Figura 29: Terreno ocioso, com entulhos e outros tipos de resíduos, localizado em um dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

7.5 SEGURANÇA: CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA

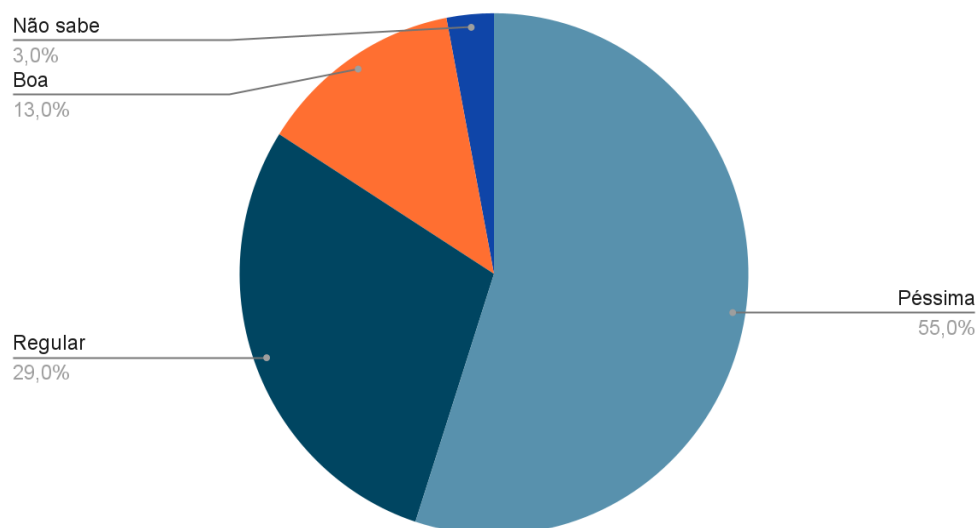
O indicador “Segurança” é composto por duas variáveis, a Unidade policial e, o Monitoramento das ruas. A finalidade deste indicador é sumariamente analisar a percepção de segurança na visão dos moradores referente à área dos conjuntos pesquisados.

Para tanto, com relação à variável Unidade policial, foi questionado aos moradores se há presença de trailer/distrito policial no conjunto. A pesquisa mostra que 88% dos moradores afirmaram não existir distrito ou mesmo trailer policial nos conjuntos habitacionais; 11% confirmaram a presença dos serviços de segurança pública e 1% não opinaram. Todavia, foi mencionado por parte dos entrevistados que as viaturas da polícia passam diariamente nas principais vias de circulação dos conjuntos.

Outra pergunta realizada à população, agora referente à variável Monitoramento das ruas, foi como o(a) senhor(a) avalia a segurança do conjunto. Constata-se que mesmo

existindo a presença das viaturas, os moradores avaliaram de péssima a regular a sensação de segurança, com o percentual de 55% e 29% respectivamente conforme a seguir:

Figura 30: Avaliação da segurança existente na área dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Alguns moradores também comentaram sobre a crescente sensação de insegurança, isso devido ao aumento do número de casos de latrocínio (incluindo roubo, furto, e arrombamento de casas), e homicídios na área dos conjuntos. Durante a observação sistemática, foi visualizado número significativo de casas muradas - também com serpentinas e cercas elétricas -, olho mágico e portão eletrônico, além de câmeras de segurança.

Vale frisar a importância da segurança pública no alcance da qualidade de vida em sociedade. Infelizmente o município de Timon, em sua totalidade, vem passando por dificuldades com relação a esse indicador e não somente os conjuntos habitacionais estudados.

As recentes pesquisas de Silva (2016) e Sousa, Filho (2019) ratificam essa informação. Segundo eles a violência é um problema latente, onde devido a presença da polícia não ser constante, e que combinado a falta de um posto policial, resulta em insegurança para os moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Timon.

7.6 SAÚDE: CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE SAÚDE NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA

O Indicador “Saúde” apresenta como finalidade analisar a disponibilidade e a qualidade dos equipamentos do serviço de saúde nos conjuntos habitacionais pesquisados. Ele

é composto por seis variáveis as quais são: hospitais, clínicas, maternidade, farmácias, unidade básica de saúde e agente comunitário de saúde.

Para efeito das análises perante a variável hospitais, questionou-se aos moradores se haviam hospitais no conjunto. E como resposta, 99% dos moradores afirmaram não existir o equipamento de saúde; 1% confirmou a presença de hospitais, mas certamente teriam que deslocar-se a bairros distantes para os atendimentos, haja vista que durante a observação sistemática não foram localizados hospitais nos conjuntos pesquisados.

Sobre as variáveis maternidade e clínicas/laboratórios, foi perguntado aos moradores se haviam tais empreendimentos no conjunto. Desse modo, 99% dos entrevistados apontaram não existir maternidade e clínicas/laboratórios na área dos conjuntos habitacionais; enquanto 1% confirmou a presença desses imóveis nos conjuntos, esse pequeno percentual referiu-se às farmácias, havendo confusão em relação ao serviço de saúde questionado.

Com relação a variável farmácias, foi realizado a seguinte pergunta: Há presença de farmácias no conjunto? E como resposta, obteve-se que 65% dos moradores afirmaram ter farmácias e 34% responderam não existir o equipamento. 1% não opinou.

As Unidade Básica de Saúde (UBS) é uma das variáveis explanadas por este indicador. Portanto, foi apurado junto aos moradores se há presença de UBS no conjunto. Um total de 79% afirmara que o conjunto possui UBS e na contramão da maioria, 20% afirmaram não existir o equipamento no conjunto, enquanto 1% se mostrou indeciso sobre a questão. Os moradores relataram ainda situações no que diz respeito a qualidade deste equipamento, como a constante falta de material para a realização de atividades diárias como: limpeza de ferimentos, tratamento odontológico, exames ginecológicos, e vacinação, por exemplo. Observe a imagem abaixo:

Figura 31: UBS localizada no bairro Jóia (A), UBS localizada no conjunto Novo Tempo (B).



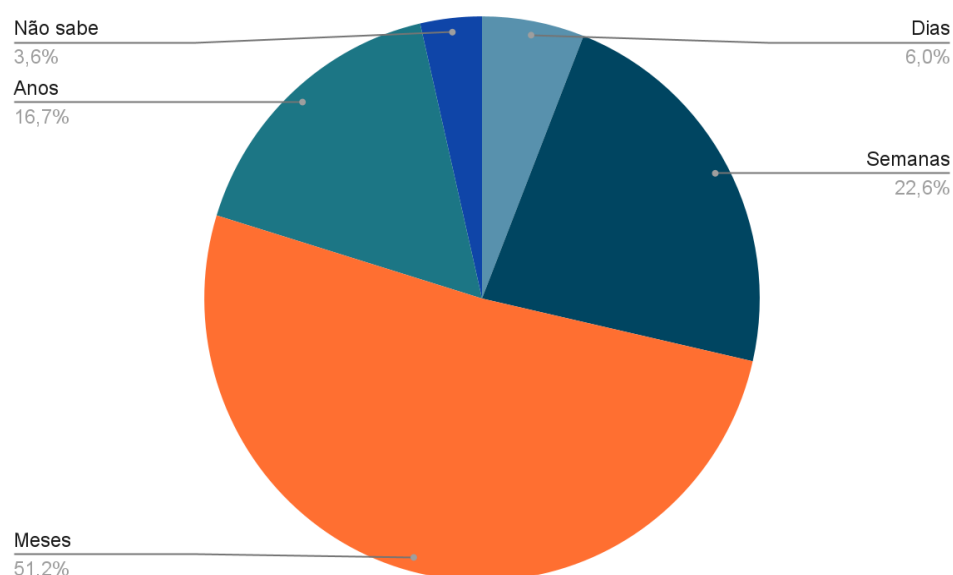
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Outro problema, este sendo apontado pelos profissionais de saúde que trabalham em UBS e participaram da pesquisa, é o alto número de bairros a ser coberto pelas unidades básicas de saúde em contrapeso do reduzido número de profissionais, principalmente os agentes comunitários de saúde e enfermeiros; o fato reflete diretamente na qualidade dos serviços oferecidos à população assistida.

Com relação a variável Agentes Comunitários de Saúde (ACS) foi realizada a pergunta: há equipes de agentes comunitários de saúde no conjunto? A maioria da população, precisamente 84% dos participantes, confirmou existir as ACS nos conjuntos estudados; 14% desmentiram a presença de equipes de ACS e 2% se mostraram indecisos.

Sobre a periodicidade da visita dos agentes comunitários de saúde à população dos conjuntos, a pesquisa mostrou-se ligeiramente conflitante, isso devido ao resultado ter apontado que as visitas domiciliares acontecem em períodos de semanas, meses e anos, conforme pode-se observar a seguir:

Figura 32: Periodicidade das visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde às residências dos conjuntos habitacionais pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Em conversa com uma das entrevistadas que é ACS, foi esclarecido que as visitas ocorrem de fato, ou semanalmente ou mensalmente. As visitas domiciliares realizadas semanalmente são para as residências que tenham idosos, pessoas com comorbidade e bebês de até 24 meses; e as visitas mensais são direcionadas às demais residências.

A opção anual revelada na pesquisa pode ser justificada através de algumas situações pontuais. A primeira seria o fato de as pessoas não estarem em casa em horário comercial, sendo este o horário das visitas dos Agente Comunitário de Saúde – ACS, neste caso os moradores desconhecem o serviço do seu agente.

A segunda situação incide na profissionalidade do ACS, pois alguns moradores relataram que o agente estaria sendo imprudente, pelo fato de não estar realizando o acompanhamento das famílias de sua área ou mesmo visitá-las. Ainda sobre essa última análise, deve-se ser observada a possível carência de equipamentos, de infraestrutura e até mesmo de equipes (capital humano), dos quais uma possível carência desses pontos compromete o trabalho desses agentes, levando-os a realização do seu máximo, para oferecer um serviço digno a sua área de cobertura, mesmo mediante as dificuldades supracitadas.

Observem uma informação intrigante neste indicador; conforme revelado pela pesquisa, as variáveis Hospitais, Maternidades, e Clínicas/laboratórios não existem nos conjuntos e tão pouco em áreas adjacentes destes; mesmo durante a observação sistemática não foi identificado os equipamentos, sendo que o questionário confirmou com 99% a ausência destes itens.

Esses equipamentos são sumariamente importantes para a prestação do serviço de saúde aos moradores dessas áreas; não obstante, estamos a falar de 3.770 residências, no caso de quantificarmos a população existente nestes conjuntos - um exemplo seria a probabilidade de em cada unidade habitacional residir três pessoas - teria somente neste quantitativo probabilístico, mais de onze mil pessoas.

Todas essas famílias tendo que deslocar-se para o núcleo central da cidade ou mesmo dirigir-se para Teresina (capital do estado do Piauí), em busca do serviço de saúde; portanto a informação supracitada merece atenção por parte dos gestores públicos na busca de uma solução adequada para todos.

7.7 EDUCAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA

O indicador “Educação” é composto pelas variáveis: escolas de ensino fundamental I, escolas de ensino fundamental II, escolas de ensino médio e creches; possui como finalidade verificar a disponibilidade - através da presença ou não - de unidades escolares nos conjuntos pesquisados.

Para a análise da variável, escola de ensino fundamental I, que corresponde às unidades escolares que possuem turmas do 1º ao 5º ano, foi questionado se existem escolas de ensino fundamental I no conjunto; tendo como resposta um percentual de 63% dos moradores afirmando não existir unidade escolar dessa modalidade de ensino.

As opções ‘sim’ e ‘não sabe informar’ tiveram como resultados 35% e 2%, respectivamente. Os moradores que afirmaram existir escolas, são os residentes do conjunto Novo Tempo, onde até o presente momento, somente neste conjunto existe escola de ensino fundamental menor. Já o percentual ‘não sabe’ assinalaram as pessoas que apesar de desconhecer o item no conjunto, mostraram-se indecisas.

O ensino fundamental II, compreende o ensino do 6º ao 9º ano, também é uma das variáveis analisadas por este indicador. Para isso, foi perguntado à população se havia nos conjuntos, escolas de ensino fundamental II. Todavia mais uma vez, a maior parcela da população, cerca de 67%, afirmou não haver escolas do ensino fundamental maior.

Já 31% dos entrevistados, apontaram existir escolas relacionadas a variável questionada e 2% não souberam informar. Sobre a resposta positiva (os 31%), correspondem aos moradores do conjunto Novo Tempo, pois no estimado conjunto existe escola do ensino fundamental II.

As escolas de ensino médio, que também fazem parte do grupo de variáveis do indicador “Educação”, não se fazem presentes nos conjuntos do programa; pois a pesquisa apontou que 71% dos moradores relataram não existir a disponibilidade do equipamento e consequentemente do serviço educacional no conjunto. Ainda sobre a variável, 24% dos moradores apontaram existir escola de ensino médio, a situação justifica-se pelo fato de existir no conjunto Novo Tempo essa modalidade de ensino. E ainda 4%, mostraram-se confusos, optando por assinalar a opção ‘não sabe’.

Acerca da variável Creche, foi questionado aos entrevistados se havia creches no conjunto. Desse modo, 68% dos moradores relataram existir creches nos conjuntos habitacionais estudados, na contramão da maioria, cerca de 30%, disseram não existir essa modalidade de ensino no conjunto.

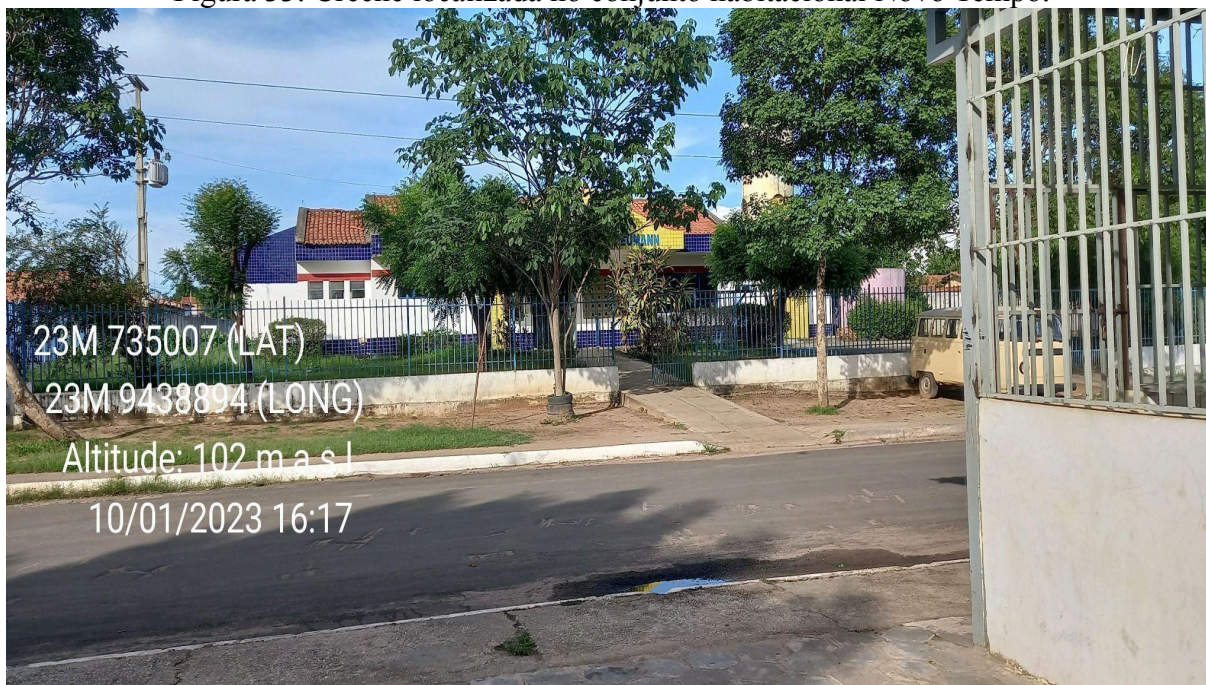
Os 2% que não souberam informar, foram assinalados por moradores que devido não ter crianças e/ou adolescentes na família, e por não visualizar o equipamento no seu campo de visão diário, mostraram-se indecisos ao afirmar a existência ou não da variável questionada. A mesma situação é explanada nas variáveis: escolas de ensino fundamental menor (2%), ensino fundamental maior (2%) e de ensino médio (4%).

Foi realizado outra pergunta relacionada ao presente indicador, a qual seria: As unidades escolares presentes no conjunto, comportam a totalidade de crianças e adolescentes residentes no mesmo? No que diz respeito a essa pergunta deve-se ter atenção ao analisá-la, pois refere-se às escolas presentes, ou seja, escolas existentes no conjunto.

Uma parcela considerável dos moradores assinalaram a opção “sem opinião”, ao todo foram 34%, portanto a justificativa advém de dois fatores: o primeiro trata-se do fato de algumas famílias não terem pessoas em idade escolar, portanto não saberiam responder; e o segundo refere-se a inexistência do equipamento, ou seja, simplesmente não existir escola no conjunto, dessa forma impossibilitando a avaliação da capacidade quantitativa da unidade escolar, e consequentemente a opção mais coerente a ser assinalada foi “sem opinião”.

A despeito da situação supracitada, a maioria dos moradores do conjunto (correspondendo a 41%), acreditam que as escolas existentes no conjunto, comportam a totalidade de crianças e/ou adolescentes que residem na área estudada. Os 25% que discordaram da capacidade atual de vagas nas unidades escolares, explicitou haver dificuldade de acesso a vaga para alunos, relatando a existência de lista de espera para possíveis novas vagas.

Figura 33: Creche localizada no conjunto habitacional Novo Tempo.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Durante o percurso da observação sistemática, constatou-se que todos os conjuntos habitacionais do PMCMV - com exceção da Júlia Almeida - possuem creches. Quanto às

escolas de ensino fundamental (I e II) e ensino médio estão presentes somente no conjunto Novo Tempo, portanto inexistente nos demais conjuntos pesquisados. Corroborando assim, a informação levantada no questionário.

7.8 LAZER: CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS DE LAZER NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA

O presente indicador possui nove variáveis, as quais são: parques, praças, trailer/lanchonete, campo de futebol, quadra poliesportiva, bares, restaurantes, equipamentos de academia pública, e brinquedos infantis; cuja finalidade consiste em avaliar a disponibilidade e a qualidade dos equipamentos de lazer existentes nos conjuntos do programa PMCMV.

O indicador apresenta um peso significativo na qualidade de vida nas cidades, inclusive é uma das funções garantida por lei presentes na Constituição Federal Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Atribuído como responsabilidade do poder público em garantir e incentivar o lazer como forma de promoção social e destacar que áreas de lazer dignas são direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros (BRASIL, 1988; 1990).

A primeira a ser analisada deste grupo é a variável parques, onde foi verificado junto à população se no conjunto havia a presença de parques. A maioria respondeu, correspondendo a 93% do total, que não existem parques nos conjuntos pesquisados. E 4% mostraram-se indecisos pois alguns associaram o parque à praça, mediante a dúvida preferiram não informar.

Entretanto, ainda sobre a variável Parques, 3% dos moradores afirmaram ter parques na área dos conjuntos. Para tanto, foi questionado como eles avaliam a estrutura do equipamento. Os moradores avaliaram como sendo as opções: péssima, boa e não sabe informar. Dentre as opções assinaladas, ocorreu a mesma porcentagem com 33,33%, refletindo diferentes visões de um mesmo equipamento. Durante a observação sistemática não foi identificado parques nos conjuntos estudados.

Sobre a presença de Brinquedos infantis em parques, o qual também é uma das variáveis do indicador Lazer; os moradores dos conjuntos apontam não existir a variável, num valor correspondente a 98%. Outros 1%, não souberam informar sobre o equipamento.

Sobre a pequena porcentagem (1%) que afirma ter os Brinquedos infantis, o avaliam como péssimo. De acordo com os moradores, o equipamento existe desde a inauguração e entrega dos conjuntos à população (há mais de dez anos) e que se deteriorou com o

transcorrer do tempo, tendo assim sua qualidade comprometida. Durante a observação sistemática, não se identificou em nenhum dos conjuntos estudados o presente equipamento.

Outro equipamento analisado por este indicador, também presente em praças é a variável Trailer e/ou lanchonete. E como resposta, a pesquisa mostra que 74% dos moradores afirmam não existir o equipamento, enquanto 25% disseram haver trailer/lanchonetes nas praças dos conjuntos pesquisados. Esse quantitativo positivo justifica-se devido ao conjunto Novo Tempo existir o equipamento na área central do conjunto, nestes são comercializados hortifruti, bebidas e variados tipos de comidas. E ainda 1% não soube informar sobre o equipamento questionado. De acordo com a imagem a seguir:

Figura 34: Presença de trailer no conjunto habitacional Novo Tempo.

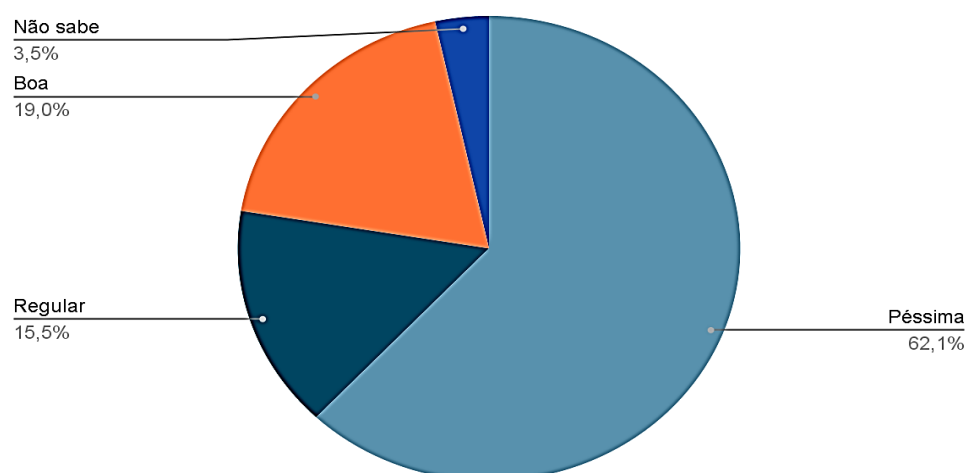


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Para analisar a variável Campo de futebol, foi questionado se havia o mesmo nos conjuntos; como resultado apontou-se que 58% afirmam não ter campo, ao mesmo tempo em que 40% afirmam ter o equipamento supracitado, e 2% preferiram assinalar a opção ‘não sabe’.

Ainda sobre a variável Campo de futebol foi questionado como você avalia o equipamento. Embora a maioria, em torno de 62,1%, avalia a estrutura do campo como péssima, também houve quem o avaliou como uma boa e regular estrutura, cerca de 19,0% e 15,5% respectivamente, conforme observa-se abaixo:

Figura 35: Avaliação dos campos de futebol existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Dentre os que alegaram a estrutura do campo como péssima, assim o fizeram mediante o uso de termos como: o equipamento não possui estrutura alguma, não tem arquibancada ou bancos (os que têm, foram feitos pela população no improvisado), não tem trave ou rede, não possui grama sintética e dentre outros motivos.

Entretanto, os moradores que justificaram o campo tendo uma estrutura boa ou regular, justificaram-no pelo fato de simplesmente existir uma área à disposição, não levando em consideração a qualidade do equipamento e sim a mera existência dele. E 3,45% da população que não souberam responder.

Durante o percurso da observação sistemática, foram localizados os campos de futebol. No geral, a estrutura do item se faz de modo improvisado, sem estrutura concreta, consiste somente num espaço com areia (que pode ter sido capinado para a atividade pelos moradores), com demarcação das traves para a área do gol, ora feita de madeira, ora de chinelos - dos participantes. Alguns desses espaços localizam-se nas áreas limítrofes dos conjuntos habitacionais e outros na praça como observa-se na figura a seguir.

Figura 36: Campo de futebol, localizado em praça, no conjunto habitacional Padre Delfino.

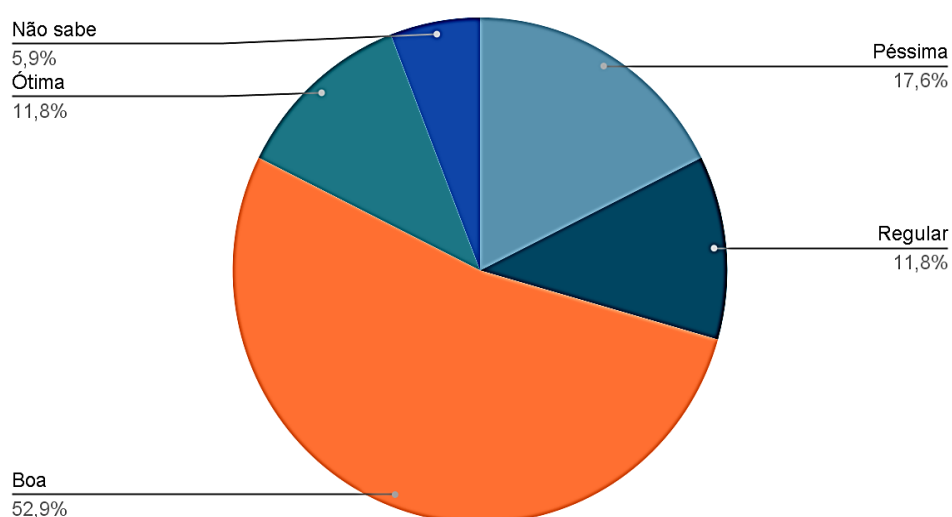


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Acerca da variável Quadra poliesportiva, foi perguntado se havia presença de quadra nos conjuntos. Houve quem afirmasse não existir o equipamento, neste caso 65% dos moradores, porém ocorreu que 34% afirmaram existir quadras nos conjuntos e 1% preferiu não responder através da opção ‘não sabe’.

Mediante o quantitativo positivo quanto a existência da quadra, foi perguntado sobre a qualidade do equipamento, doravante a maioria relatou que a quadra possui entre as opções: boa estrutura (52,94%) e ótima (11,8%), conforme verifica-se abaixo:

Figura 37: Avaliação das quadras poliesportivas existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Neste caso, deve-se levar em consideração a quadra do conjunto Novo Tempo que foi inaugurada há poucos meses conforme a figura 38B, e assim influenciou nas respostas, principalmente aqueles residentes no conjunto. Outras percepções apuradas na pesquisa foram mediante as justificativas onde as quadras eram classificadas como ‘boas’, o fato delas terem piso de concreto e paredes de acordo com imagem 38A ou pela falta de interesse do morador em utilizar a quadra (alguns não souberam informar a localização dela, dizendo somente saber da existência desta). Neste segmento enquadram-se as pessoas que não souberam opinar, cerca de 5,9% do total entrevistado. Observe as quadras abaixo:

Figura 38: Quadras poliesportivas presentes nos conjuntos habitacionais pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Houve ainda, percepções entre as opções ‘regulares’ (11,77%) e ‘péssima’ (17,64%) onde os moradores relataram que a quadra está sucateada, sem iluminação, necessitando de intervenção estrutural e/ou reforma. Foi mencionado também a necessidade de ampliação ou maior quantitativo das quadras nos conjuntos. Outro ponto abordado foi o domínio de facções criminosas na utilização do equipamento, impossibilitando o uso pela comunidade em determinados horários.

Acima, na figura 38A temos a quadra poliesportiva no conjunto Júlia Almeida e na figura 38B temos a quadra localizada no conjunto Novo Tempo. Na observação sistemática verificou-se a presença do equipamento em todos os conjuntos habitacionais pesquisados - exceto no Conjunto Padre Delfino - e a qualidade estrutural varia de acordo com o conjunto.

Foi questionado junto aos moradores, em relação a variável Bares, se no conjunto havia a presença de bares. Desse modo, a maioria da população afirmou com expressivo 98%, haver muitos bares nos conjuntos pesquisados. Os outros 2% dividiram-se entre as opções ‘não’ e ‘não sabe’. Para estas situações, os moradores alegaram não ter o equipamento na sua rua, ou seja, no seu campo de visão imediato.

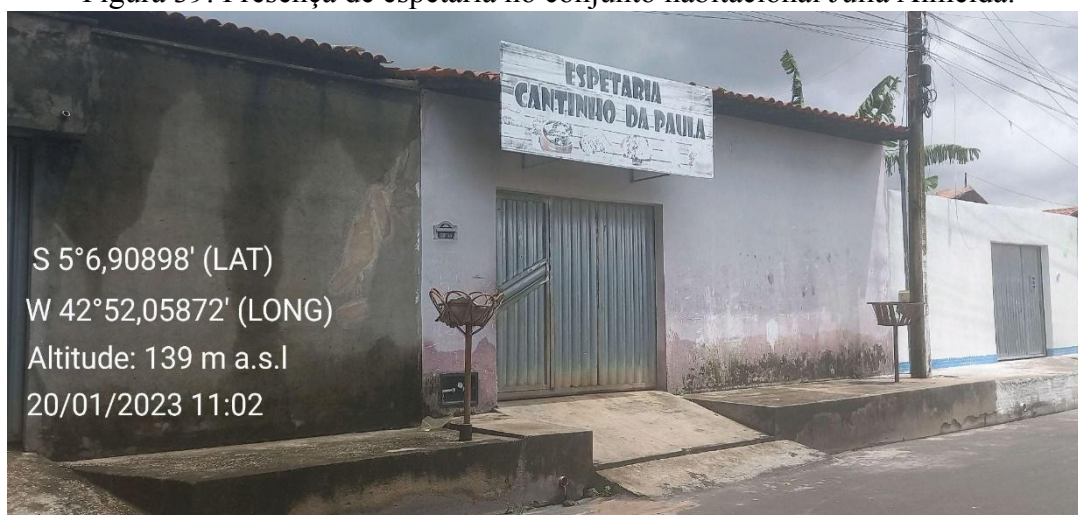
Na observação sistemática foi localizado inúmeros bares, no geral estes são de porte pequeno, localizados na frente da casa ou feito um cômodo adicional para a atividade. A isto deve-se ser considerado o pequeno quantitativo que não reconhece ou sabe da existência do equipamento, devido sua ‘camuflagem’ aparentar com uma residência típica do conjunto. Para Silva Júnior e Silva (2022), é comum nos conjuntos habitacionais distintas finalidades para os

imóveis, como o uso misto (abrigo e comércio), contribuindo para movimentar a microeconomia local.

Com relação a variável Restaurantes, questionou-se aos entrevistados se no conjunto havia a presença de restaurantes (independentemente do tamanho). Para 79% da população não existem restaurantes na área dos conjuntos; no entanto, 19% apontaram que os conjuntos possuem restaurantes, principalmente de pequeno porte, contando inclusive com o serviço de delivery; e 2% não souberam opinar.

Na observação sistemática foi localizado restaurantes, embora não seja um item comum a todos os conjuntos pesquisados. Embora, tenha sido identificado uma tipologia (de acordo com o produto comercializado) de restaurantes; por exemplo: sorveterias, açaiterias, hamburguerias, churrascarias/espetarias dentre outros. Observe a imagem em sequência:

Figura 39: Presença de espetaria no conjunto habitacional Júlia Almeida.

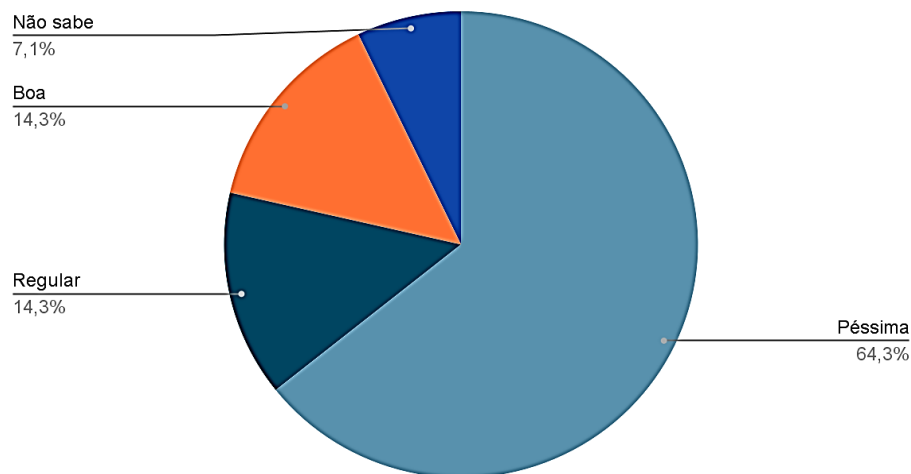


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A respeito da variável, Equipamento de Academia Pública, foi realizada a seguinte pergunta: No conjunto, há presença de equipamento de academia pública? Como resposta, 85% dos moradores relataram que não existe o equipamento; o alto percentual justifica-se pelo fato de somente no conjunto Novo Tempo possuir o equipamento, ao contrário do que ocorre nos outros três conjuntos. Enquanto isso, 14% afirmaram que os conjuntos possuem equipamentos de academia pública, e 1% não soube informar.

Em seguida, foi perguntado aos moradores (que responderam a opção Sim), como eles avaliavam a estrutura dos equipamentos de academia pública. E o resultado foi que 64,3% relataram que embora exista o equipamento, ele se encontra em péssimas condições de uso para a população conforme os dados abaixo:

Figura 40: Avaliação dos equipamentos de academia pública existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.

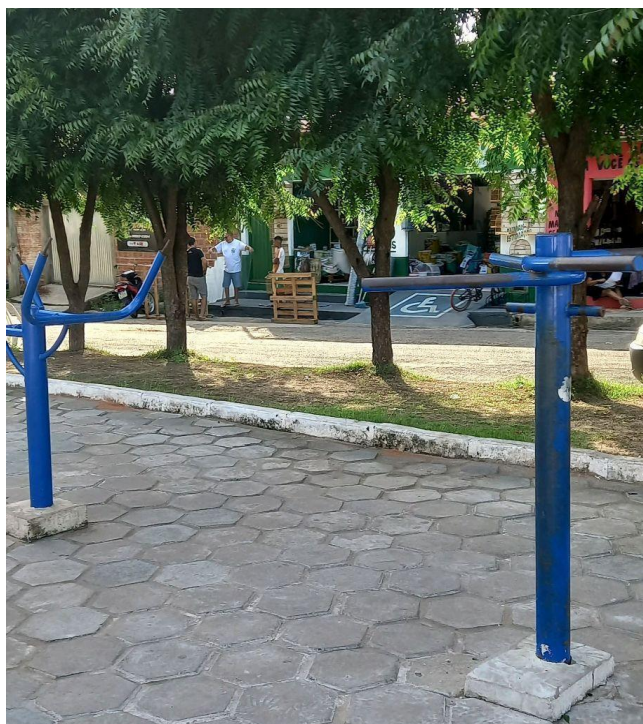


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Um quantitativo significativo afirmou não saber sobre o equipamento, cerca de 7,1% dos moradores, mostrando-se indecisos. Quanto às opções ‘boa’ e ‘regular’ foram escolhidas mediante justificativas como: deve estar novo, pois foi inaugurado junto com a quadra poliesportiva, vejo o pessoal usando o equipamento, e dentre outras.

No percurso da Observação Sistemática, verifica-se que em todos os conjuntos habitacionais - exceto no conjunto Novo Tempo - não possuem a variável analisada. E no caso da estrutura localizada no Novo Tempo, encontra-se bastante danificada, como bem relataram os moradores mediante a pesquisa em concordância com a imagem:

Figura 41: Equipamento de Academia Pública presente em conjunto habitacional Novo Tempo.



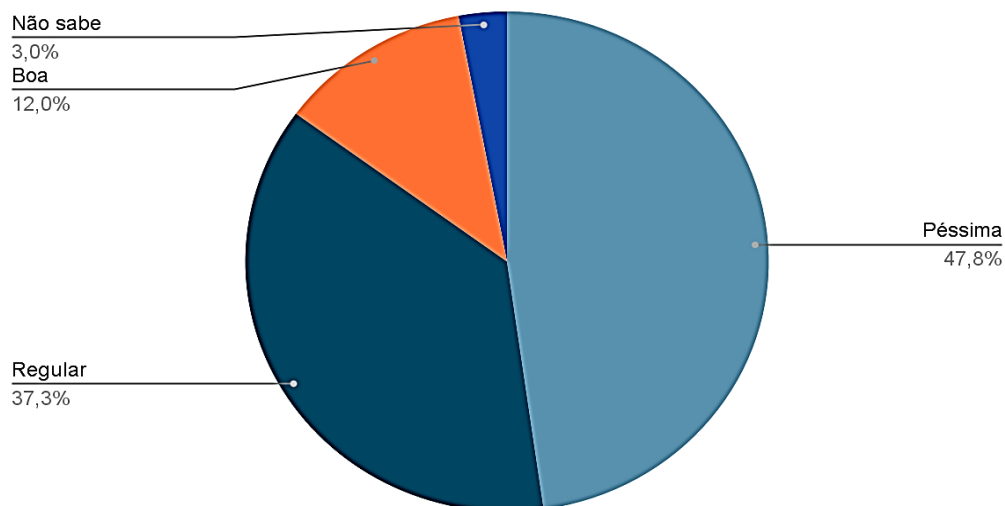
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A variável Praças, foi analisada mediante a aplicação junto aos moradores da seguinte pergunta: No conjunto, há presença de praças? A pesquisa apontou que 67% dos moradores afirmaram existir praças nos conjuntos habitacionais, enquanto 32% afirmaram não existir praças no conjunto e 1% mostrou-se indeciso e optou pela opção ‘não sabe’.

O quantitativo que respondeu não haver a variável praça, correspondem aos moradores dos conjuntos, Júlia Almeida e Novo Jóia. No primeiro caso, as pessoas justificaram que a existência da quadra de concreto e do campo de futebol de areia, comprometem a área que seria inicialmente da praça. Já no caso do Novo Jóia, não existe o equipamento, nem no conjunto nem nos bairros adjacentes.

A partir do expressivo quantitativo positivo, foi questionado sobre a avaliação da estrutura das praças existentes; constatando-se que embora exista o equipamento, a população avaliou como péssima ou regular, equivalente aos valores 47,76% e 37,31% respectivamente de acordo com o item abaixo:

Figura 42: Avaliação das praças existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Com relação ao percentual da opção ‘não sabe’ (3%) refere-se às pessoas que embora tenham afirmado existir a praça, porém não consomem do equipamento, ou seja, não o utilizam, portanto não sabem dizer qual o atual estado de conservação do item. Já as pessoas que sinalizaram que a praça se encontra em bom estado de conservação (12%), levaram em

consideração o fato de existir o equipamento e de poder utilizá-lo, mesmo com algumas limitações.

A observação sistemática confirma a presença de várias praças entre os conjuntos habitacionais pesquisados, à exceção neste caso é o conjunto Novo Jóia, que não possui o item analisado. Porém independentemente da existência da praça é imperativo mencionar a presença de capins silvestres, acúmulo de resíduos, ausência de iluminação e a estrutura danificada - bancos quebrados, por exemplo - presente neste importante equipamento de socialização e lazer das famílias (principalmente das crianças), nas praças existentes nos conjuntos pesquisados de acordo com os dados elencados:

Figura 43: Praças existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A Figura 43A trata-se de uma praça localizada no conjunto Padre Delfino, a qual está com sua estrutura física comprometida com muitos bancos quebrados. A Figura 43B refere-se à praça do conjunto Júlia Almeida, o item encontrava-se sem os serviços de capina. Elas não possuem iluminação, comprometendo assim a sua utilização à noite e consequentemente o predomínio de práticas ilícitas, como consumo de drogas e práticas de roubo.

Salienta-se a importância deste elemento urbano no estudo das cidades e na promoção da sociabilidade, segundo os estudos de Lima e Santos (2020) as praças tendem a serem locais de encontro, de lazer, de diversão e de sociabilidade. Outro ponto abordado pelos autores é o distanciamento da população a estes espaços.

Sendo que este distanciamento é em decorrência de fatores, como por exemplo: a violência urbana, que assola tanto o centro quanto a periferia, originando uma população temerosa e confinada em suas residências; a falta de estrutura ou má qualidade dos equipamentos já existentes e a inexistência de atividades que façam com que essa população se sinta atraída e passe a ocupar estes espaços (SANTOS; LIMA, 2020).

Com relação à variável Igreja, foi perguntado aos moradores dos conjuntos se havia a presença de igrejas. Obtendo como resultado uma massiva maioria, cerca de 96%, afirmando ter igrejas nos conjuntos pesquisados. Contudo, 3% afirmaram não saber se existe o equipamento e 1% afirmou não haver igrejas no conjunto.

Uma breve observação contemplada na pesquisa, e que reflete nas opções ‘não’ e ‘não sabe’, refere-se à associação de igreja à comunidade católica, por vezes o morador posteriormente lembrava-se das comunidades protestantes e até de outras religiosidades como terreiros de umbanda, revendo assim sua alternativa assinalada.

Contudo, inúmeras das igrejas existentes nos conjuntos são protestantes, somente no conjunto Padre Delfino localiza-se uma igreja católica, a qual é pertencente à paróquia São José. A informação advém do resultado da observação sistemática realizada nos quatros conjuntos pesquisados, conforme verifica-se a seguir:

Figura 44: Igreja católica localizada em um dos conjuntos habitacionais pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

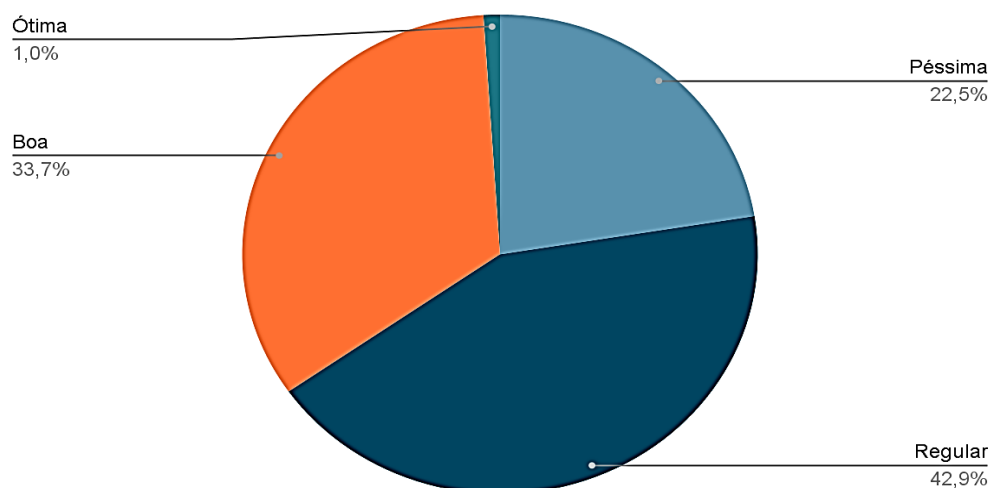
7.9 MOBILIDADE: CARACTERÍSTICAS DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE URBANA NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA

O indicador “Mobilidade” é composto por oito variáveis, são elas: calçamento, asfalto, meio-fio, calçadas, ruas de via-dupla, iluminação pública, linhas de ônibus/transporte coletivo, e ciclovias. Cujas finalidades deste indicador é evidenciar a disponibilidade e a qualidade dos equipamentos de mobilidade urbana presentes nos conjuntos habitacionais estudados.

A primeira variável a ser apresentada é a calçada, nesse caso o item consiste na área frontal, que separa a residência do meio-fio e consequentemente à rua. Ao verificá-la foi questionado aos moradores se no conjunto há calçadas. Cerca de 98% dos moradores afirmam ter; os outros 2% dividem-se entre aqueles que responderam não saber informar, e os que disseram não haver calçadas no conjunto, para esse a calçada associa-se ao calçamento, percebe-se assim um equívoco de significados.

Desse modo, foi solicitado que o morador avaliasse a estrutura das calçadas existentes; cerca de 42,9% assinalaram que a estrutura do item se encontrava regular, e 22,5% com péssima estrutura. Eles afirmaram que a estrutura das calçadas varia conforme o dono da casa, tendo assim casas com o item rachado, com peças soltas, com vegetação inclusa e outros mais. Conforme assinalado abaixo:

Figura 45: Avaliação das calçadas existentes nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ademais, as opções ‘boa’ e ‘ótima’, somaram o total de 34,7% de participação, para estes moradores as calçadas de suas ruas e residências estão alinhadas, sem vegetação ou resíduo, ou seja, bem conservadas. Durante a observação sistemática, apurou-se que não somente existem calçadas nos conjuntos, como sua qualidade irá variar dependendo do dono da residência onde está localizada de acordo com os dados a seguir:

Figura 46: Calçada em rua do conjunto habitacional Novo Tempo.

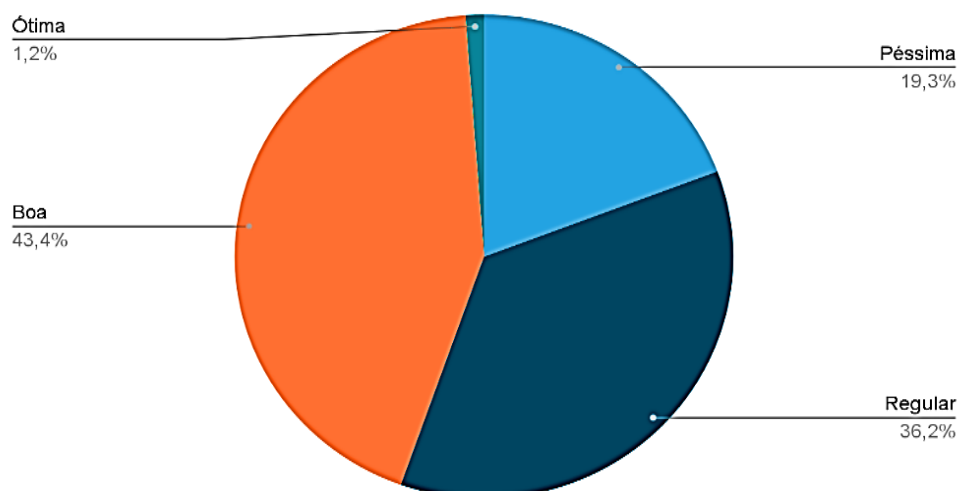


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Ao analisar a variável meio-fio, foi perguntado no formulário, se havia presença de ruas de meio-fio. Desse modo, 83% dos moradores afirmaram ter meio-fio nas ruas do conjunto habitacional. Em contrapartida, 16% afirmaram não ter o item nas ruas e ainda 1% se mostrou confuso em responder, optando pela opção “não sabe”. Os moradores que apontaram não ter meio-fio nas ruas, justificaram sua escolha mediante esses residirem nas áreas limítrofes dos conjuntos, na qual realmente não há meio-fio nestas ruas especificamente.

Sobre a qualidade do equipamento, foi novamente questionado como a população avalia o item. Todavia 43,4% avaliaram o meio-fio existente como boa estrutura, outros 36,2% avaliaram como estrutura regular, outros 19,3% avaliaram como péssimo e para finalizar 1,2% avaliaram como ótima conforme a seguir:

Figura 47: Avaliação de meio-fio existente nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Sobre as avaliações péssimas e regulares, os moradores relataram que os meios-fios estão, em alguns trechos, desalinhados e/ou quebrados, dificultando o percurso do efluente doméstico nas vias públicas. Com relação às avaliações boa e ótima, foram justificadas mediante ao estado de conservação da rua onde o entrevistador mora e das principais vias de acesso, desconsiderando as vias secundárias.

Na observação sistemática, notou-se que embora haja ruas com meio-fio de boa estrutura e que, no geral, entre os quatros conjuntos habitacionais apresenta-se uma estrutura regular. Ocorre também ruas com meio-fio de estrutura danificada conforme observa-se na figura a seguir:

Figura 48: Meio-fio em via secundária do conjunto habitacional Padre Delfino.



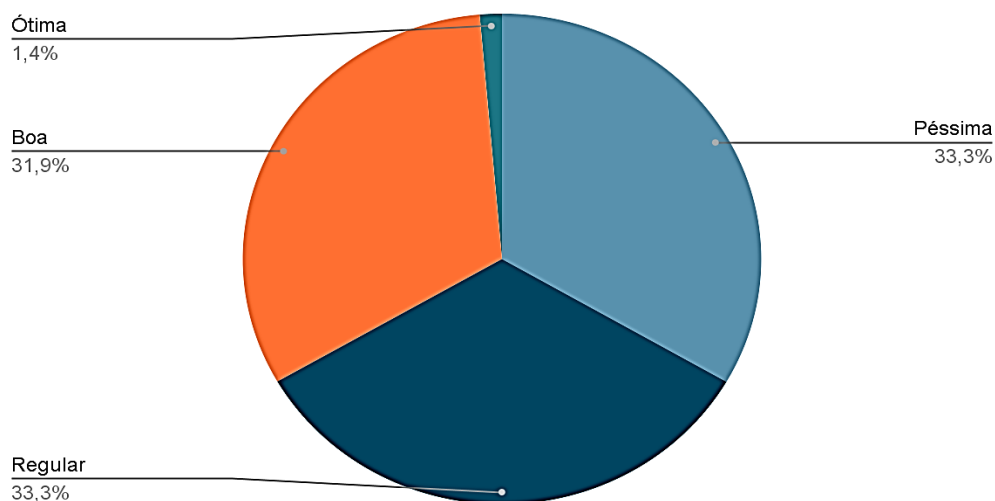
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A variável “calçamento” consiste no revestimento de ruas através de pedras ou paralelepípedos. Sobre a variável, foi perguntado primeiramente, se no conjunto havia ruas de calçamento. Como resultado, 72% das pessoas relataram que os conjuntos possuem ruas com calçamento, 27% afirmaram não ter calçamento e 1% não soube responder, assinalando a opção ‘não sabe’.

Esse resultado, remete-nos à seguinte situação: inúmeras ruas (principalmente as secundárias) dos conjuntos possuem calçamento, à exceção desta premissa é o conjunto Novo Tempo, o qual foi entregue à população com todas as vias de circulação asfaltadas.

A segunda pergunta, foi como você avalia a estrutura do equipamento? Para isso, 33,3% dos entrevistados disseram que a estrutura dessas ruas estão, tanto regulares, como péssimas. No entanto, temos o percentual de 31,9% das ruas avaliadas como uma boa estrutura e 1,4% dos moradores avaliaram como estrutura ótima em consonância com a verificação feita:

Figura 49: Avaliação das calçadas existentes nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Os moradores que apontaram a estrutura das ruas sendo ‘boa’ e ‘ótima’ segue a mesma premissa da variável Meio-fio, onde foi considerada durante a avaliação somente a rua na qual percorre-se diariamente, desconsiderando as outras vias existentes.

Segundo relatos da população e anotações da observação sistemática, existem ruas com calçamento em bom estado de conservação, entretanto existem outras que acumulam problemas estruturais tais como: pedras soltas, buracos com profundidade variável e dentre outras. Inclusive foi apontado em alguns relatos a dificuldade de locomoção de pessoas com necessidades especiais, por exemplo os cadeirantes em congruência com a imagem a seguir:

Figura 50: Calçamento em via secundária do conjunto habitacional Novo Jóia.



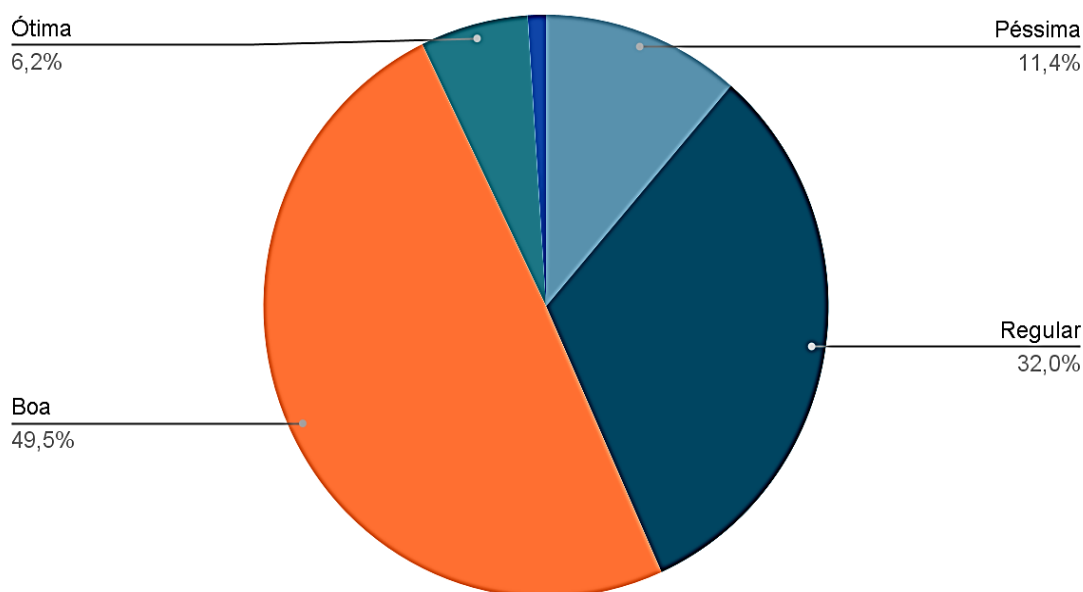
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Com relação a variável Asfalto, foi questionado junto à população se havia presença de ruas com asfalto. Como resposta, 97% dos moradores afirmaram ter ruas com a variável citada, 2% afirmaram não ter asfalto no conjunto e 1% não soube responder, mostrando-se indeciso.

As respostas desta variável refletem a situação similar a variável calçamento. Como resposta positiva, os moradores se basearam no estado das principais vias de circulação dos conjuntos, negligenciando as vias secundárias, tratando-se assim de um olhar pontual e não global. Quanto às respostas negativas à presença do item, segue o mesmo raciocínio: o olhar do morador de modo pontual, específico para a rua onde mora.

Outra pergunta referente a variável “asfalto” foi sobre você avalia a estrutura do asfalto existente nas ruas dos conjuntos habitacionais. Desse modo, 49,48% das pessoas avaliaram a estrutura do item como ‘boa’, outros 6,2% avaliaram como ‘ótimas’. Para essa situação foi considerado o estado de conservação das principais vias de circulação, as quais estão asfaltadas, em todos os conjuntos estudados. De acordo como o item a seguir:

Figura 51: Avaliação do asfalto existente nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Nas avaliações ‘regulares’ e ‘péssimas’ (equivalente aos percentuais 32% e 11,4% respectivamente), os moradores levaram em consideração para além de sua rua, mas a totalidade do bairro, lembrando-se de trechos comprometidos estruturalmente, até mesmo assinalando o local exato da situação.

Uma informação levantada pelos moradores é o papel da empresa Águas de Timon, para a redução da qualidade das ruas asfaltadas. Atualmente, a empresa tem realizado várias operações de manutenção do sistema de abastecimento de água e a implantação do sistema de esgotamento sanitário, com isso o surgimento de valas profundas devido aos reparos nas vias.

Outra informação refletida durante a pesquisa, trata-se da qualidade do asfalto implantado nos conjuntos, o pensamento veio à discussão devido ao asfalto geralmente não resistir ao período chuvoso, sendo necessário a manutenção das vias, após o período supracitado e que geralmente não ocorre o serviço de manutenção destas.

De acordo com o visualizado na observação sistemática, as ruas com asfalto variam com relação a sua estrutura. No geral, as ruas são regulares; entretanto, um fator que comprometeu a estrutura asfáltica de várias ruas, inclusive muitas ruas de calçamento também, têm sido as obras de saneamento realizadas pela empresa Águas de Timon, conforme já mencionado anteriormente. A respeito da estrutura asfáltica salienta-se na imagem a seguir:

Figura 52: Rua principal (com asfalto) no conjunto habitacional Novo Tempo.

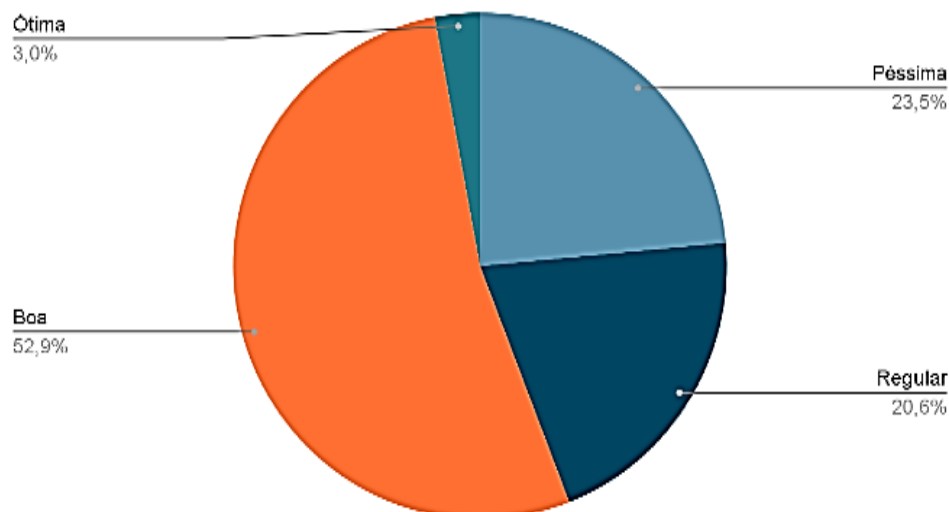


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Sobre a variável “lombadas”, foi realizada a seguinte pergunta: No conjunto, há presença de ruas com lombadas? A maioria da população afirmou com 65% que não existem nas ruas do conjunto, 34% afirmaram existir lombadas e, 1% não souberam informar. Os relatos apurados na pesquisa, com relação a resposta da ausência do item, demonstram a falta que o equipamento faz mediante aos acidentes corriqueiros ocorridos nos conjuntos pesquisados.

Foi observado durante o percurso da verificação sistemática, que foram localizadas lombadas de modo pontual nas ruas. Além disso, também foi questionado sobre a qualidade do equipamento. Para as pessoas que afirmaram ter lombadas nas ruas, 52,9% delas concordam que o item analisado, possui boa estrutura, outros 3% apontaram um ótimo estado de conservação, em consonância com o dado a seguir:

Figura 53: Avaliação das lombadas existentes nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O resultado de ambos os percentuais acima, justificam-se mediante à eficácia do item; geralmente as lombadas têm altura e largura considerável, cujo principal efeito obtido é a redução da velocidade dos automóveis na via a qual se encontra. Os moradores relataram durante a pesquisa que foram eles a construir as lombadas existentes nos conjuntos.

Com relação os itens da avaliação: péssimo e regular, justificam-se pois os moradores enfatizam a falta de sinalização existente nas lombadas, bem como sua altura e largura questionáveis (muitos moradores constroem as lombadas sem instrução do departamento de trânsito municipal), surgindo assim, diferentes tamanhos de lombadas. Segundo os moradores a falta de sinalização e instrução na construção, compromete a eficácia do item, levando até mesmo a um aumento do número de acidentes nestes locais.

A variável Sinalização das vias, foi analisada através da pergunta: No conjunto, há presença de sinalização nas vias? A pesquisa apontou que 96% da população diz não haver qualquer tipo de sinalização nos conjuntos habitacionais, 3% afirmaram haver sinalização nas ruas, e ainda 1% da população mostrou-se indecisa.

Os 96% que se mostraram contrários, afirmando não haver sinalização nas vias, pontuaram o que ocasiona a ausência desta sinalização; uma das consequências apontadas são os constantes acidentes ocorridos em frente das escolas, postos de saúde, nas vias de acesso aos conjuntos, nos principais comércio da área e nas proximidades das praças. Ou seja, eles alegam a necessidade de sinalização tanto vertical como horizontal nestas áreas supracitadas.

Do percentual que afirmaram existir sinalização nas vias dos conjuntos, foram questionados sobre a qualidade dessa estrutura, na qual 66,7% apontaram que a estrutura seja regular e 33,3% afirmaram que a estrutura seja boa. Durante a observação sistemática não foi identificado sinalização (semáforos e placas por exemplo), essa ausência tem contribuído para o crescente número de acidentes, geralmente associado a ação de motoristas imprudentes; contudo existe uma precária sinalização horizontal restrita a algumas ruas (inclusive foi essa a sinalização apontada como existente pelos moradores que assinalaram positivamente) nos conjuntos pesquisados.

Para analisar a variável Ruas de via-dupla foi perguntado aos moradores se no conjunto havia ruas de via-dupla, ou todas eram de via única. Neste caso em específico, os moradores mostraram-se confusos, pois além dos constantes pedidos de explicações durante o diálogo, ocorreu que as opiniões ficaram divididas, sendo que 50% dos moradores apontaram que as ruas são de via única e 49% disseram que as ruas são de via-dupla e, 1% não soube informar.

Durante a observação sistemática observou-se que a maioria das ruas dos conjuntos pesquisados são estreitas, muitas delas comprometidas devido à presença de entulhos, matos silvestres e restos de resíduos. Elas são percorridas no sentido duplo, ou seja, são via-duplas, pelo menos na prática; as vias principais possuem sinalização horizontal indicando o sentido da via, inclusive sendo a única sinalização existente, como já foi mencionado anteriormente.

Com relação às áreas de Ciclovias, que inclusive são espaços destinados à circulação exclusiva de ciclistas, geralmente demarcados por coloração chamativa - vermelho ou laranja - foi questionado se no conjunto havia presença nas ruas com áreas de ciclovia.

Segundo os moradores, 96% destes afirmaram não ter a variável analisada, 2% afirmaram ter ciclovias e os outros 2% mostraram-se confusos. Conforme apontou a maioria da população, durante o percurso da observação sistemática não foi identificado áreas de ciclovia em nenhum dos quatro conjuntos estudados. Já a população que alega ter o item estudado, diz que as áreas se localizam na entrada do conjunto habitacional Novo Tempo.

Para o pequeno percentual que afirmou as áreas de ciclovia, cerca de 2% do total, foi questionado como você avalia a estrutura do equipamento. Portanto, 50% relataram que considera péssima a estrutura existente, e os outros 50% não souberam informar. Em suma, podemos considerar o fato dos próprios moradores, em geral, não conhecerem os equipamentos urbanos nos conjuntos.

Acerca da variável Iluminação pública, foi perguntado aos moradores se havia iluminação nas ruas do conjunto habitacional. Como resposta, 98% confirmaram haver

iluminação nas ruas, 1% dissera existir iluminação nas vias e ainda 1% não soube informar. Interessante mencionar que a prestação do serviço é terceirizada, sendo a empresa Equatorial Energia, a responsável pelo serviço, bem como sua manutenção.

Sobre a qualidade do equipamento foi solicitado que a população avaliasse o item; ocorrendo que 33,67% apontaram que a iluminação das ruas se encontra em bom estado de conservação, como também em péssimo estado, e ainda 32,7% apontaram que a estrutura seja regular.

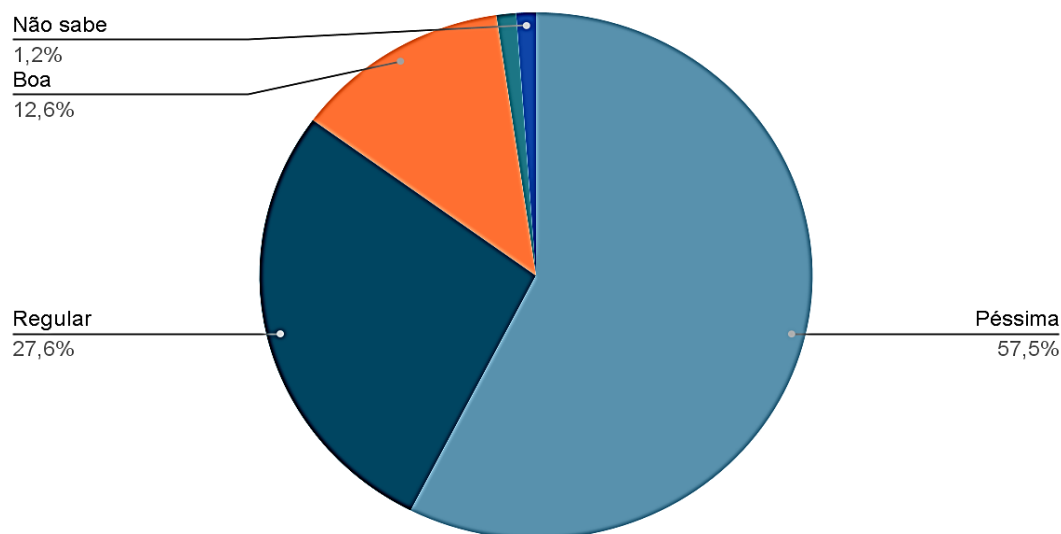
Segundo dados da observação sistemática a variável irá literalmente variar de rua para rua, de conjunto para conjunto. Contudo, verificou-se a existência de postes com estruturas danificadas, e lâmpadas quebradas e/ou queimadas; outro item encontrado frequentemente, tanto nos postes e como nas casas, são os refletores; inclusive a informação descrita foi mencionada pelos moradores que assinalaram a qualidade como sendo péssima.

Já os moradores que alegam a qualidade da iluminação sendo regular a boa, assumem a premissa já mencionada anteriormente - do local para o global - ou seja, desconsidera a situação do conjunto como totalidade, dando ênfase a rua na qual reside, que apresenta qualidade em relação ao serviço questionado.

Para a variável Transporte coletivo/linhas de ônibus, foi perguntado se havia linha de ônibus e/ou transporte coletivo do conjunto para as outras áreas da cidade. Segundo 87% dos moradores entrevistados, existe presença dos transportes coletivos no conjunto, outros 12% apontaram não existir o item e, ainda 1% mostrou-se indeciso sobre a situação. Para as pessoas que assinalaram não existir os transportes coletivos, tem-se duas situações: a primeira foi uma forma de protesto, devido à baixa qualidade do equipamento disponível à população; e a segunda situação, trata-se da não necessidade do serviço pela adesão ao transporte próprio.

É interessante pontuar que o problema atual no transporte coletivo, tem impactado no número de automóveis e motocicletas presentes no trânsito da cidade, ocasionando novos problemas de mobilidade urbana, não somente no interior da cidade como também os constantes engarrafamentos ocorridos nas pontes de acesso à cidade de Teresina. E sobre a qualidade desta variável, também foi questionado aos moradores, como você avalia a estrutura do equipamento. Um total de 57,48% relatou como péssima a atual estrutura do transporte coletivo, outros avaliaram como regular (27,6%), outros avaliaram ainda como boa (12,6%) e ótimo (1,2%), enquanto outros 1,2% mostraram-se indecisos, em correspondência com dados elencados:

Figura 54: Avaliação do transporte coletivo existente nas ruas dos conjuntos habitacionais pesquisados, segundo os moradores.

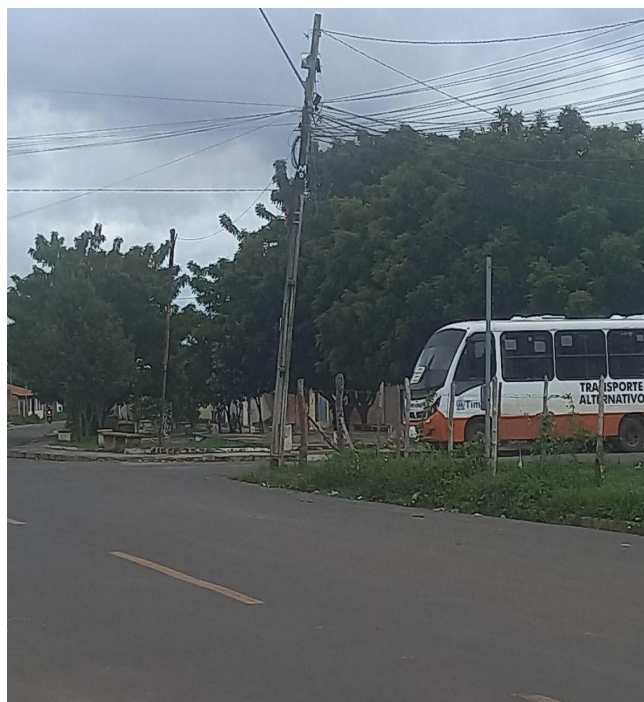


Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Ressalta-se que para as pessoas que avaliaram o serviço de transporte como regular, boa e ótimo, levaram em consideração a simples existência do equipamento. É a tradução do: ‘bom ou mal, o importante é que existe o equipamento’. Pois muitos moradores dependem exclusivamente do serviço, não tendo como se deslocar de outro modo, e assim submetendo-se a horas de espera em paradas de ônibus e/ou no aguardo do conserto do mesmo em vias públicas.

Segundo relatos do questionário e da observação sistemática, decorre a necessidade de explicar informações adicionais sobre a variável: I) a cidade no momento possui uma única empresa de transporte intermunicipal/estadual - a empresa Ramon Alves, a Timon City - e também existe uma empresa/associação de micro-ônibus cuja rota é intermunicipal - rota somente entre os bairros da cidade; II) existe um ‘suporte’ de iniciativa de autônomos, os chamados ‘ligeirinhos’ que no caso também são transportes coletivos só que em veículos pequenos; III) as linhas de ônibus e micro-ônibus, apesar de haver parada final para todas as linhas e rotas de transportes coletivos urbanos, na prática elas são indefinidas, gerando confusão e insatisfação dos consumidores do serviço; IV) o horário de funcionamento dos equipamentos inicia-se às 06:00 A.M. e encerram às 19:30 P.M. de segunda à sexta, no sábado o horário é das 06:00 às 14:30h, e no domingo não é disponibilizado o serviço; e V) muitos ônibus e micro-ônibus estão sucateados. Assim como o verificado a seguir:

Figura 55: Micro-ônibus passando em um dos conjuntos pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Com relação à variável Ponto de ônibus, foi perguntado aos moradores se havia paradas e/ou pontos de ônibus no formato de casas. Segundo a pesquisa, 89% afirmaram não ter o equipamento nos conjuntos, 10% da população afirmaram ter paradas de ônibus, e outros 1% não souberam responder. Contudo, aos que assinalaram sim (cerca de 10%), foi perguntado como você avalia a estrutura do equipamento; desse modo, 70% avaliaram como péssimo a estrutura existente nos conjuntos, também foram avaliados como regular, cerca de 10%, e outros 20% avaliaram como boa estrutura.

Ainda sobre esse quantitativo positivo acerca da existência das paradas de ônibus, percebeu-se uma confusão, inclusive refletida no resultado da qualidade do equipamento avaliado. Muitos moradores não associaram a parada de ônibus aos pontos oficiais de embarque e desembarque de passageiros definidos pela prefeitura, mas sim a existência dos locais onde geralmente o ônibus estaciona para tal prática, estes podem ser em qualquer lugar, porém geralmente são nas esquinas ou mesmo em frente aos pontos comerciais.

O quantitativo, tanto negativo, quanto de ausência do equipamento é justificável, pois durante a observação sistemática, verificou-se que as pessoas ficavam aguardando coletivo em esquinas, nas praças, em pontos comerciais, ou seja, por não haver parada fixa, os moradores ficavam sujeitos ao Sol, à chuva, e aos perigos de serem assaltados.

7.10. QUALIDADE DE VIDA E A OFERTA DOS ELEMENTOS URBANOS: APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA NOS CONJUNTOS DO PMCMV EM TIMON/MA

Nos últimos tópicos observou-se a explanação dos indicadores que compõem esta pesquisa em um panorama detalhado de informações, sendo estas coletadas através dos instrumentos de pesquisa: questionário e observação sistemática. A finalidade deste último tópico é abordar a terceira reflexão proposta no capítulo 7.10 (Reproduzindo espaços em Timon/MA) se a qualidade de vida e a oferta dos elementos urbanos para a população timonense (a exemplo dos conjuntos habitacionais estudados), cresceu no mesmo ritmo da sua população espacial.

O indicador Habitação e suas variáveis evidenciaram-nos que, num sentido amplo, as residências dos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV estão conservadas, mesmo depois de uma década; mesmo que sejam os moradores os responsáveis pela manutenção e estética das casas via contrato assinado.

Houve preocupação por parte da equipe executora do programa PMCMV, com o design interior em prover espaço e arejamento aos cômodos da casa, e em relação a área externa, a possibilidade de construção de novos cômodos, inclusive garagem.

Um ponto emblemático foi a implantação da espécie vegetal Pé-de-Nim, para ocasionar um conforto térmico nas ruas dos conjuntos. Como a pesquisa evidenciou, muitas casas já não possuem árvores e as que possuem são de outras espécies, inclusive frutíferas. Portanto a plantação do Pé-de-Nim não foi assertiva, transformando-se em problema com o tempo perante os moradores que tiveram casas rachadas ou mesmo calçadas quebradas.

Outro ponto negativo com relação à estrutura das casas, foi a entrega destas sem muros, a necessidade se fez tão insurgente que atualmente, segundo dados da pesquisa, a maioria delas encontram-se muradas.

Também merece ser enunciado como ponto negativo do programa PMCMV, é a ausência de fiscalização das casas entregues à população, pois durante a pesquisa foram localizadas casas sem habitantes, ou seja, casas vazias deteriorando-se com o tempo e a falta de zelo. Enquanto isso, famílias aguardam serem contempladas mediante sorteio, para adquirirem uma unidade habitacional. Por isso, uma crítica aqui registrada é a necessidade de um projeto e/ou ação para fiscalizar a realidade referente ao uso das casas do programa, a fim de promover justiça e igualdade de oportunidades para todos.

Embora os pontos negativos enfatizados aqui, considerando um contexto geral, o programa PMCMV foi assertivo em muitos aspectos, principalmente em relação ao material das casas e na organização do espaço interno e externo das residências.

Um aspecto importante mostrado no indicador Habitação é o fato do programa (dentre outros fatores) atrair tantas famílias de outros espaços para morar em Timon, quase metade das famílias residentes nos conjuntos pesquisados são oriundas ou da zona rural do município, ou de outras cidades, inclusive de outros estados da federação. Ratificando assim, o crescimento populacional através da migração e da implantação do programa no município.

O indicador Saneamento e suas variáveis, expuseram problemas que afetam diretamente a saúde. O primeiro deles é em relação ao sistema de drenagem das águas pluviais. Sugere-se que a gestão municipal realize um plano de ação para resolver essa questão, que se intensifica no período chuvoso; onde a força da água, oriunda do escoamento superficial, somada as variações altimétricas das áreas dos conjuntos habitacionais, (inclusive uma das ações emergenciais feitas pelos próprios moradores, foi a construção de calçadas com mais de um metro de altura, para que a água não invada suas residências), tem poder de destruição significativo.

No entanto, somente essa iniciativa da população é insuficiente e não resolve o problema, pois envolve também o isolamento espacial e limitação do deslocamento do indivíduo, ocorrido no momento da chuva.

E o segundo problema é o sistema de esgoto, que combinado com a ausência do sistema de drenagem, promove a propagação de várias doenças, entre elas a leptospirose, devido a junção da água do esgoto com a água das chuvas e conseqüentemente seu deslocamento para outros locais.

O programa Minha Casa Minha Vida foi estruturado com um sistema de encanação no qual todo o esgoto produzido na residência iria para a fossa séptica, no entanto essa ação mostrou-se inoperante, pois a população acabou desconfigurando a encanação e deslocando parcialmente o esgoto produzido para a rua. A explicação para o feito, foi que a capacidade da fossa séptica era incompatível com as atividades da família, havendo a necessidade de esvaziá-la em curto espaço de tempo e o problema terminou impactando o orçamento das famílias.

Dito isso, é preciso rever esse sistema adotado, estruturando outra solução para resolver o problema, uma vez que uma possível opção seria a implantação de uma estação de tratamento de esgoto e efluentes, resolvendo assim os dois primeiros problemas enumerados.

Os demais serviços questionados como serviço de poda de árvores, varrição e capinação das vias públicas e a visita dos agentes de endemias, precisam ser ajustados de modo que sua frequência de exceção seja maior.

Já os serviços de coleta de resíduos sólidos e abastecimento de água foram os pontos positivos deste indicador, pois sua cobertura e abrangência mostraram-se satisfatórias. Sobre o abastecimento de água, a qualidade do serviço tem sido desenvolvida desde a implantação da empresa Águas de Timon, que tem trabalhado para resolver essa questão.

A única ressalva a ser considerada é com relação aos resíduos sólidos. Acredita-se que seja necessária uma intervenção mais impactante perante os moradores, isso devido a muitos insistirem em práticas como a queima de resíduos (seja no quintal ou em vias públicas), outra prática comum é não acondicionar adequadamente o lixo produzido e não colocar o lixo produzido nos dias de coleta. Portanto, ações de educação ambiental ou mesmo denúncia anônima, com direito a pagamento de multa, podem ser aplicadas como intervenção.

O indicador Segurança e suas variáveis nos trazem situações que possuem um coeficiente comum: a população está em estado de alerta, devido a insegurança ser real. Infelizmente este problema perpassa a área territorial dos conjuntos habitacionais estudados, trata-se de um problema da cidade de Timon, atingindo todos os bairros.

Contudo, em relação aos conjuntos, a maioria da população avaliou o serviço de segurança pública como péssimo. Essa avaliação se traduz no número de casas identificadas nos conjuntos com cercas e portões elétricos, câmeras de segurança, serpentinas, luzes refletoras e mais ainda contratação de segurança noturna.

Possivelmente, devido ao isolamento espacial destes conjuntos, a via de acesso a estes tornou-se o principal ponto de assaltos e latrocínios. Entretanto, também ocorrem ações como as descritas, no interior dos conjuntos. Essas ações afetam diretamente o direito do cidadão em ir e vir, fazendo-os refém em sua própria residência. Terrenos vazios e/ou ociosos, localizados em áreas adjacentes dos conjuntos, são alvos de esconderijo para a prática de crimes.

Mediante as informações expostas, a população clama por segurança. Mesmo com a passagem de viaturas policiais no decorrer do dia, se faz necessário outras ações. Uma possível ação que venha intimidar a ação de criminosos, bem como reduzir o consumo de drogas nos conjuntos seriam a implantação de um distrito ou trailer policial na área destes conjuntos e consequentemente aumentar o número de agentes policiais para fazer a cobertura da área.

O indicador Saúde e suas variáveis demonstraram-nos que em termos de saúde pública, precisam ser realizadas muitas ações para assegurar o acesso a este serviço tão importante para o cidadão e sua família, e que correspondente a um dos pilares para obter-se uma qualidade de vida.

A ausência de serviços/equipamentos como hospitais, clínicas e/ou laboratórios e maternidades influenciam na promoção de saúde e tratamento de enfermidades, principalmente de crianças, idosos e pessoas com comorbidades. Adicionadas a essas ausências têm-se outros dois problemas que merecem atenção; o primeiro é a falta de insumos e materiais que corriqueiramente ocorre nas Unidades Básicas de Saúde - UBS existentes; e o segundo é a falta de compromisso e profissionalismo de alguns Agentes Comunitários de Saúde - ACS, mediante a precária cobertura da sua área de trabalho (nos dados da pesquisa, moradores relataram que a visita dos ACSs ocorre anualmente, quando deveria ser mensalmente).

Ainda sobre as UBS, propõe-se uma ampliação de seus serviços, incluindo outros especializados como atendimento com psicólogo, e nutricionista, por exemplo, além de realização de diferentes tipos de exames e, conseqüentemente, ampliação da estrutura física desta.

Uma sugestão feita por um morador (durante o questionário) é a presença de pelo menos uma ambulância em cada UBS, pois devido o isolamento espacial dos conjuntos, a ambulância se faz necessária mediante o deslocamento de casos críticos e/ou graves para os hospitais do núcleo central da cidade.

O indicador Educação e suas variáveis elucidaram a inexistência do serviço educacional com relação a vários segmentos da educação básica - ensino fundamental I e II, e ensino médio - nos conjuntos do programa PMCMV. Essa ausência resulta na busca compulsiva de vagas em escolas em bairros próximos dos conjuntos, e que por vezes não têm sucesso. Portanto, as crianças e adolescentes residentes nos conjuntos deslocam-se para estudar em outras áreas da cidade.

O problema atinge o direito à escola, ou seja, existe dificuldade no acesso à educação pelos moradores (de todas as idades). O que poderia ser resolvido se fosse implantado mais escolas nestes conjuntos habitacionais, inclusive com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), ensino voltado para a população adulta retornar à escola para concluir os estudos, no caso o ensino básico.

Dentre as modalidades de ensino que foram analisadas pelo indicador, a única existente em três dos quatro conjuntos pesquisados, foi a creche. Embora a maioria aponte o

contrário, muitos foram os relatos apontando haver necessidade de ampliar o número de vagas nas creches; pois sua área de abrangência perpassa a área dos conjuntos alcançando outros bairros adjacentes; e no final incidirá na disponibilidade de vagas para novas matrículas.

O indicador Lazer e suas variáveis indicaram a presença e a ausência de equipamentos de lazer. Destacaram-se os equipamentos praças e campos de futebol. A estrutura atual desses equipamentos está inadequada para seu uso, algumas vezes ela é utilizada de modo improvisado.

Neste sentido, a gestão municipal pode estar reestruturando esses espaços, restabelecendo dignidade para o uso coletivo. Outro ponto importante a ser entoadado é o desenvolvimento de ações voltados a educação patrimonial/cultural, pois é conveniente elucidar neste estudo, o fato de alguns moradores depredarem os espaços coletivos fazendo com que sua vida útil diminua drasticamente, sugere-se uma intervenção da gestão municipal através das ações mencionadas.

Sobre a ausência de equipamentos de lazer, estão inclusos: parques e/ou com brinquedos infantis, lanchonetes, equipamentos de academia pública e quadras poliesportivas.

Novamente referindo-se ao isolamento espacial, muitas vezes as famílias vêem-se sem opção de lazer, deslocando assim para outros bairros da cidade em busca do item. Para os adultos, a academia pública é um item importante para a manutenção da disposição física; para as crianças e jovens faz falta uma quadra e os brinquedos, para estimular a socialização, bem como aumentar o condicionamento físico.

A redução dos relacionamentos sociais pode ser um reflexo da ausência desses equipamentos. Quanto a existência das lanchonetes, restaurantes e bares, pode ser potencializado através de incentivos promovidos pela gestão, em cursos como os de empreendedorismo, por exemplo. O incentivo promoverá a circulação de capital em diferentes espaços da cidade (e não somente no núcleo central) estimulando a criação de empregos voltados para a população residente nos conjuntos. O estímulo à promoção de feiras e outras atividades culturais pela prefeitura municipal, merecem ser apoiadas a acontecer periodicamente nos conjuntos habitacionais pesquisados.

O indicador Mobilidade e suas variáveis apresentaram variadas evidências, conforme ocorreu com os demais indicadores, referentes a ausência e a presença de equipamentos urbanos. Entre as ausências estão os itens: sinalização das vias públicas, áreas para ciclovias, e lombadas e/ou quebra-molas.

Todos esses itens irão influenciar no comportamento dos condutores de veículos automotores, pois eles contribuem para o aumento de acidentes mediante ações de

imprudência no trânsito dos conjuntos. Dessa forma, sugere-se que a gestão municipal realize um plano de ação, não somente em educação para o trânsito, mas também incluir esses equipamentos ausentes nas vias de circulação dos conjuntos do programa PMCMV sejam elas, principais ou secundárias.

Entretanto, importantes equipamentos referentes ao indicador já se encontram presentes nos conjuntos, tais como ruas com asfalto e com calçamento, calçadas, iluminação pública, vias-duplas, meio-fio e transporte coletivo. Para estes, a sugestão é a manutenção, pois alguns encontram-se com estrutura comprometida, dificultando a mobilidade de pessoas e veículos.

Uma ressalva a ser feita, dirige-se aos equipamentos: iluminação pública, transporte coletivo e parada de ônibus. Esses equipamentos merecem atenção especial devido à sua precariedade. O número expressivo de casas e postes com luzes refletoras nos induz imaginar que a própria população tenta amenizar o problema, envolvendo a compra do item com seu dinheiro. A escuridão das vias públicas combinada com a falta de segurança, tem como resultado, um clima propenso à prática de assaltos.

Sobre o atual serviço de transporte coletivo, a gestão necessita agilizar a resolução deste problema que se prolonga desde 2021. Importante destacar que para a solução do mesmo não depende exclusivamente da gestão municipal (ocorre também a interferência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo).

Mas a população padece do serviço, necessitando todos os dias de transporte coletivo, precisando buscar alternativas dentro de suas possibilidades, para se deslocar dos conjuntos em direção a outras áreas da cidade, sejam os motivos: lazer, educação, saúde ou mesmo trabalho. A mesma intensidade se aplica na resolução do problema parada de ônibus, devido esse equipamento causar desconforto à população que está sujeita aos inúmeros fatores relacionados ao clima como a sua própria segurança.

Analisando a imagem abaixo, percebe-se um reflexo do que almeja a população dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Constata-se a partir da figura que embora haja oferta de elementos urbanos, sua cobertura não traduz a necessidade dos moradores, até porque estar a considerar indiretamente às demais populações que compõem os bairros adjacentes dos conjuntos, os quais quando somadas à população dos conjuntos torna-se um quantitativo maior do que o imaginado. Essas indagações são ratificadas com a seguinte figura:

Figura 56: Nuvem de palavras correspondendo aos serviços/equipamentos mais almejados pelos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Dessa forma, como falar em qualidade de vida perante a exposição de tantos problemas, até o momento sem solução, relacionados aos equipamentos urbanos? Depois da análise realizada, frisa-se que muito precisa ser feito para alcançar uma vida digna e com qualidade, para a população residente nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

8 CONCLUSÃO

A cidade por ser dinâmica, está em constante transformação, seja pela produção de novos espaços ou pela produção de espaços já produzidos. Ela é o resultado da ação dos agentes produtores do espaço, que a todo momento estão a confabular novos meios de acumulação de capital, de lutar por seus direitos e/ou simplesmente sobreviver, neste último caso referindo-se aos grupos sociais excluídos.

Timon, neste último decênio, 2010 a 2020, passou (e continua a passar atualmente) por transformações espaciais significativas oriundas da produção e reprodução de novos espaços, principalmente relacionado ao setor imobiliário. E foi justamente essa problemática a base para o desenvolvimento desta pesquisa.

Neste momento, apresenta-se alguns pontos importantes resultantes da discussão promovidos no decorrer da pesquisa. O primeiro refere-se ao Programa Minha Casa Minha Vida, o qual teve suas primeiras ações na cidade de Timon em 2010 e em 2011 foi entregue o primeiro conjunto oriundo do programa.

O segundo ponto, são os atuais vetores de crescimento urbano que correspondem à localização espacial dos conjuntos habitacionais no perímetro urbano da cidade. Assim temos, o conjunto Novo Tempo contribuindo com as novas produções espaciais no sentido norte/nordeste, o conjunto Antônio Elouf Simões contribuindo com o vetor de expansão no sentido sul/sudeste, e os conjuntos Padre Delfino e Julia Almeida, atuando na produção imobiliária no sentido oeste da cidade.

Terceiro ponto, os conjuntos habitacionais do programa PMCMV promoveram o que se chama de especulação imobiliária das áreas adjacentes dos conjuntos, afetando diretamente no valor do solo urbano; desse modo surgindo novos residenciais de outras fases do programa PMCMV.

Quarto ponto, a pesquisa mostrou não ter havido um planejamento para a implantação dos conjuntos habitacionais na cidade, ou seja, negligenciando suas possíveis consequências nesta. O processo de implantação envolveu somente a compra/adesão de grandes lotes de terreno em áreas distantes e periféricas do núcleo central da cidade, construir os imóveis, e em instalar os equipamentos mínimos aos futuros moradores tais como: abastecimento de água, energia elétrica, calçamento de vias públicas e iluminação pública. Não havendo preocupação com o isolamento geográfico proporcionado com a localização desses empreendimentos.

Quinto ponto a ser elucidado, refere-se às consequências dessa falta de planejamento. Pois mediante a quantidade de imóveis construídos em áreas adjacentes, e que somados aos

conjuntos, formam um quantitativo elevado de habitantes; enquanto isso, os atuais equipamentos urbanos presentes não condizem com a real necessidade da população da área.

Sexto ponto, todas as informações aqui apresentadas, levaram à expansão da malha urbana; precisando ser atualizada em 2016 através da Lei municipal nº 2026 trazendo uma nova configuração espacial da cidade de Timon/MA.

Sétimo ponto, mediante a todos os resultados discutidos nesta pesquisa, conclui-se que o Estado tem atuado como agente produtor do espaço urbano em Timon, por meio da consolidação de programas habitacionais populares, como o Minha Casa Minha Vida, estando este a disposição do capital imobiliário, orientando, condicionando e regulamentando os processos espaciais da cidade de Timon, e consequentemente proporcionando a valorização do solo urbano.

Uma última consideração, é a perspectiva de que esta produção venha a estimular, no ambiente acadêmico, novos estudos acerca de temas como estudos urbanos, produção espacial, política habitacional e dentre outros temas correlatos. A pesquisa almeja contribuir como base científica e/ou técnica no processo de planejamento de novos espaços urbanos pela gestão municipal de Timon/MA.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, G. O. **Programa Minha Casa Minha Vida: política habitacional ou pacote anticíclico?** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.
- ALBUQUERQUE, R. M.; VIEIRA, M. do C.; HONDA, S. C. de A. L. Habitação social: adensamento urbano e impactos ambientais. **Colloquium Humanarum**, v. 9, n. especial, jul./dez., p. 236-243, 2012.
- ALCÂNTARA, D. M. de. A atuação seletiva do mercado imobiliário em cidades médias. **Revista Ra'eGa**, Curitiba, v.33, p.120-141, 2015.
- ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. *In*: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, p. 65 - 80, 2015.
- AMICO, F. D. O programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. **Revista Desenvolvimento Econômico Brasileiro** | Trabalhos Premiados, Curitiba-PR, p. 33-54, 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261251530.LivroCAIXA_T_0_033.pdf Acesso em: 10 mai. 2022.
- AMORIM, M. dos S.; NORA, G. S. Impactos ambientais nas áreas de preservação permanentes (APPS) do Rio Coxipó: um olhar sobre condomínios horizontais. **Para Onde!?**, v. 15, n. 1, p.112-134, 2021.
- ANCONA, A. L. **Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS**. 2017. Ebook (28p.). Disponível em: <http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/ANCONA-ZEIS-anexo-SANTOS-JUNIOR-e-MONTANDON-planos-diretores-pos-estatuto-2011.pdf> Acesso em: 24 jan. 2023
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9284: Equipamento Urbano: classificação**. Rio de Janeiro. 1986.
- AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, vol. 22, n. 4, p.107-119, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9391> Acesso em: 01 abr. 2022.
- AZEVEDO, S. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. *In*: CARDOSO, A. L. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Finep/CEF, p.119 – 133, 2007.
- BALBINO, M. L. C. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e o meio ambiente local: estudo de caso no município de Patos de Minas-MG**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em

Sustentabilidade Socioeconômico Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto-MG, Ouro Preto-MG, 2012.

BATISTA, T. R.; *et al.* Conjuntos De Habitação Social - Estimuladores de Impactos Ambientais? **Colloquium Humanarum**, vol. 9, n. Especial, jul–dez, p. 320-328, 2012.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.160 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 08 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999**. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19785.htm. Acesso em: 26 de fev. 2023.

BRASIL. **Lei n. 6.766 de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília-DF: Presidência da República Casa Civil [1979]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 02 out. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil [2009]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node04euh9yvayd4y1wajetlx2fezh14905148.node0?codteor=826725&filename=LegislacaoCitada+-MPV+514/2010 Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**. 2014. Ebook (104 p.). Caderno 04, Cadernos MCidades - Habitação. Ministério das Cidades. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabita%20cao.pdf> Acesso em 21 mar. 2022

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas> Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. **Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**. Ciclo CMAP. 2020. Ebook (204 p). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/> Acesso em: 18 mai. 2022.

BRASIL, 2021a. **Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021**. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Brasília-DF: Diário Oficial da União [2021]. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.118-de-12-de-janeiro-de-2021-298832993>>. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL, 2021b. **Instrução Normativa nº 2, de 21 de janeiro de 2021**. Regulamenta o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, destinado ao atendimento de necessidades habitacionais e a garantir a segurança na posse de moradia de famílias de baixa renda. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Regional [2021]. Seção 1, ed. 15, p. 17. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-2-de-21-de-janeiro-de-2021-300085716>. Acesso em: 04. set. 2022.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p.221-236, 2006.

BUENO, L. M. M. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana com base em um enfoque socioambiental. **Cadernos Metrópole**, v. 19, p. 99-121, 2008.

BUONFIGLIO, L. V.; BASTOS, R. D. O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras. *IN: XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA CIÊNCIA E UTOPIA: POR UMA GEOGRAFIA DO POSSÍVEL*, 2011, Belo Horizonte-MG. **Anais [...]** Belo Horizonte-MG: UFMG, 2011, p. 1-12. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/4071c402a43c458597efe06f896757f7.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; Brasil. **Minha Casa Minha Vida**. 2009. [Cartilha]. Ebook (15 p.). Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>. Acesso em: 05 dez. 2022

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. *In: MENDONÇA, J. G. e COSTA, H. S. de M. (orgs.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/ Arte, p. 1-25, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. 1ª ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2016, 157 p.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In: CARLOS, A. F. A. (org.). Crise Urbana*, 1ª ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2018. p. 25-36.

CARMO, E. C. **A política habitacional no Brasil pós-Plano Real (1995-2002): diretrizes, princípios, produção e financiamento – uma análise centrada na atuação da Caixa Econômica Federal**. 2006. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP, 2006.

CARVALHO, A. de A. V. de; MEDEIROS, V. A. S. de; O papel do programa Minha casa, minha vida no processo de construção das cidades: a perspectiva configuracional. **Urbe:**

Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 9 ed., n 1º, p. 396-407, 2017.

CASTRO M. C. P.; SILVA, H. M. B. **Legislação e mercado residencial em São Paulo**. São Paulo: LabHab/ FAU-USP, 1997.

CORREA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* / CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPÓSITO, M. E. B.(org.), 1ª ed., 5ª reimpressão, São Paulo-SP: Contexto, 2017, p. 41-52.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo-SP: Ática, 1989. 85p.

COSTA, H. S. de M.; PEIXOTO, M. C. D. Dinâmica imobiliária e regulação ambiental: uma discussão a partir do eixo-sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 24, n. 2, p. 317-336, 2007.

COSTA et al. Quintais Urbanos: Estratégias de Reprodução dos Modos de Vida Tradicionais na Cidade de Belém/PA, Brasil. **Manduarisawa - Revista Discente do Curso de História da UFAM**, volume 6, ano 1, p. 76-97, 2022.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J.T. (org.). **Geomorfologia e meio ambiente**. 9ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2010, 396 p.

DENALDI, R. **Política habitacional e urbana: avanços e impasses**. 2012, Ebook (21p.). Disponível em:
<http://www.phdu.comuv.com/attachments/article/18/Pol%C3%ADtica%20Habitacional%20e%20Urbana%20avan%C3%A7os%20e%20impasses%20%20-20Rosana%20Denaldi.pdf>.
 Acesso em: 29 mai. 2022

DEZEN-KEMPTER, E.; ANHAIA, J.C.; TERRA, L.O. Questões de localização e conectividade na avaliação de qualidade urbana de habitação de interesse social em Indaiatuba. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas-SP, v. 6, n. 3, p. 155-168, 2015.

DORIS, C.C.K.; *et al.* Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida. *IN: Coletânea Habitar - Construção e Meio Ambiente*. SATTLER, M. A.; PEREIRA, F. O. R. (org.), v. 07, s/a, p.128 - 167.

FERREIRA, J. S. W.; FERRARA, L. A. Formulação de uma Nova Matriz Urbana no Brasil baseada na Justiça Socioambiental. *In: Sustentabilidade urbana: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes: textos para as discussões da Rio+20*. vol. 3. habitação social e sustentabilidade / NUNES, T. *et al.* Organizadores: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Brasília-DF: MMA, 2015, p. 9-52.

FERREIRA, A. J. de A. **A questão urbana maranhense: problemas de um discurso desenvolvimentista que não prioriza a gestão e o ordenamento territorial**. 2011. Ebook (12p.).

Disponível em: <<http://www.xiisimpurb2011.com.br/...rq/trabalhos/ddb07826212a>> Acesso em: 13 jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed., São Paulo-SP: Atlas, 2008, 220 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed., São Paulo-SP: Atlas, 2010, 176 p.

GUILHON, V. V. **Indicadores de sustentabilidade urbana: aplicação ao conjunto habitacional 'Parque Residencial Manaus/AM'**. 2011. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. São Paulo-SP, 2011.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2010). Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/timon/>>. Acesso em: 15 mai. 2022

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório brasileiro para o Habitat III**. Brasília-DF: ConCidades; Ipea, 2016, 368 p.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise**, n.º 14. Brasília: IPEA, 2007. 328p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/bps14_completo.pdf> Acesso em: 30 mar. 2022.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JACOBI, P. A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo-SP, n.º.31, vol. dez, p. 47 – 57, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- Acesso em: 06 jun. 2022.

LAVORATTI, L. Direito só no papel – Falta de moradia afeta milhões de brasileiros. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 6. Ed. 51, p. 32-45, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1237:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 04 abr. 2022.

LIMA, M. A.; LAY, M. C. D. **A influência da dimensão, configuração de conjuntos habitacionais na interação social**. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Urbano. Porto Alegre-RS, 2011.

LIMA, L. K. da S. F.; SANTOS, E. O. dos. Espaços de Lazer: Atratividades e Funcionalidades de Praças Públicas no Município de Timon- MA. **Geografia: Publicações Avulsas**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.2, n. 2, p. 120-138, jul./dez. 2020.

LIMONAD, E. No todo acaba en Los Angeles: un nuevo paradigma: entre la urbanización concentrada y dispersa? **Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 12, n.734, p. 342 - 360, 2007.

LULA, V. **Vila de Flores**. Brasília-DF, 1991.

MACHADO, C. B. Impacto e Injustiça Ambiental em Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: O Caso do Residencial Coração de Maria, Salvador, Bahia. **Revista Latino-Americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**. vol. 2, nº 7, p.112-127, 2021.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 121 - 192.

MARGUTI, B. O. **Conjuntos habitacionais**: estruturação socioespacial e acesso à cidade no município de Santo André. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2012.

MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; GALINDO, E. P. A trajetória brasileira em busca do direito à cidade: os quinze anos do Estatuto da Cidade e as novas perspectivas à luz da Nova Agenda Urbana. *IN*: COSTA, M. A. **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana. Brasília-DF: Ipea, 2016, p.11-28.

MARGUTI, B. O. A Política Habitacional. *IN*: COSTA, M. A.; THADEU, M.; FAVARÃO, C. B. (orgs.) **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios à sua implementação. Brasília-DF: Ipea, 2018, p.119-133.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo - desigualdade, ilegalidade e violência**. São Paulo-SP: Hucitec, 1996, 140p.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1.ed., São Paulo-SP: Expressão Popular, 2015, 112 p.

MEIRELES, E.; CASTRO, C. M. P. de. Provisão do Programa Minha Casa, Minha Vida em São José do Rio Preto, SP: inserção urbana e adequação socioeconômica e ambiental – um estudo de caso do conjunto habitacional Nova Esperança. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre-RS, v. 17, n. 3, p. 219-233, jul./set., 2017.

MELO, S. S. de. **Análise Comparativa entre Programas Governamentais de Habitação**: Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Casa Verde e Amarela. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis), Curso de Ciências Contábeis. Pontifícia Católica de Goiás. Goiânia-GO, 2021.

MIELE, S. A. Estratégias de (Re)Produção do Espaço em São Paulo. *IN*: **A cidade como negócio**. CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (orgs). São Paulo-SP: Contexto, 2015. p.81-96.

MOTTA, L. D. **A Questão da Habitação no Brasil**: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. 2011. Ebook (15 p.). Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf Acesso em: 01 abr. 2022

MORENO, J. **O Futuro das Cidades**. São Paulo: Editora SENAC, 2002, 150p.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 3ª ed., São Paulo-SP: Martins Fontes, 1991, 441p.

NALIN, N. M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2013.

NEVES, F. H. Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 503-516, nov, 2015.

NEVES, B. P. das; *et al.* Cultivo e utilização do Nim Indiano. **Circular Técnica - EMBRAPA**. Santo Antônio de Goiás-GO, Dezembro-2003. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPAP/21626/1/circ_62.pdf Acesso em: 12 dez. 2022.

PAULO, R. F. **Crescimento Urbano Desordenado**: o papel do Estado e da Sociedade diante dos impactos socioambientais. Porto Alegre-RS: Editora Fi, 2018, 173 p.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acad mico. 2  ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 277 p.

RELATÓRIO N  21 DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA: Avaliação do Plano Diretor Participativo. São Luís – MA, 2009.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2006, 368p.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo-SP: Boitempo, 2015, 627p.

ROLNIK, R. (Coord.) **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida**. São Paulo-SP: Laboratório Direito   Cidade e Espaço Público da FAU-USP, 2014, 43p.

ROLNIK, R. **Moradia popular no lixo**: imagens de um Brasil que precisamos encarar. 2012. Disponível em:< <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/04/12/moradia-popular-no-lixo-imagens-de-um-brasil-que-precisamos-encarar/>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, p.100-111, 1999.

RONILK, R. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Revista Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015.

RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. *IN*: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.) **Minha casa... e a cidade?**

Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed., Rio de Janeiro-RJ: Letra Capital, p. 51-71, 2015.

SANTOS, L. F. Impactos Ambientais no Meio Físico e Biótico na Construção do Conjunto Habitacional Jacinta Andrade localizado na Zona Norte/Teresina, Piauí. *IN: VII CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO*, 2012. **Anais [...]** Palmas – TO, n.08, 2012, p. 8-16. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/1466/2951> Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTOS, R. N. L. dos. **História e Memória na cidade de Timon na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí-UFPI, Teresina-PI, 2007.

SAPORITO, J.T. **Análise do Programa Minha Casa Minha Vida para empreendimentos voltados para famílias classificadas na faixa 1 do programa**. Dissertação (MBA Economia Setorial e Mercados, com ênfase em Real State) Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP, 2015.

SARAMAGO, R. de C.P.; VILLA, S.B.; PORTILHO, G.B. Avaliação funcional e ambiental do PMCMV: o caso do residencial jardim sucupira. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2016. **Anais[...]** Porto Alegre – RS: ANTAC, 2016, p. 3321 - 3336.

SILVA JÚNIOR, F. J.; SILVA, A. J. **Cara de paisagem: impactos socioambientais e econômicos de córregos a céu aberto e seus reflexos na comunidade**. Teresina: IFPI, 2022.

SILVA, M. S. **Crescimento urbano e degradação ambiental: a ausência de espaços livres no Residencial Novo Tempo em Timon –MA**. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas. Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – PPGPDS, Rio de Janeiro-RJ, 2016.

SILVA, J. O. **Geotecnologias aplicadas em estudos socioeconômicos da ocupação urbana: o bairro Cidade Nova do município de Timon – MA**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociência e Ciências Exatas. Rio Claro – SP. 2010.

SILVA, J. R. S. da. **Caracterização socioeconômica e ambiental de quintais urbanos em Marituba, estado do Pará**. Monografia (Graduação em Agronomia), Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém-PA, 2019.

SILVA, L. O. da. Os Quintais e a Morada Brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.

SOUSA, T. de J. dos S. **O município de Timon (MA) dos anos 1980 a 2013: sociedade e espaços rurais em transformação**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife-PE, 2014.

SOUSA, J. de O.; FILHO, J. M. Programa Minha Casa Minha Vida e os Impactos Socioambientais em Timon-MA: uma análise dos Conjuntos Habitacionais Padre Delfino e Julia Almeida. **Revista Equador (UFPI)**, vol. 8, nº 1, p.133 – 151, 2019.

SOUSA, R. de C. **Timon: sua história, sua gente**. Timon-MA: Fundação Municipal de Cultura, 2005.

SOUZA, J.; TERRA, D. C. T. Rio de Janeiro: rumo a uma nova região metropolitana? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 817-840, 2017.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2 ed., Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2005. 192p.

SOUZA, G. B. N. de. Degradação ambiental e ocupação do solo na várzea do rio Ouricuri, Capanema (PA). **Revista GeoUerj**. Rio de Janeiro, edição especial, 800-807p., novembro/2004.

TASSI, R.; *et al.* Telhado verde: uma alternativa sustentável para a gestão das águas pluviais. **Ambiente Constr ido**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 139-154, 2014.

THERY, Hervé. Novas Paisagens Urbanas do Minha Casa, Programa Minha Vida. **Revista Mercator**, Fortaleza-CE, v. 16, p.1-14, dez. 2017. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2000> >. Data de acesso: 16 fev. 2023.

TRAVASSOS, L. R. F. C. **Revelando os rios**: Novos paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbanos na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo-USP, Programa de Pós-graduação em Ciência Animal. São Paulo-SP, 2010.

VILLA, S. B. **Avaliação pós ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida**: uma experiência metodológica. VILLA, S. B.; SARAMAGO, R. de C. P.; GARCIA, L. C. (org.) Uberlândia-MG: UFU/PROEX, 2015, 152 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES LOCAIS



Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial – Geografia (MAPEPROF)

Título: Programa Minha Casa Minha Vida e a (re)produção do espaço em Timon (MA)

Mestranda: Juciara de Oliveira Sousa

Orientador: Prof. Dr. Antonio Joaquim da Silva

Este formulário consiste em um instrumento para a realização de pesquisa de campo necessária para elaboração da dissertação do mestrado desenvolvida no Instituto Federal do Piauí. Todas as informações fornecidas serão utilizadas apenas na pesquisa acadêmica com vista à análise da reprodução do espaço em Timon, Maranhão, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. Portanto, essa investigação não representa qualquer prejuízo, desconforto ou risco de ordem física ou psicológica, haja vista não se tratar de pesquisa experimental (química ou biológica) com seres humanos, animais ou plantas. Trata-se de um estudo interdisciplinar no qual as informações são sigilosas e anônimas, visto a não identificação no trabalho.

Questionário nº _____

Data: _____

Bairro: _____

INFORMAÇÕES GERAIS

Qual sua idade:

() 18 a 20 anos

() 41 a 50 anos

() 21 a 30 anos

() acima de 51 anos

() 31 a 40 anos

Qual sua escolaridade:

() ensino fundamental

() ensino médio incompleto

() ensino fundamental incompleto

() ensino superior

() ensino médio

() ensino superior incompleto

Outro: _____

O(A) senhor(a) trabalha:

() autônomo

() carteira assinada. Descrever: _____

() Outro: _____

Renda familiar mensal: _____ salários-mínimos

INDICADOR – HABITAÇÃO

O senhor mora em casa do tipo:

() própria

() alugada

() cedida

() Outra. Especificar: _____

Há quanto tempo reside na sua atual casa:

() até um ano

() de 06 a 10 anos

() de 01 a 05 anos

() mais de 10 anos

Sua casa é murada:

() sim

() não

Outras informações: _____

A sua casa possui quantos cômodos:

() 04 cômodos

() 06 cômodos

() 05 cômodos

() mais de 06 cômodos

Sua casa possui quintal:

() sim

() não

Sua casa tem área de lavanderia:

() sim

() não

Na sua casa tem árvores:

() sim

() não

Se sim, foi o senhor que plantou:

() sim

() não

Sua casa é forrada:

() sim

() não

Se sim, o material do forro:

() PVC

() gesso

O piso de sua casa, é do tipo:

() chão batido

() cerâmica

Outro: _____

Sua casa possui quantas janelas:

() 01

() 04

() 02

() 05

() 03

() mais de 05

Sua casa tem área de infiltração:

() sim

() não

Sua casa tem energia elétrica:

() sim

() não

A área de fossa séptica é interna ou externo ao terreno da casa:

() sim

() não

Qual sua cidade natal:

() Teresina

() Timon

() outro _____

INDICADOR SANEAMENTO

Sua casa possui água encanada:

() sim

() não

Há coleta de esgoto na sua rua:

() sim

() não

Na sua rua há coleta de resíduos sólidos:

() sim

() não

Se sim, a coleta é realizada em quantos dias:

() 01

() 03

() 02

() mais de três dias

A prefeitura realiza a poda de árvores em vias públicas, no conjunto:

() sim

() não

() sem opinião

Na rua existe sistema de coleta das águas pluviais:

() sim

() não

() sem opinião

A prefeitura realiza a varrição das vias públicas no conjunto:

() sim

() não

() sem opinião

A prefeitura realiza a capinação de vias e equipamentos públicos, no conjunto:

() sim

() não

() sem opinião

Há a visita dos agentes comunitários de endemias no conjunto:

() sim

() não

() sem opinião

Se sim, qual a periodicidade:

() dias

() meses

() semanas

() anos

INDICADOR SEGURANÇA PÚBLICA

Há a presença de trailer policial, no conjunto:

() sim

() não

Como o senhor avalia a segurança do conjunto:

() péssima

() boa

() regular

() ótima

INDICADOR SAÚDE

Há presença de hospitais no conjunto:

() sim

() não

Há presença de clínicas/laboratório no conjunto:

() sim

() não

Há presença de Unidade Básica de Saúde no conjunto:

() sim

() não

Há presença de maternidade no conjunto:

() sim

() não

Há presença de farmácias no conjunto:

() sim

() não

Há equipes de Agentes Comunitários de Saúde no conjunto:

() sim

() não

Se sim, qual a periodicidade da visita:

() dias

() meses

() semanas

() anos

INDICADOR EDUCAÇÃO

Há presença de escolas de ensino fundamental I:

() sim () não

Há presença de escolas de ensino fundamental II:

() sim () não

Há presença de escolas de ensino médio:

() sim () não

Há presença de creches:

() sim () não

As unidades escolares presentes no conjunto, comportam a totalidade das crianças e adolescentes residentes no conjunto?

() sim () não () sem opinião

INDICADOR LAZER

No conjunto, há presença de parques:

() sim () não () sem opinião

Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de parques, com brinquedos infantis:

() sim () não

Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de trailer em praças/parques:

() sim () não

No conjunto, há presença de campo de futebol:

() sim () não

Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

- | | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| ☐) péssima | ☐) boa |
| ☐) regular | ☐) ótima |

No conjunto, há presença de quadra poliesportiva:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| ☐) sim | ☐) não |
|--------------------------------|--------------------------------|

Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

- | | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| ☐) péssima | ☐) boa |
| ☐) regular | ☐) ótima |

No conjunto, há presença de bares:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| ☐) sim | ☐) não |
|--------------------------------|--------------------------------|

No conjunto, há presença de restaurantes:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| ☐) sim | ☐) não |
|--------------------------------|--------------------------------|

No conjunto, há presença de equipamentos de academia pública:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| ☐) sim | ☐) não |
|--------------------------------|--------------------------------|

Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

- | | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| ☐) péssima | ☐) boa |
| ☐) regular | ☐) ótima |

No conjunto, há presença de praças:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| ☐) sim | ☐) não |
|--------------------------------|--------------------------------|

Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

- | | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| ☐) péssima | ☐) boa |
| ☐) regular | ☐) ótima |

No conjunto, há presença de igrejas:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| ☐) sim | ☐) não |
|--------------------------------|--------------------------------|

INDICADOR ACESSIBILIDADE/MOBILIDADE

No conjunto, há presença de calçadas:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de ruas com meio-fio:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de ruas com calçamento:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de ruas com asfalto:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de ruas com lombadas:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de sinalização nas vias:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de ruas de via-dupla:

() sim () não

No conjunto, há presença de ruas com áreas de ciclovias:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de ruas com iluminação pública:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de presença de transporte coletivo:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima () boa
() regular () ótima

No conjunto, há presença de presença de pontos de ônibus:

() sim () não

Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:

() péssima

() boa

() regular

() ótima

O(a) senhor(a) está satisfeito com o seu conjunto habitacional? O que você faria para melhorar?

APÊNDICE B – OBSERVAÇÃO GUIADA/ SISTEMÁTICO

**Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial – Geografia (MAPEPROF)****Título:** Programa Minha Casa Minha Vida e a (re)produção do espaço em Timon (MA)**Mestranda:** Juciara de Oliveira Sousa**Orientador:** Prof. Dr. Antônio Joaquim da Silva**INFORMAÇÕES GERAIS**

Conjunto:

Data da visita:

Horário:

Indicadores	Variáveis	Sim	Não	Observações
Habitação	Casas muradas			
	Presença de árvores nas residências			
Saneamento	Casas com hidrômetro			
	Esgoto diretamente nas vias públicas			
	Resíduos sólidos em vias públicas			
	Resíduos sólidos em terrenos vazios			
	Árvores com poda			
	Presença de rede de drenagem			
	Presença de Estação de Tratamento de Esgoto/ETE			
	Ruas limpas ou presença de equipes de varrição			
	Presença de vetores (mosquito, ratos e outros)			
	Ruas com presença de mato (vegetação rasteira)			
Segurança	Presença de trailer/viatura policial			
Educação	Presença de escola de ensino fundamental I			
	Presença de escola de ensino fundamental II			
	Presença de escola de ensino médio			
	Presença de creche			
Lazer	Presença de parques			
	Presença de parques com brinquedos infantis			

	Presença de trailer em praças/parques			
	Presença de campo de futebol			
	Presença de quadra poliesportiva			
	Presença de bares			
	Presença de restaurantes			
	Presença de equipamentos de academia pública			
	Presença de praças			
	Presença de igrejas			
Acessibilidade /mobilidade	Presença de calçadas			
	Ruas com meio-fio			
	Ruas com calçamento			
	Ruas com asfalto			
	Ruas com lombadas			
	Sinalização nas vias			
	Ruas de via-dupla			
	Ruas com áreas de ciclovia			
	Ruas com iluminação pública			
	Presença de transporte coletivo			
	Presença de pontos de ônibus			
Saúde	Presença de Unidade Básica de Saúde			
	Presença de clínicas/laboratórios particulares			
	Presença de hospitais			
	Presença de maternidade			
	Presença de farmácia			
	Presença de agentes comunitários de saúde			

APÊNDICE C – TABELA COMPARATIVA SOBRE AS RESPOSTAS OBTIDAS NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO, SEPARADA POR CONJUNTOS HABITACIONAIS

Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jóia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Informações Gerais	Qual sua idade:				
	18 a 20 anos	01	01	00	01
	21 a 30 anos	06	02	01	02
	31 a 40 anos	09	03	12	13
	41 a 50 anos	04	03	11	10
	Acima de 51 anos	05	05	06	05
Informações Gerais	Qual sua escolaridade:				
	Ensino Fundamental	03	02	00	03
	Ensino Fundamental Incompleto	01	03	06	11
	Ensino Médio	11	08	15	11
	Ensino Médio Incompleto	01	00	04	02
	Ensino Superior	05	00	03	02
	Ensino Superior Incompleto	02	01	01	02
	Analfabeto	02	01	01	00
Informações Gerais	O(A) senhor(a) trabalha:				
	autônomo	06	00	08	07
	carteira assinada.	04	02	05	03
	Outro	15	12	17	21
Informações Gerais	Renda familiar mensal:				
	Menos de 01 salário	03	01	06	05
	01 salário	07	03	05	07
	01 e 1/2 salário	03	01	03	03
	2 salários	05	01	04	03
	Mais de salários	01	00	02	02

Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jóia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Habitação	O senhor mora em casa do tipo:	19	13	27	25
	Própria	02	01	01	01
	Alugada	04	00	02	05
	Cedida	00	00	00	00
	Outra				
Habitação	Há quanto tempo reside na sua atual casa:	01	01	01	00
	até um ano	07	01	00	03
	de 01 a 05 anos	12	08	10	20
	de 06 a 10 anos	05	04	19	08
	mais de 10 anos				
Habitação	Sua casa é murada:	22	13	28	30
	sim	03	01	02	01
	não				
	Parcialmente	01	05	03	03
Habitação	A sua casa possui quantos cômodos:	15	07	15	16
	04 cômodos	05	02	07	09
	05 cômodos	04	00	05	03
	06 cômodos				
	Mais de 06 cômodos	25	13	29	30
	Menos de 04 cômodos	00	01	01	01
Habitação	Sua casa possui quintal:				
	Sim	17	10	24	21
	Não	08	04	06	10
Habitação	Sua casa possui área de lavandeira:				
	Sim	15	07	12	20
	Não	08	07	18	11
Habitação	Na sua casa tem árvores:				
	Sim	10	06	10	18
	não	05	01	02	02

Habitação	Se sim, foi o senhor que plantou:				
	Sim	24	14	30	30
	Não	01	00	00	01
Habitação	Sua casa é forrada:				
	sim	24	13	30	28
	não	00	01	00	02
	parcialmente				
Habitação	Se sim, o material do forro:	02	00	01	02
	PVC	23	14	29	29
	gesso				
Habitação	O piso de sua casa, é do tipo:	01	00	00	00
	chão batido	03	00	02	03
	cerâmica	15	11	19	23
	Parcialmente um e outro	04	03	08	03
Habitação	Sua casa possui quantas janelas:	02	00	01	02
	uma	00	00	00	00
	duas				
	três	09	01	07	03
	quatro	16	13	23	28
	cinco				
	mais de cinco	25	14	30	30
Habitação	Sua casa tem área de infiltração:	00	00	00	01
	sim				
	não	23	11	26	24
Habitação	Sua casa tem energia elétrica:	02	02	04	07
	Sim	00	01	00	00
	não				
Habitação	Em relação ao terreno da casa, a área de fossa séptica é:	09	02	01	07
	interno	07	07	23	18
	externo	09	05	06	06
Habitação	Qual sua cidade natal:	19	13	27	25

	Teresina	02	01	01	01
	Timon	04	00	02	05
	outro	00	00	00	00
Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jóia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Saneamento	Sua casa possui água encanada:	25	14	30	31
	Sim	00	00	00	00
	Não				
Saneamento	Há coleta de esgoto na sua rua:	03	02	06	08
	Sim	22	12	24	23
	Não				
Saneamento	Na sua rua há coleta de resíduos sólidos:	25	14	30	30
	Sim	00	00	00	01
	Não				
Saneamento	Se sim, a coleta é realizada em quantos dias:	00	00	00	00
	Um	03	05	05	03
	dois	22	09	24	27
	Três	00	00	00	00
	Mais de três	00	00	01	00
Saneamento	A prefeitura realiza a poda de árvores em vias públicas, no conjunto:				
	Sim	13	03	10	11
	Não	09	11	20	19
	Sem opinião	03	00	00	01
Saneamento	Na rua existe sistema de coleta das águas pluviais:				
	Sim	02	01	01	01
	Não	20	12	28	30
	Sem opinião	03	01	01	00
Saneamento	A prefeitura realiza a varrição das vias públicas no conjunto:				

	Sim	21	11	19	18
	Não	04	03	11	13
	Sem opinião	00	00	00	00
Saneamento	A prefeitura realiza a capinação de vias e equipamentos públicos, no conjunto:				
	Sim	25	12	06	21
	Não	00	02	24	09
	Sem opinião	00	00	00	01
Saneamento	Há a visita dos agentes comunitários de endemias no conjunto:				
	Sim	23	09	27	28
	Não	01	03	03	02
	Sem opinião	01	02	00	01
Saneamento	Se sim, qual a periodicidade:				
	Dias	00	00	02	01
	semanas	00	00	01	00
	meses	15	08	21	15
	anos	08	01	06	11
	sem opinião	00	00	00	01

Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jóia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Segurança	Há a presença de trailer policial, no conjunto:				
	Sim	01	03	04	03
	Não	24	11	26	27
	Não sabe	00	00	00	01
Segurança	Como o senhor avalia a segurança do conjunto:				
	péssima	08	05	17	26
	regular	08	06	12	02
	Boa	07	03	01	02

	ótima	00	00	00	00
	não sabe	02	00	00	01

Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jóia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Saúde	Há presença de hospitais no conjunto:				
	Sim	00	00	00	01
	Não	25	14	30	29
	Não sabe	00	00	00	01
Saúde	Há presença de clínicas/laboratório no conjunto:				
	Sim	00	00	00	00
	Não	25	14	30	30
	Não sabe	00	00	00	01
Saúde	Há presença de Unidade Básica de Saúde no conjunto:				
	Sim	25	13	30	12
	Não	00	01	00	18
	Não sabe	00	00	00	01
Saúde	Há presença de maternidade no conjunto:				
	Sim	00	00	00	00
	Não	25	14	30	30
	Não sabe	00	00	00	01
Saúde	Há presença de farmácias no conjunto:				
	Sim	25	14	24	01
	Não	00	00	06	29
	Não sabe	00	00	00	01
Saúde	Há equipes de Agentes Comunitários de Saúde no conjunto:				
	sim	24	11	26	23
	não	01	02	04	07
	Não sabe	00	01	00	01

Saúde	Se sim, qual a periodicidade da visita:				
	dias	02	00	02	01
	semanas	09	04	03	03
	meses	11	05	17	10
	anos	02	02	02	09

Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jôia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Educação	Há presença de escolas de ensino fundamental I:				
	sim	25	08	02	00
	não	00	05	28	30
	Não sabe	00	01	00	01
Educação	Há presença de escolas de ensino fundamental II:				
	sim	25	07	00	00
	não	00	06	30	30
	Não sabe	00	01	00	01
Educação	Há presença de escolas de ensino médio:				
	sim	22	01	00	00
	não	02	12	30	29
	Não sabe	01	01	00	02
Educação	Há presença de creches:				
	sim	25	14	27	02
	não	00	00	03	27
	Não sabe	00	00	00	02
Educação	As unidades escolares presentes no conjunto, comportam a totalidade das crianças e adolescentes residentes no conjunto?				
	sim	20	07	12	02

	não	03	05	16	00
	Sem opinião	00	02	02	29

Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jónia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Lazer	No conjunto, há presença de parques:				
	Sim	02	00	01	00
	Não	22	14	28	29
	Não sabe	01	00	01	02
Lazer	Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	01	00	00	00
	Regular	00	00	00	00
	Boa	01	00	00	00
	Ótima	00	00	00	00
	Não sabe	00	00	01	00
Lazer	No conjunto, há presença de parques, com brinquedos infantis:				
	Sim	01	00	00	00
	Não	24	14	30	30
	Não sabe	00	00	00	01
Lazer	Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	01	00	00	00
	Regular	00	00	00	00
	Boa	00	00	00	00
	Ótima	00	00	00	00
Lazer	No conjunto, há presença de trailer em praças/parques:				

	Sim	22	01	01	01
	Não	03	13	29	29
	Não sabe	00	00	00	01
Lazer	No conjunto, há presença de campo de futebol:				
	Sim	21	02	12	23
	Não	04	11	18	07
	Não sabe	00	01	00	01
Lazer	Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	13	00	09	14
	Regular	02	00	01	05
	Boa	04	00	02	04
	Ótima	00	00	00	00
	Não sabe	02	02	00	00
Lazer	No conjunto, há presença de quadra poliesportiva:				
	Sim	25	08	00	01
	Não	00	06	30	29
	Não sabe	00	00	00	01
Lazer	Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	01	04	00	01
	Regular	01	03	00	00
	Boa	19	00	00	00
	Ótima	03	00	00	00
	Não sabe	02	01	00	00
Lazer	No conjunto, há presença de bares:				
	Sim	25	14	29	30
	Não	00	00	01	00
	Não sabe	00	00	00	01

Lazer	No conjunto, há presença de restaurantes:				
	Sim	15	04	00	00
	Não	10	09	30	30
	Não sabe	00	01	00	01
Lazer	No conjunto, há presença de equipamentos de academia pública:				
	Sim	15	00	00	00
	Não	10	14	30	30
	Não sabe	00	00	00	01
Lazer	Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	09	00	00	00
	Regular	02	00	00	00
	Boa	02	00	00	00
	Ótima	00	00	00	00
	Não sabe	02	00	00	00
Lazer	No conjunto, há presença de praças:				
	Sim	14	01	30	23
	Não	11	13	00	07
	Não sabe	00	00	00	01
Lazer	Se sim, como (a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	00	00	15	25
	Regular	08	01	12	04
	Boa	06	00	01	01
	Ótima	00	00	00	00
	Não sabe	00	00	02	01
Lazer	No conjunto, há presença de igrejas:				
	Sim	25	14	28	29
	Não	00	00	00	01
	Não sabe	00	00	02	01

Indicadores	Perguntas	Respostas por conjunto			
		Novo Tempo	Novo Jónia	Padre Delfino	Júlia Almeida
Mobilidade	No conjunto, há presença de calçadas:				
	Sim	25	14	30	29
	Não	00	00	00	01
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	06	07	05	03
	Regular	09	06	13	15
	Boa	10	01	12	11
	Ótima	00	00	00	00
Mobilidade	No conjunto, há presença de ruas com meio-fio:				
	Sim	23	12	26	22
	Não	02	02	04	08
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	04	01	07	04
	Regular	05	08	10	07
	Boa	14	03	09	10
	Ótima	00	00	00	01
Mobilidade	No conjunto, há presença de ruas com calçamento:				
	Sim	03	13	26	30
	Não	22	01	04	00
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				

	Péssima	00	05	09	10
	Regular	01	04	11	07
	Boa	01	04	06	13
	Ótima	01	00	00	00
Mobilidade	No conjunto, há presença de ruas com asfalto:				
	Sim	25	14	30	28
	Não	00	00	00	02
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	03	03	03	02
	Regular	08	05	12	06
	Boa	13	06	13	18
	Ótima	01	00	02	02
Mobilidade	No conjunto, há presença de ruas com lombadas:				
	Sim	20	06	04	03
	Não	05	08	26	27
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	07	01	00	00
	Regular	05	01	01	00
	Boa	08	04	03	03
	Ótima	00	00	00	00
Mobilidade	No conjunto, há presença de sinalização nas vias:				
	Sim	01	02	00	00
	Não	24	12	30	30
	Não sabe	00	00	00	01

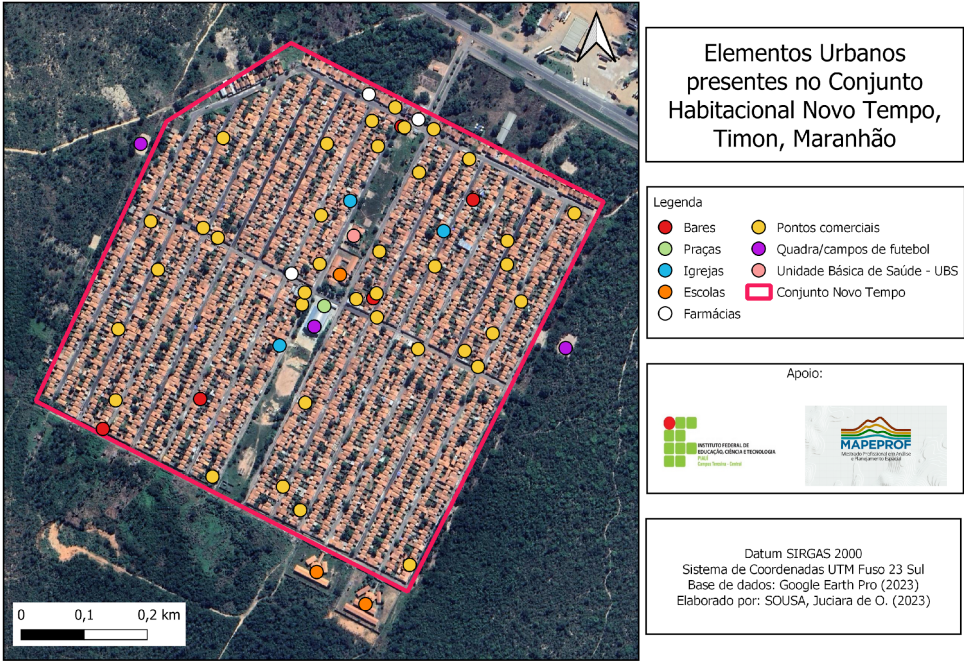
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	00	00	00	00
	Regular	00	02	00	00
	Boa	01	00	00	00
	Ótima	00	00	00	00
Mobilidade	No conjunto, há presença de ruas de via-dupla:				
	Sim	13	07	16	13
	Não	12	07	14	17
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	No conjunto, há presença de ruas com áreas de ciclovias:				
	Sim	00	01	01	00
	Não	25	13	29	29
	Não sabe	00	00	00	02
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	00	00	00	00
	Regular	00	01	00	00
	Boa	00	00	00	00
	Ótima	00	00	00	00
	Não sabe	00	00	01	00
Mobilidade	No conjunto, há presença de ruas com iluminação pública:				
	Sim	25	14	30	29
	Não	00	00	00	01
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	08	04	10	11
	Regular	09	08	10	05

	Boa	08	02	10	13
	Ótima	00	00	00	00
Mobilidade	No conjunto, há presença de presença de transporte coletivo:				
	Sim	24	08	28	27
	Não	01	06	02	03
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	11	02	18	19
	Regular	08	04	08	04
	Boa	04	02	02	04
	Ótima	00	00	00	00
	Não sabe	01	00	00	00
Mobilidade	No conjunto, há presença de presença de pontos de ônibus:				
	Sim	02	02	02	04
	Não	23	12	28	26
	Não sabe	00	00	00	01
Mobilidade	Se sim, como o(a) senhor(a) avalia a estrutura do equipamento:				
	Péssima	00	02	01	04
	Regular	01	00	00	00
	Boa	01	00	01	00
	Ótima	00	00	00	00
O(a) senhor(a) está satisfeito com o seu conjunto habitacional? O que você faria para melhorar? ⁶					

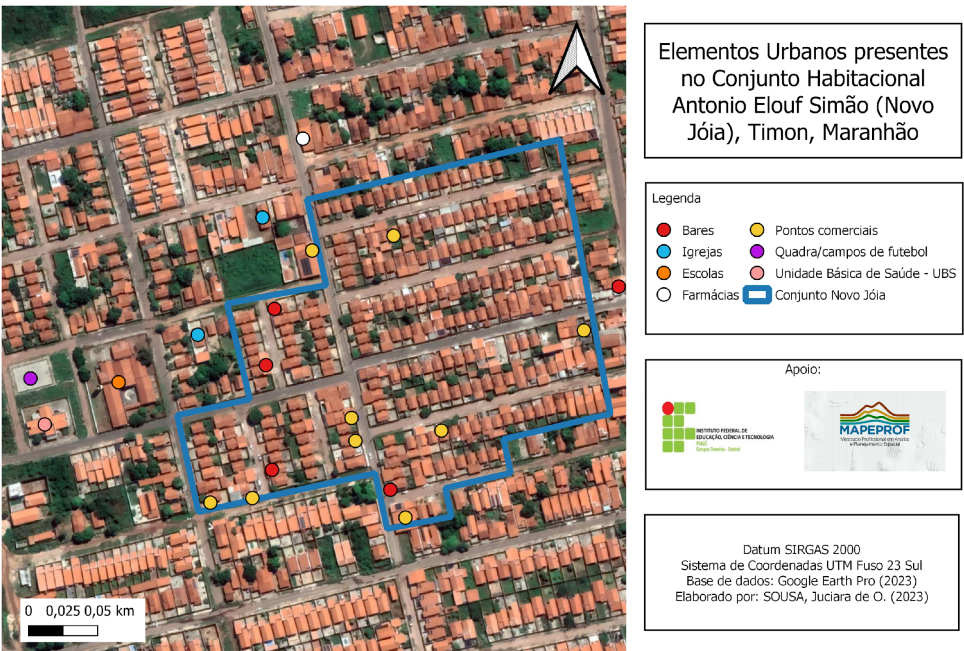
⁶ Essa pergunta é aberta, desse modo a mesma foi representada no tópico 7.10 através de uma nuvem de palavras.

APÊNDICE D – REPRESENTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ELEMENTOS URBANOS PRESENTES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ESTUDADOS

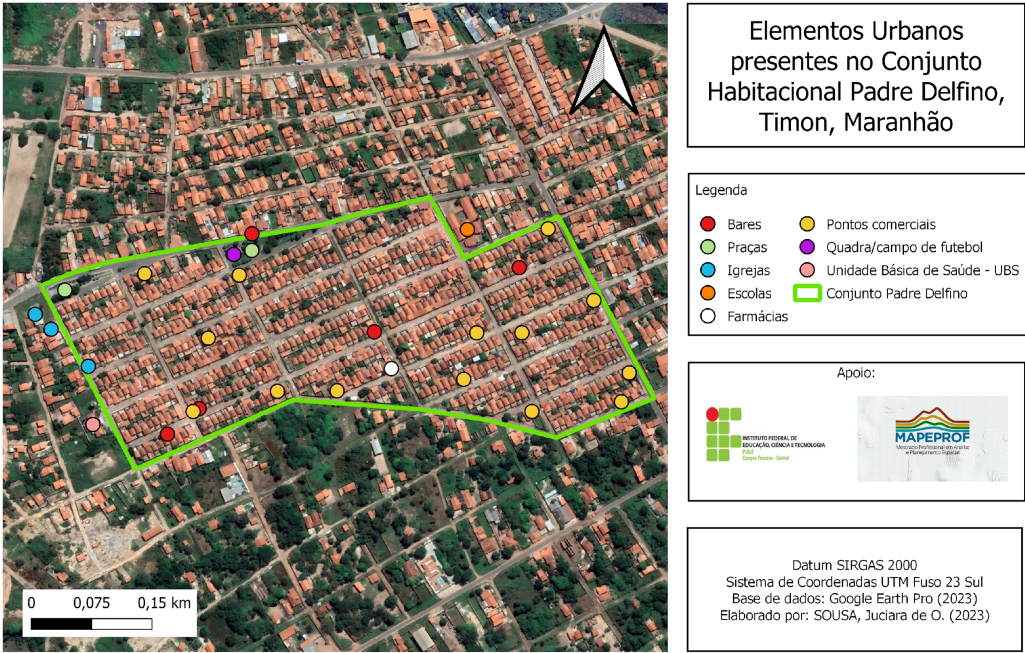
Mapa dos elementos urbanos do conjunto habitacional Novo Tempo:



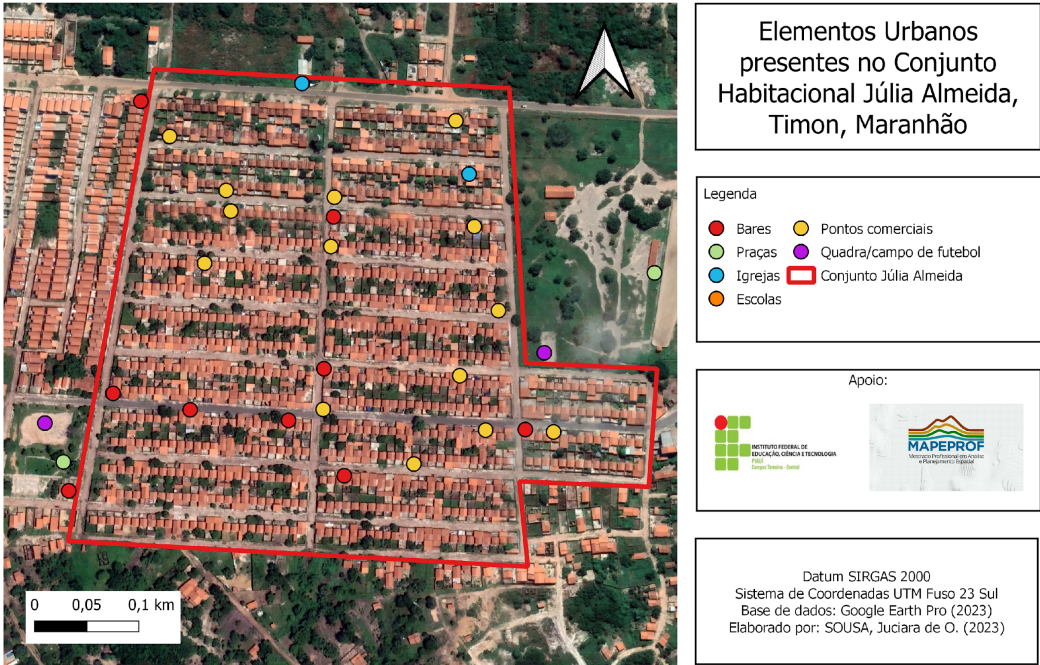
Mapa dos elementos urbanos do conjunto habitacional Novo Jóia:



Mapa dos elementos urbanos do conjunto habitacional Padre Delfino:



Mapa dos elementos urbanos do conjunto habitacional Júlia Almeida:



ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO APROVADO PELO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e a (Re)Produção do Espaço Urbano em Timon-MA

Pesquisador: JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62948122.7.0000.9207

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.718.339

Apresentação do Projeto:

A dinamicidade da produção espacial e da expansão urbana nas cidades brasileiras nas últimas décadas chama atenção, seja pelos inúmeros problemas advindos ou pela ausência de planejamento. Percebe-se no cenário da cidade de Timon-MA, uma intensa atuação dos agentes reprodutores espaciais, como o Estado e os agentes imobiliários, que através da implantação de conjuntos habitacionais, promovem a especulação imobiliária, a valorização de novos espaços e doravante novas produções espaciais. Portanto, questiona-se qual a influência do Programa Minha Casa Minha Vida na produção e reprodução do espaço urbano em Timon? Desse modo, a presente pesquisa apresenta como objetivo principal analisar para avaliar como os conjuntos habitacionais Residencial Novo Tempo, Residencial Julia Almeida, Residencial Padre Delfino e o Residencial Antonio Elouf Simão (Novo Joia), oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, construídos na primeira fase do programa, têm atuado na produção e reprodução do espaço urbano em Timon; enfatizando assim, a importância do planejamento espacial urbano nos municípios maranhenses. A fundamentação da pesquisa sustenta-se no levantamento bibliográfico, documental e a coleta de campo, este último sendo realizado por meio de formulários. A investigação embasa-se também na amostragem não-probabilística dos residentes dos conjuntos habitacionais, nos registros fotográficos e na observação guiada (checklist) e no uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIGs). Por meio dos resultados alcançados será produzido o Guia de Avaliação da Qualidade dos Conjuntos Habitacionais e seus elementos urbanos. Espera-se que a pesquisa, bem

Endereço: Av. Presidente Jânio Quadros

Bairro: Santa Isabel

CEP: 64.053-390

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3131-1441

E-mail: cep@ifpi.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI**



Continuação do Parecer: 5.718.339

Outros	carta_encaminhamento.docx	16:45:39	OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	17/08/2022 16:43:11	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	Curriculos_Lattes_Antonio_Joaquim_da Silva.pdf	03/08/2022 22:15:13	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	termo_de_compromisso_de_utilizacao_ de_dados.docx	03/08/2022 22:12:08	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	TERMO_CONFIDENCIALIDADE.docx	03/08/2022 22:10:54	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	Declaracao_carimbo.docx	03/08/2022 22:08:20	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	Declaracao_ausencia_area_tematica.do cx	03/08/2022 22:07:55	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	Apendices_pesquisa.docx	03/08/2022 22:06:41	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_dos_pesquisadores.docx	03/08/2022 22:04:37	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	Declaracao_nao_utilizacao_TCUD.docx	03/08/2022 22:04:11	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	03/08/2022 21:55:42	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	03/08/2022 21:54:19	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_pesquisa.docx	03/08/2022 21:54:01	JUCIARA DE OLIVEIRA SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 24 de Outubro de 2022

Assinado por:

BRUNA DE FREITAS IWATA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Jânio Quadros

Bairro: Santa Isabel

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3131-1441

CEP: 64.053-390

E-mail: cep@ifpi.edu.br

ANEXO B - GUIA DE AVALIAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM TIMON(MA)

GUIA DE AVALIAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

*um olhar sobre a disposição e a
qualidade dos elementos urbanos na
cidade de Timon, Maranhão.*



Juciara de Oliveira Sousa
Antonio Joaquim da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Sousa, Juciara de Oliveira
S725g Guia de avaliação dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa
Minha Vida : um olhar sobre a disposição e a qualidade dos elementos urbanos
na cidade de Timon, Maranhão / Juciara de Oliveira Sousa, Antônio Joaquim
da Silva. Teresina: [S.l.], 2023.
25 p.: il. color.

Produto educacional de Dissertação (Mestrado Profissional em Análise e
Planejamento Espacial) - Instituto Federal do Piauí, 2023.
Orientador : Prof Dr. Antônio Joaquim da Silva.

1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. Timon - Maranhão. 3. Agentes
produtores do espaço. I. Silva, Antônio Joaquim da. II. Título.

CDD - 910

Elaborado por Sindya Santos Melo CRB 3/1085

Apresentação

Este Guia de Avaliação é produto de uma investigação desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial (Mapeprof) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Guia apresenta um diagnóstico dos elementos urbanos existentes em quatro conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Timon, Maranhão.

Consiste, portanto, em um material de apoio à produção científica e/ou técnica para avaliação de programas habitacionais, sobretudo os elementos urbanos, contribuindo para o processo de planejamento das cidades.



Índice

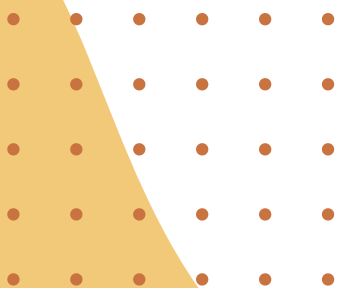
Introdução	05
Avaliando Elementos Urbanos: uma proposta metodológica	07
Avaliando Conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Timon, Maranhão	20
Conclusão	23
Referências	24

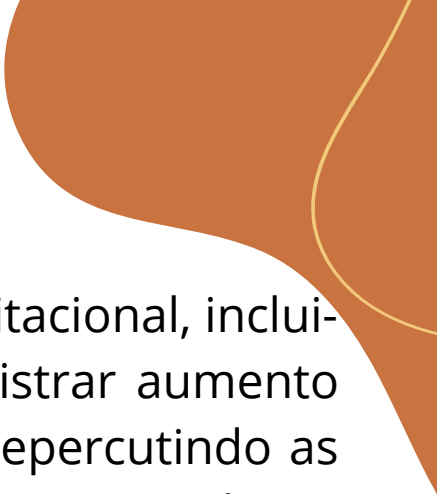
Introdução

A urbanização brasileira, iniciada nas primeiras décadas do século XX e intensificada a partir da segunda metade, demonstra-se distinta dos países de economia avançada, por apresentar-se desigual e mal planejada (SOUZA; TERRA, 2017). Nessa perspectiva, as cidades brasileiras são produtos da estrutura social, caracterizada por diferentes condições de vida e de acesso a serviços e equipamentos urbanos.

As políticas e programas habitacionais brasileiros têm contribuído na produção e reprodução do espaço urbano. Portanto, o conjunto habitacional é resultado da ação dos agentes produtores do espaço, que atuam de modo combinado e contraditório para a promoção da expansão urbana.

O déficit habitacional nacional é elevado, cerca de 5,8 milhões de moradias (BRASIL, 2019), o que torna fundamental a ampliação de políticas para habitações populares.



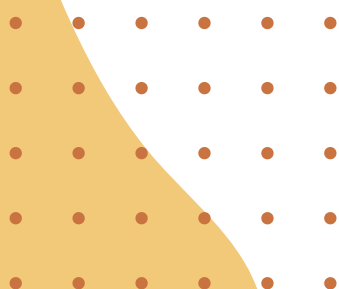


No cenário nacional de elevado déficit habitacional, inclui-se a cidade de Timon, no Maranhão, por registrar aumento populacional exponencial em anos recentes, repercutindo as dificuldades para o acesso à moradia digna, a especulação imobiliária do solo urbano, o aumento dos problemas ambientais e a carência de equipamentos urbanos.

O protagonista deste cenário de sucessivas (re)produções do espaço urbano em Timon é o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, sendo o instrumento das transformações promovidas pelos agentes produtores do espaço urbano.

O Programa foi implantado no município de Timon em 2009. Em síntese, o PMCMV organiza-se em três fases: na primeira fase foram construídas 2.000 moradias no bairro Boa Esperança. A segunda fase do programa iniciou em 2012, com a construção de 3.514 casas populares nos bairros Mutirão, Joia, Cidade Nova, Flores e Parque Alvorada. E a terceira fase ocorreu em 2016, quando foram construídos 1.500 imóveis populares nos bairros Joia e Flores (SOUSA, FILHO, 2019).

Este Guia de Avaliação avalia a qualidade e a oferta dos elementos urbanos nos conjuntos habitacionais oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida em Timon.

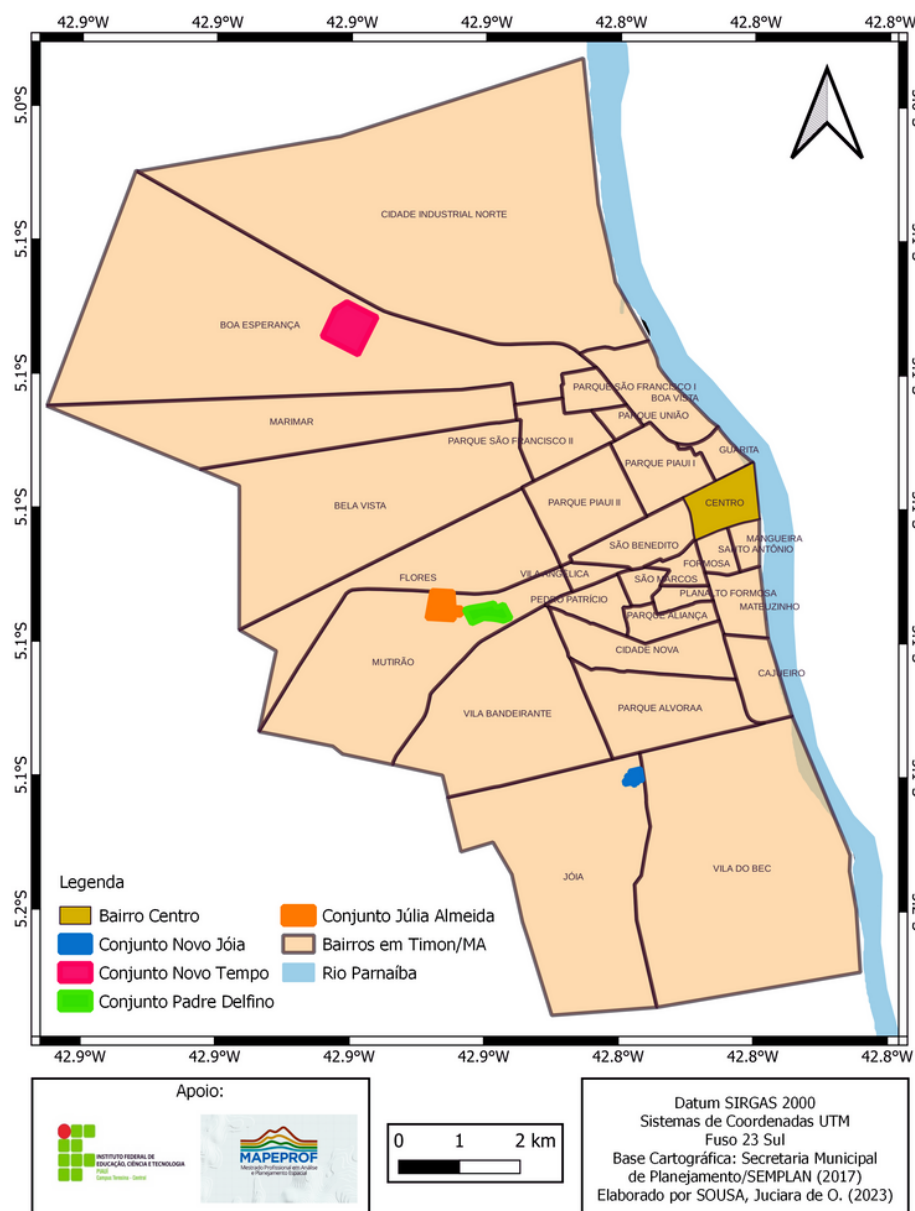


Avaliando Elementos Urbanos: uma proposta metodológica

A metodologia descrita neste guia foi aplicada em nos conjuntos: Novo Tempo, Padre Delfino, Júlia Almeida e, Antonio Elouf Simão (Novo Joia) inaugurados entre os anos de 2011 e 2012, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

Figura 3 - Localização espacial dos conjuntos habitacionais estudados em relação ao centro da cidade.

Fonte: dados da pesquisa (2023).



A matriz de indicadores e variáveis aplicada em Timon sustenta-se nos estudos de Doris et al. (s/a); Guilhon (2011); Villa (2015); Dezen-Kempter, Anhaia e Terra (2015); e Saramago, Villa e Portilho (2016), sobre Avaliação Pós-ocupação (APO).

Quadro 1 - Grupo de indicadores e suas respectivas variáveis

INDICADOR	VARIÁVEIS
Habitação	• Status da habitação • Tempo de aquisição • Terreno murado • Cômodos • Áreas externas (garagem/quintal) • Árvores • Forro(teto) • Piso • Janelas • Sistema de encanação • Origem da população residente
Segurança	• Unidade policial (distrito/trailer) • Monitoramento das ruas
Saneamento	• Sistema de abastecimento de água • Sistema de coleta de esgoto • Coleta de resíduos sólidos • Coleta de águas pluviais • Poda de árvores • Varrição das vias públicas • Capinação das vias públicas • Controle de vetores urbanos
Educação	• Escolas do ensino fundamental I • Escolas do ensino fundamental II • Escolas do ensino médio • Creches

Quadro 1 - Grupo de indicadores e suas respectivas variáveis (continuação)

INDICADOR	VARIÁVEIS
Saúde	•Hospitais •Clínicas •Maternidade •Farmácias •Unidade Básica de Saúde •Agente comunitário de saúde
Lazer	•Parque •Praça •Brinquedo infantil •Equipamento de academia pública •Bar •Restaurante •Campo de futebol •Quadra poliesportiva
Mobilidade	•Calçamento •Asfalto •Meio-fio •Calçada •Rua de via dupla •Área de ciclovias •Iluminação pública •Linha de ônibus/transporte coletivo

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre o indicador Habitação

O presente indicador contempla 11 variáveis, as quais estão: status da aquisição, terreno murado, cômodos, áreas externas (garagem/quintal), árvores, forro (teto), piso de cerâmica, janelas, sistema de encanação, tempo de aquisição e, por último a origem ou cidade natal da população residente nos conjuntos, conforme descrito no Quadro 1.



Figura 4 - Casa sem indício de morador (Conjunto Novo Tempo). Fonte: dados da pesquisa (2023).

Num contexto geral, esse indicador busca verificar a situação estrutural atual das residências (construções e possíveis reformas) e de seu entorno imediato, além de observar o possível efeito migratório, através da identificação da cidade natal dos moradores dos conjuntos do PMCMV.



Figura 5 - Casas com intervenções estruturais no terreno (construção de muros) em conjunto Novo Tempo. Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre o indicador Segurança

O indicador “Segurança” é composto por 02 variáveis, a Unidade policial e, o Monitoramento das ruas, conforme visto no Quadro 1.

O objetivo deste indicador é sumariamente analisar a percepção de segurança na visão dos moradores referente à área dos conjuntos pesquisados.



Figura 6 - Casas muradas no conjunto Júlia Almeida, refletindo a insegurança existente na área.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre o indicador Saneamento

O presente indicador é composto por 08 variáveis, os quais são: sistema de abastecimento de água, sistema de coleta de esgoto, coleta de resíduos, coleta de águas pluviais, poda de árvores, varrição das vias públicas, capinação das vias e equipamentos públicos, e o controle de vetores urbanos, conforme descrito no Quadro 1.



Figura 7 - Casa com presença de caixa de hidrômetro e com esgotamento sanitário lançado em vias públicas no conjunto Novo Joia. Fonte: dados da pesquisa (2023).

O objetivo deste indicador é apurar a disponibilidade e a qualidade dos serviços relacionados ao que entendemos por saneamento básico, voltado à população residente nos conjuntos do programa PMCMV em Timon/MA.



Figura 8 - Queima de resíduos sólidos em via pública e presença de vegetação no entorno de residências no conjunto Novo Joia. Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre o indicador Saúde

O Indicador “Saúde” apresenta como objetivo analisar a disponibilidade e a qualidade dos equipamentos referentes ao serviço de saúde nos conjuntos habitacionais pesquisados.

Ele é composto por 06 variáveis, as quais são: hospitais, clínicas, maternidade, farmácias, unidade básica de saúde e agente comunitário de saúde, conforme visto no Quadro 1.



Figura 9 - Unidade Básica de Saúde presente no conjunto Novo Joia. Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre o indicador Educação

O indicador “Educação” é composto pelas variáveis: escolas de ensino fundamental I, escolas de ensino fundamental II, escolas de ensino médio e, creches conforme visto no Quadro 1.

Apresenta como o objetivo verificar a disponibilidade - através da presença ou ausência - de unidades escolares nos conjuntos pesquisados, bem como a qualidade e a lotação dessas unidades escolares.

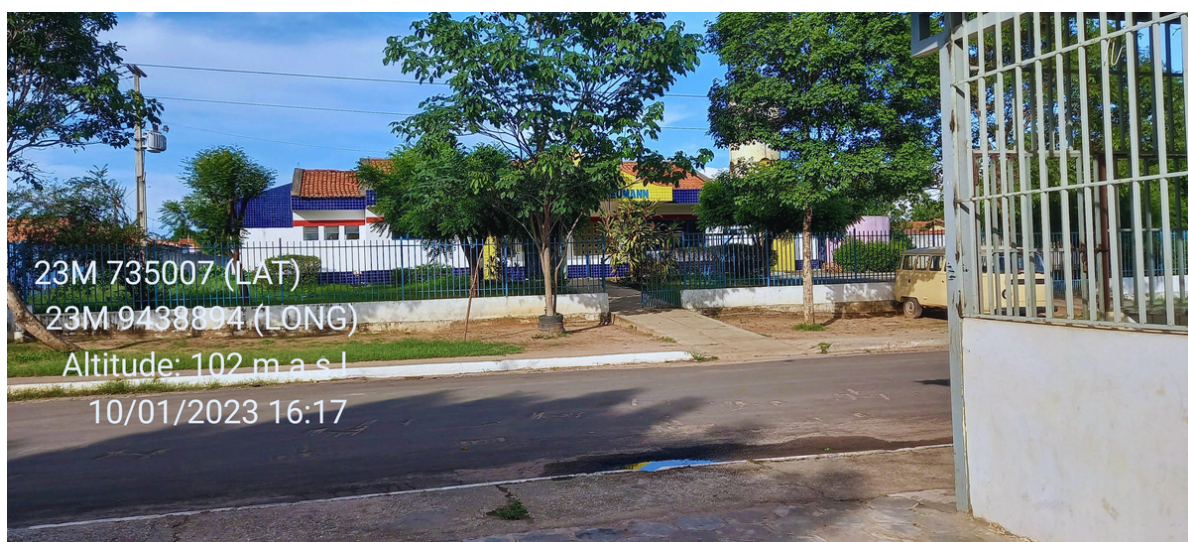


Figura 10 - Creche localizada no conjunto Novo Tempo.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre o indicador

Lazer

O presente indicador possui 09 variáveis, as quais são: parques, praças, trailer/lanchonete, campo de futebol, quadra poliesportiva, bares, restaurantes, equipamentos de academia pública, e brinquedos infantis conforme visto no Quadro 1.

O objetivo do indicador consiste em avaliar a disponibilidade e a qualidade estrutural dos equipamentos de lazer existentes nos conjuntos do programa PMCMV.



Figura 11 - Campo de futebol improvisado em praça do conjunto Padre Delfino. Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre o indicador Mobilidade

O indicador “Mobilidade” é composto por 08 variáveis, são elas: calçamento, asfalto, meio-fio, calçadas, ruas de via-dupla, iluminação pública, linhas de ônibus/ transporte coletivo, e ciclovias conforme aponta o Quadro 1.

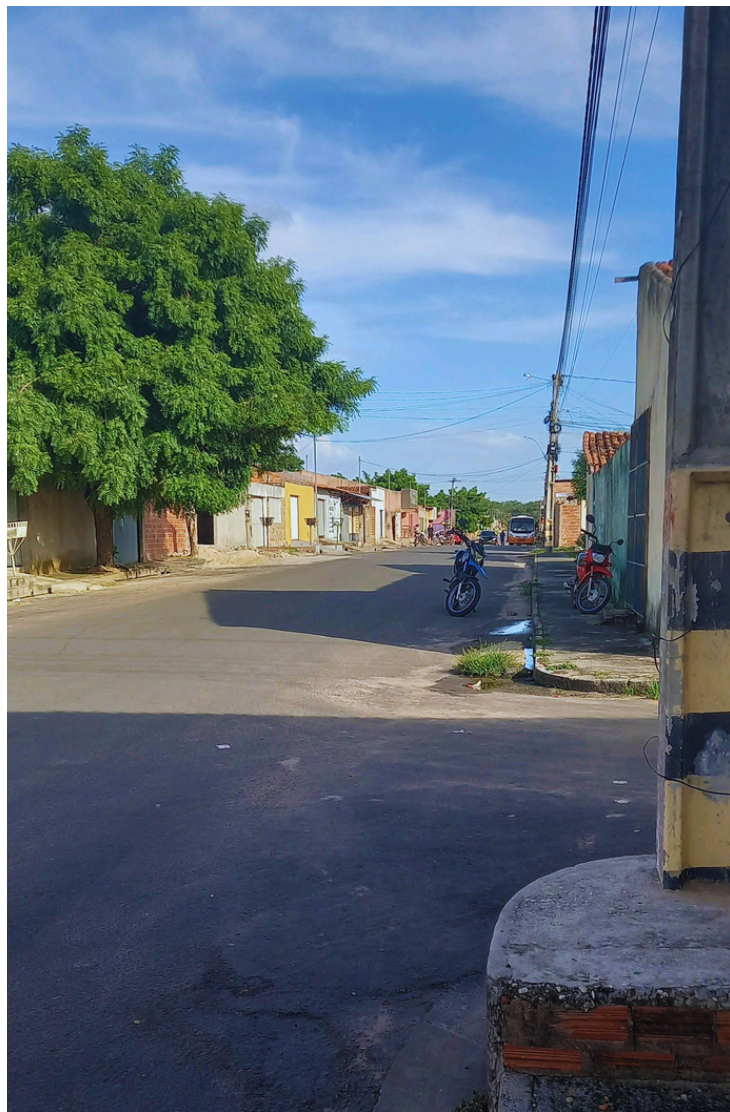


Figura 12- Avenida principal (em bom estado infra-estrutural) do conjunto Novo Tempo. Fonte: dados da pesquisa (2023).

O objetivo deste indicador consiste em evidenciar a disponibilidade e a qualidade dos equipamentos de mobilidade urbana presentes nos conjuntos habitacionais estudados.



Figura 13 - Rua secundária (em péssimas condições infra-estruturais) do conjunto Padre Delfino. Fonte: dados da pesquisa (2023).

Avaliando conjuntos habitacionais do PMCMV em Timon

A Avaliação Pós-Ocupação (APO) evidenciou problemas para além dos imaginados. O quadro a seguir apresenta uma síntese dos problemas identificados por grupo de indicador.

Quadro 2 - Principais resultados apresentados na aplicação da proposta metodológica nos conjuntos estudados

INDICADOR	PRINCIPAIS RESULTADOS
Habitação	•implantação da espécie vegetal pé-de-nim; •ausência de muros; •casas sem moradores, abandonadas; •atração populacional oriunda de outros espaços, incluindo a cidade de Teresina;
Segurança	•sensação constante de insegurança; •casas com cercas elétricas, câmeras e serpentinas;
Saneamento	•ausência de sistema de coleta de águas pluviais. •ausência de sistema de coleta de esgoto; •baixa frequência na realização de serviços como: poda de árvores, capinação e varrição das vias públicas; •baixa frequência na visita dos agentes epidemiológicos;
Saúde	•ausência de hospitais, maternidades, clínicas particulares; •falta de insumos materiais e de serviços especializados nos postos de saúde;
Educação	•ausência de escolas de ensino médio, ensino fundamental I e II, e creches; •dos estabelecimentos escolares existentes em alguns dos conjuntos, estão manifestando problemas de superlotação de estudantes;
Lazer	•praças e campos de futebol com estrutura imprópria para o uso; •ausência de parques com brinquedos infantis, equipamentos de academia pública, quadras poliesportivas;
Mobilidade	•ausência de sinalização nas vias públicas, de áreas para ciclovias, e de lombadas e/ou quebra-molas •carência de transporte coletivo e de paradas de ônibus; •meio-fio, calçamento e asfalto com estrutura debilitada.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

A pesquisa demonstrou, através de seus resultados, uma diferença significativa de presença de elementos urbanos nos conjuntos habitacionais estudados.

O conjunto habitacional Novo Tempo, por exemplo, apresenta em seu espaço, todos os itens mensurados na avaliação, já o conjunto Novo Joia é o que apresenta o menor número de elementos urbanos, como podemos observar nas figuras abaixo.

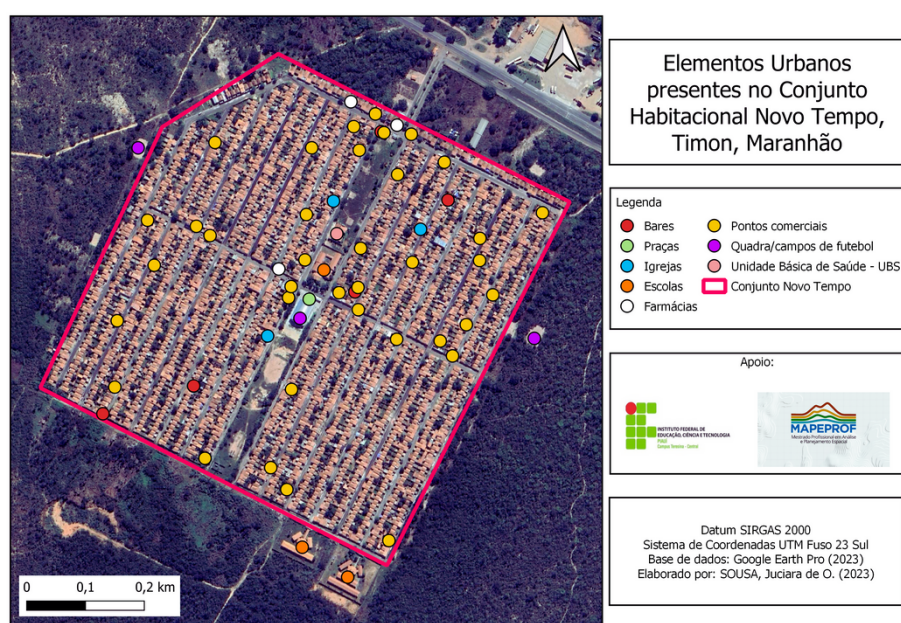
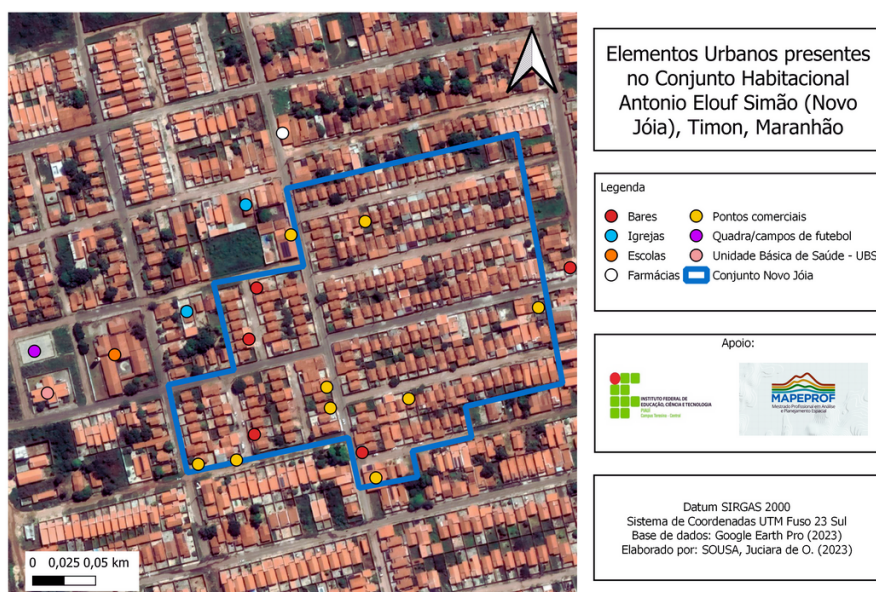


Figura 14 - Presença e distribuição espacial dos elementos urbanos no conjunto habitacional Novo Tempo. Fonte: dados da pesquisa (2023).

Figura 15 - Presença e distribuição espacial dos elementos urbanos no conjunto habitacional Novo Joia. Fonte: dados da pesquisa (2023).



Os conjuntos habitacionais Padre Delfino e Júlia Almeida, apresentam muitos elementos urbanos, como podemos ver nas figuras a seguir.

No entanto, a soma maioria encontra-se em péssimo estado infra estrutural, longe da qualidade almejada pelos moradores, como por exemplo as praças.

Figura 16 - Presença e distribuição espacial dos elementos urbanos no conjunto habitacional Júlia Almeida. Fonte: dados da pesquisa (2023).

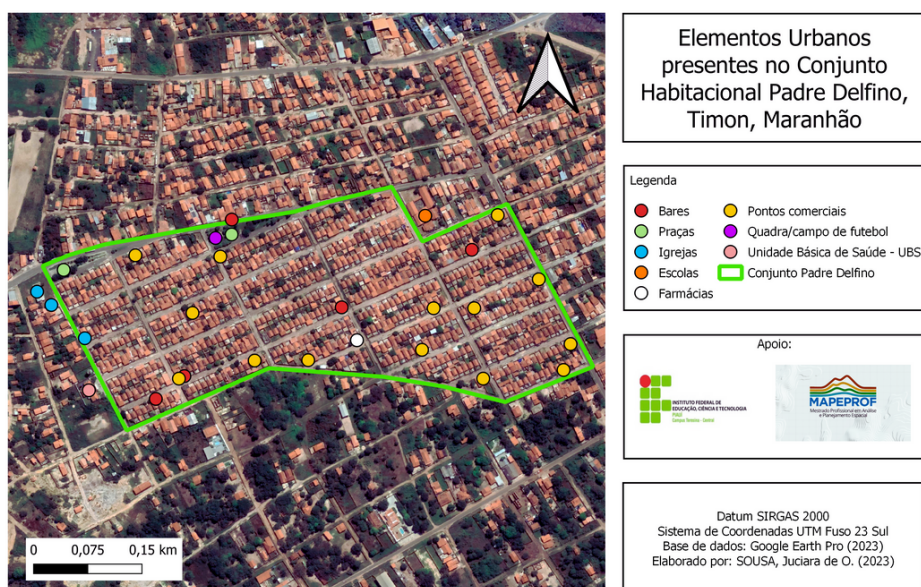
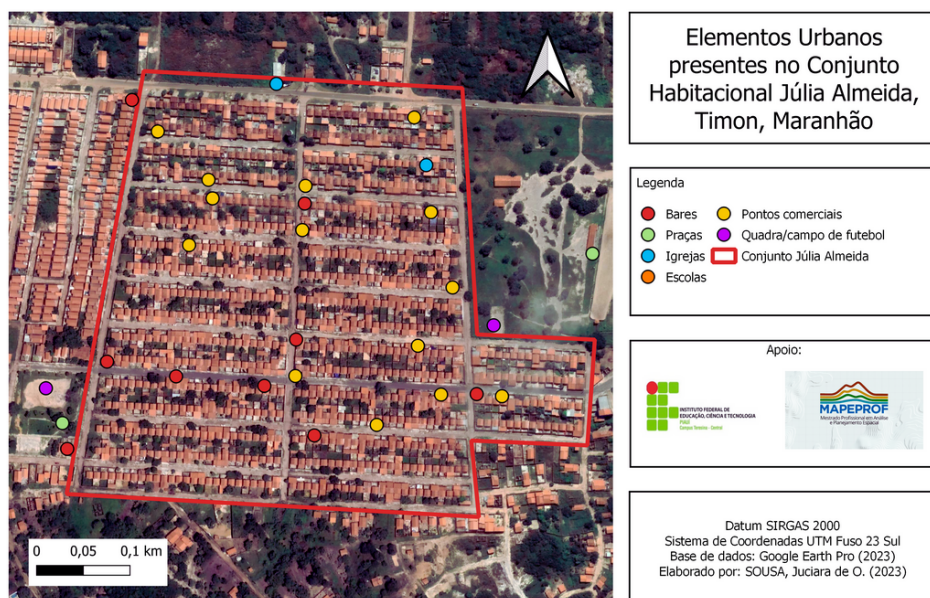


Figura 17 - Presença e distribuição espacial dos elementos urbanos no conjunto habitacional Padre Delfino. Fonte: dados da pesquisa (2023).

Conclusão

Mediante as informações apresentadas, pode-se inferir a importância da avaliação, em períodos específicos, nas políticas públicas mais especificamente aos programas oriundos destes.

Vale frisar que inúmeras políticas e programas sociais voltados a facilitar o acesso à habitação já existiram antes do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, e que todos foram extintos devido falhas e/ou problemas e dentre outras situações.

Neste cenário, emerge o papel da avaliação de programas sociais no sentido de apurar os aspectos que venham apresentar problemas e ajustá-los antes que piorem a ponto de encerrar o programa.

Desse modo, foi idealizado a presente proposta metodológica, apresentado neste Guia de Avaliação, para avaliação do programa PMCMV em Timon, após dez anos de implantação.

Almeja-se que o guia seja um instrumento técnico a ser aplicado pela gestão municipal, não somente em Timon, mas em outras cidades do país, impactadas pelo programa.

Referências

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas> Acesso em: 02 abr. 2022.

DEZEN-KEMPTER, E.; ANHAIA, J.C.; TERRA, L.O. Questões de localização e conectividade na avaliação de qualidade urbana de habitação de interesse social em Indaiatuba. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas-SP, v. 6, n. 3, p. 155-168, 2015.

DORIS, C.C.K.; et al. Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida. IN: **Coletânea Habitare** - Construção e Meio Ambiente. SATTler, M. A.; PEREIRA, F. O. R. (org.), v. 07, s/a, p.128 - 167.

GUILHON, V. V. **Indicadores de sustentabilidade urbana: aplicação ao conjunto habitacional 'Parque Residencial Manaus/AM'**. 2011. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. São Paulo-SP, 2011.

SARAMAGO, R. de C. P.; VILLA, S.B.; PORTILHO, G. B. Avaliação funcional e ambiental do PMCMV: o caso do residencial jardim sucupira. In: XVI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2016. **Anais[...]** Porto Alegre-RS: ANTAC, 2016, p. 3321 - 3336.

SOUSA, J. de O.; FILHO, J. M. Programa Minha Casa Minha Vida e os Impactos Socioambientais em Timon-MA: uma análise dos Conjuntos Habitacionais Padre Delfino e Julia Almeida. **Revista Equador (UFPI)**, vol. 8, nº 1, p.133 – 151, 2019.

SOUZA, J.; TERRA, D. C. T. Rio de Janeiro: rumo a uma nova região metropolitana? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 817-840, 2017.

VILLA, S. B. **Avaliação pós ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida**: uma experiência metodológica. VILLA, S. B.; SARAMAGO, R. de C. P.; GARCIA, L. C. (org.) Uberlândia-MG: UFU/PROEX, 2015, 152 p.